

Carlos Siqueira

Diálogos da Liberdade

A questão da utopia, que se pretende fazer própria apenas ao socialismo e às correntes libertárias, é um atributo do homem enquanto homem. Não nascemos nunca no mundo que nos é próprio, precisamos instituir nossos territórios de pertença. Se aos socialistas se atribui a utopia como pecha, como incapacidade romântica de adequação a uma realidade que se propõe insuperável, deve-se apresentar aos conformistas, das mais variadas ordens, a fatura da distopia. Afinal de contas, quanto custa em vidas humanas este sistema que faz vistas grossas ao genocídio e ao flagelo de milhões de seres humanos, na África certamente, mas também na América, nos Estados Unidos, no Brasil, tão perto de nós quanto a próxima esquina? O que dizer da destruição suicida do meio ambiente, que não pode ser contida nos quadros de uma sociedade que instituiu o consumismo como fenômeno compensatório – em que a destruição da cultura humanística e a pobreza afetiva são correspondidas pela exorbitância da riqueza material? Se a utopia, portanto, refere-se a nossa capacidade irrefreável de indignação perante às mazelas do existente, os conceitos envolvidos com a liberdade socialista são francamente utópicos.

Diálogos da Liberdade

Carlos Siqueira

Copyright © 2009 Quanta Consultoria e Projetos Ltda.

Editores
Marcelo Peron Pereira, Sinoel Batista

Coordenação editorial
Frédi Vasconcelos

Preparação de texto
Carlos Rizzo

Direção de Arte e capa
Carmem Machado

Revisão
Edméa Garcia Neiva

Ilustrações (mapas)
Tadeu Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Siqueira, Carlos

Diálogos da liberdade / Carlos Siqueira. – 1. ed. – São Paulo : Quanta Consultoria e Projetos Ltda., 2009.

192 p.:il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-63234-00-1

1. Liberdade. 2. Socialismo. 3. Pluralismo. 4. Democracias populares. 5. Cultura política – Brasil. 6. Geopolítica. 7. Política econômica. 8. Globalização. I. Título.

CDU 351.751:141.82

CDD 323.44

Índices para catálogo sistemático:

1. Liberdade : Socialismo 351.751:141.82

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araújo – CRB-10/1507)

São Paulo, 2009

QUANTA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA
Rua Ouro Preto, 210, Condomínio Colonial,
06350-270 – Chácara De La Rocca, Carapicuíba (SP)
Tel: 55 11 4186.7222
quanta@qcp.com.br
www.qcp.com.br

Diálogos da Liberdade

Carlos Siqueira

1ª edição

São Paulo – 2009

Fundação João Mangabeira



Ao amigo Carlos Augusto Arraes de Alencar.

Sumário

Introdução	11
Prefácio	13
Primeira Parte	17
Conceito de liberdade	
Diferenciação entre liberdade liberal e liberdade socialista	
Segunda Parte	39
Princípios da esquerda	
Qualificação do socialismo: o que é ser socialista neste presente momento?	
Pluralismo político, social e cultural	
Definição do tamanho e da natureza do Estado	
Revolução: como construir a hegemonia transformadora	
Terceira Parte	51
Crise na representação e da democracia representativa	
Democracia participativa	
Candidatura avulsa	
Sistema partidário	
Patrimonialismo na cultura política brasileira	
Financiamento de campanha	
Quarta Parte	63
Práxis política.	
Apropriação social dos valores democráticos: família, empresa, igreja	

Quinta Parte	69
---------------------	-----------

Visão socialista sobre a questão ambiental

Sexta Parte	77
--------------------	-----------

Mudanças de âmbito societário

Família

Religião

Gênero

Sétima Parte	105
---------------------	------------

Globalização

Neoliberalismo

Oitava Parte	129
---------------------	------------

Financeirização

Dominações hegemônicas

Especificidades da hegemonia americana

Crise da hegemonia americana

Fordismo

Toyotismo

Nona Parte	163
-------------------	------------

Dinâmica econômica da segunda metade do século XX

Caracterização da Era de Ouro (1945-1973)

A crise do padrão hegemônico na década de 1970

A natureza das crises a partir dos anos 1990

Desenvolvimento econômico e formação de blocos

Bibliografia	183
---------------------	------------

Introdução

Raramente ocorre aos homens e às comunidades em que vivem se fazerem conscientes de si mesmos. Essa dificuldade não advém, como querem muitos, de que vivamos no interior dos sonhos e, portanto, apartados da realidade. A rigor, não somos originadores das condições em que se desenrolam nossas existências; adentramos o mundo, como condição de pertença a ele, vivendo segundo prescrições que nos antecedem. Herdamos, portanto, com nossa carga genética, limites e perímetros, alturas, profundidades e larguras onde todo o possível deveria caber, ou seja, uma condição que se alastra por todo o ser existente.

A arte, justamente por se realizar demandando consciência e inconsciência, as cores do dia e o universo onírico, nos dá testemunho, recorrente, de que somos, contudo, maiores ou menores do que nossa herança; de que todo leito macio, todo ninho reconfortante, pode abrigar setas que ferem, violências proclamadas como a mais plena realização do amor universal, iras entoadas ao som de acalantos.

Ao mundo que recebemos, portanto, nunca basta ser desenvolvido, não ao menos no sentido de que se pudesse fazer acréscimos a ele, preservando intocadas suas fundações. Mesmo que queiramos preservá-lo intacto faz-se necessário reconstruí-lo, por inteiro, porque somente em o fazendo, aquele mundo herdado, tomado de empréstimo, torna-se verdadeiramente nosso. Esta operação, que vale igualmente para revolucionários e conservadores, nos converte de bonecos de ventríloco, entes mecânicos, em homens e mulheres. Ao recriar a herança e o herdado nascemos como seres éticos, sujeitos de nossos destinos. Tomamos por

este ato a vida nas mãos e a afirmamos como nossa, de tal maneira que somos, no sentido pleno da palavra, responsáveis.

É nesse sentido preciso que a *liberdade* não se sujeita a qualquer pragmática, seja ela política, religiosa, artística, sexual. Liberdade é o outro nome do ser humano: palavra, sopro, ar que institui a vida. A liberdade é, portanto, incondicionada – o *valor* que recria a cidade, a *polis*, para acolher os diferentes, assim como aqueles que reinventaram a tradição, sem a ela se submeterem. Neste útero que se regenera continuamente, os diferentes e os inventores da tradição nascem cidadãos naturais, *em sua diferença constitutiva e esforços de preservação livremente instituídos*.

O projeto *Diálogos da liberdade*, proposto e animado por Carlos Siqueira, emerge no interior dessas convicções, que são ao mesmo tempo éticas e políticas. De sua forma dialógica interessa tanto quanto as perguntas e respostas, a possibilidade de extensão ilimitada do próprio diálogo, uma vez que ele se dirige à cidade, na condição de sociedade política, lugar do humano. Nesse sentido, do ponto de vista metodológico, Marcelo Peron Pereira e Sinoel Batista, os interlocutores que se dirigem a Carlos Siqueira, são *termos* necessários à própria lógica do projeto. Poderiam ser, a rigor, personagens conceituais, antagonistas de um protagonista, como é inerente à própria estrutura da narrativa.

O fato, contudo, de que sejam de carne, osso e sonhos de liberdade, diz igualmente respeito à natureza do projeto: não se trata apenas de um livro, mas da luta pela edificação de outra cidade e da fundação de seu povo. Um não pode existir sem o outro e, nenhum dos dois teria substância, se não estivessem animados pela liberdade como valor – incondicionado e estruturante.

Neste sentido preciso trata-se ao longo de todo o livro da cidade socialista. Mas como haverá de se ver, dialoga-se sobre outra cidade, que não repete a história e não se subordina a ela, mas que é sacada da própria repetição histórica, para se fazer mundo novo, com dimensões que permitam a velhos e jovens desfraldar suas asas e voar.

Marcelo Peron Pereira
Sinoel Batista

Prefácio

Liberdade e Socialismo

D*iálogos da Liberdade*, de Carlos Siqueira, faz parte da corrente de trabalhos teóricos necessários ao nosso tempo: os que procuram examinar as dificuldades da construção socialista. Mais do que nunca, é preciso estudar essa construção.

O capitalismo entrou numa zona de graves turbulências. Os Estados Unidos, o centro do sistema financeiro global, tinham comandado um surto de crescimento sem precedentes. Dois eventos políticos cataclísmicos marcaram essa fase. O primeiro foi o desmoronamento da União Soviética, em 1991, que animou as bolsas e os negócios globais, que dispararam. O segundo foram os atentados terroristas de 2001 – comandados por Osama bin Laden, uma criatura alimentada com verbas do Departamento de Estado americano para atacar os soviéticos, mas que se voltou contra seus antigos patrocinadores. Os atentados destruíram as torres gêmeas do World Trade Center, no coração financeiro de Nova Iorque, e precipitaram a crise. George W. Bush, com duas guerras e a um custo de alguns trilhões de dólares, conseguiu empurrar os problemas para a frente. Mas, em setembro do ano passado, a crise voltou, com fúria.

Este final de 2009 assiste a um surto de especulação financeira tardio, que se aproveita dos trilhões de dólares aportados pelos Estados ricos aos bancos e empresas gigantes, após as espetaculares quebras de setembro

de 2008. No Brasil, particularmente, muitos se iludem com um enorme fluxo de capitais para nossa BM&F-Bovespa, especialmente para a compra de ações. E procuram não ver que é esse mesmo fluxo que valoriza o real, encarece os produtos brasileiros, especialmente os de maior valor agregado produzidos para o mercado exterior, e aprofunda a deformação histórica de nossa economia, que é a de ser basicamente exportadora de matérias-primas e produtos semielaborados mais baratos.

Mas, se não há dúvida de que uma crise estrutural do sistema capitalista está em curso, qual a opção? Siqueira diz, basicamente, duas coisas. A saída é o socialismo. E não há um mapa pronto para encontrá-la. A democracia, diz ele, não se identifica com a liberdade de empreender, como disseram Friedman e Hayek, os liberais de grande sucesso nos últimos trintas anos. Por outro lado – e ele continua – “construir o socialismo não é o mesmo que substituir o Estado comandando pelos monopólios privados por um sistema de capitalismo estatal”.

“A propriedade privada não existe na vida social como puro conceito, mas como um sistema completo de relações, associações e vínculos”, diz Siqueira. “Muitos viam o termo igualdade como redução da diversidade imanente da humanidade a um termo comum e invariável, o *proletário revolucionário*, um novo tipo social, moralmente mais elevado, socialmente mais orientado”, continua ele.

Mas não existe esse paraíso de santos: “Não há um tipo humano mais elevado, porque o homem é história, porque cada movimento à frente reconfigura todo o passado”, conclui Siqueira, com razão.

A burguesia levantou, na mais audaciosa de suas revoluções, a da França, em 1789, o lema “liberdade, igualdade, fraternidade”, Siqueira diz. Mas a liberdade que nós queremos, ele continua, não visa nos enquadrar num céu do futuro, mas criar as condições terrenas para que todas as nossas evidentes diferenças individuais se desenvolvam fraternalmente. O socialismo “resolve, desta forma, a sua própria maneira, o problema da liberdade, que não está mais investida contra a arbitrariedade do poder absolutista, ou a favor do direito de empreender livremente. A liberdade socialista é a da autodeterminação, a de existir como diferente e de ser acolhido nesta diferença, nesta especificidade”.

O texto de Siqueira lembra momentos da grande discussão sobre a construção do socialismo no final dos anos 1960, quando o desastre soviético já era previsível e a juventude, pelo mundo inteiro, buscava uma alternativa. Na época se redescobriu que o ser humano é a principal força produtiva. E que a sociedade socialista seria a que poderia lhe dar todas as oportunidades de desenvolvimento. Exatamente por isso, poderia ser material e culturalmente mais avançada.

Raimundo Rodrigues Pereira,
novembro de 2009

Primeira Parte

Conceito de liberdade | Diferenciação entre liberdade liberal e liberdade socialista

1.

Gostaria de iniciar nossos trabalhos pelo tema da liberdade. Penso, evidentemente, nas questões que a teoria e *práxis* política vêm apresentando há mais de dois séculos, e que se referem especialmente à relação problemática e conflitante que ela, liberdade, mantém para com a igualdade. Há de fato um conflito?

A pergunta é curiosa sob muitos aspectos. Vale recordar, de saída, que a revolução burguesa modelar, a francesa, usou como divisa: *liberdade, igualdade e fraternidade*. Aos homens de 1789, portanto, não parecia estranho ou conflitante que os termos se colocassem alinhados, em um mesmo enunciado.

É evidente, contudo, que as lutas que se travavam naquela oportunidade são muito diferentes das que nossa época propõe. A igualdade, por exemplo, não se referia aos homens entre si, em sua diversidade individual, mas muito particularmente à reivindicação de que o estatuto jurídico de cada qual não dependesse da condição de nascimento, do pertencimento a um estamento.

Igualdade, por conseguinte, consistia em uma verdadeira bandeira de luta contra os privilégios feudais e senhoriais, contra a monarquia absolutista. A *liberdade*, a sua vez, era pensada nos termos desta mesma luta, ou seja, inicialmente com um caráter estritamente político, referindo-se à superação do jugo imposto pelo absolutismo.

Creio que é importante salientar que o conceito de liberdade, ainda no interior da sociedade burguesa, evoluiu também para uma acepção de ordem econômica, indicando faculdade de empreender livremente, sem as restrições

impostas pelo intrincado sistema das corporações e guildas, que definiam, até aproximadamente o advento da primeira revolução industrial, quem podia produzir o que, assim como o modo pelo qual deveria fazê-lo.

Fiz esta digressão para recordar a afinidade essencial que existia, à época da burguesia emergente, entre igualdade e liberdade. Creio que valha observar, ainda, que esta concepção foi algo incandescente, fervilhante, por um tempo não desprezível. A obra da burguesia ascendente não é de pequena monta, se pensarmos nas restrições a que se submetia a imensa maioria da população, à época de uma sociedade dominada pelos privilégios estamentais.

Essas prerrogativas eram de naturezas bastante distintas, como o direito à corveia, ao lugar privilegiado em qualquer espaço público, mas se imiscuíam também no mais íntimo da vida privada. Basta recordar, sob este aspecto, o famigerado *direito de pernada*, que conferia ao senhor feudal o direito de desvirginar moças de seu domínio territorial até o momento de sua noite de núpcias.

2.

Mas as coisas não permaneceram assim, não é mesmo? Até mesmo os liberais, ou ao menos os neoliberais, como Friedrich von Hayek, admitem haver uma tensão entre estes dois polos.

Você tem razão, mas essa tensão advém não de uma suposta insuficiência da sociedade burguesa, como é comum enunciar, mas, ao contrário, decorre de seu pleno e hegemônico estabelecimento. Exatamente porque foi bem-sucedida como classe revolucionária, porque criou um mundo que até então não existia, a burguesia passou a deixar evidente os limites de seu projeto que, como insiste Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, é revolucionário.

Uma vez mais vale a pena lembrar que essa insuficiência já estava posta, ainda que de forma pouco articulada, no interior da revolução. As demandas dos *sans-culottes* já iam para além dos limites propriamente burgueses, sem serem necessariamente revolucionárias do ponto de vista socialista. Essa, por sinal, é uma das páginas muito interessantes da história social moderna, ou seja, o fato de que segmentos proletários se vissem espelhados, mesmo que transitariamente, no projeto burguês.

A tensão entre igualdade e liberdade, a rigor, emerge a partir daí. O estatuto jurídico dos homens, a partir da sociedade burguesa, passa a ser o mesmo, isto é, somos todos julgados por leis abstratas e aplicáveis a todos os cidadãos, independentemente da condição de nascimento, patrimônio, beleza física ou habilidades, sexo etc.

Ocorre, contudo, e isso demonstrou-se essencial, que diferenças absolutamente inerentes à vida social, como aquela que envolve a propriedade de um patrimônio – de que o capital produtivo é apenas uma variedade –, conduzia e conduz à desigualdade efetiva no campo da cidadania. A promessa revolucionária, portanto, demonstrou-se *ao mesmo tempo* verdadeira e falsa e sua dupla natureza está no fundamento da tensão entre liberdade e igualdade.

3.

Creio que é necessário detalhar o último argumento. Aparentemente o senhor introduz aqui um elemento incomum. Não fala da propriedade dos meios de produção como elemento fundador da desigualdade, mas como um de seus aspectos. Compreendi esta passagem corretamente?

Sua compreensão é adequada e esta passagem, de fato, é crucial. Havia, e em certa medida ainda há, uma profunda ingenuidade em algumas expectativas socialistas. Muitos viam o termo igualdade, como redução da diversidade imamente da humanidade a um termo comum e invariável, o *proletário revolucionário*, um novo tipo social, moralmente mais elevado, socialmente mais orientado; gente mais saudável, imbatível etc. Atributos que os partidos e movimentos revolucionários jamais deixaram de explorar e que, de certa forma, sequer são originais, pois foram inspirados na autoimagem dos homens do terceiro estado, em luta contra a aristocracia – que anima muito do romantismo e da pintura civilista ao estilo de Jacques-Louis David.

Essa supremacia moral, intelectual, a energia orientada às coisas da vida, da produção, representa de fato algo novo, pois o bom aristocrata, que se perdia em jogos eróticos, em maneirismos os mais variados, em uma etiqueta que envolvia o vestir, o comer, a conversa, de fato nada queria e nada prometia ao universo que nascia com o capitalismo. Os valores pelos quais orientava sua vida eram absolutamente distintos, suas prescrições morais, sexuais, dietéticas

etc. eram estranhas, reciprocamente estranhas, às que animavam a burguesia nascente e o operariado urbano que arrastava consigo.

A luta contra a aristocracia guarda, nesse aspecto, ecos da luta revolucionária contra a burguesia e lhe impõe um problema. Não se pode reduzir toda a diferença a um padrão, não se pode determinar *ex ante* e para sempre normas próprias de conduta, não há um tipo humano mais elevado, porque o homem é história, porque cada movimento à frente reconfigura todo o passado.

Aqui vai, então, o problema essencial nas relações entre liberdade e igualdade. A questão é que as diferenças, insuperáveis e irredutíveis, tenham sido, ao longo do tempo, fundamento para formas novas de opressão e jugo; para reduzir as probabilidades de êxito e de felicidade daqueles que são diferentes, que não se adaptam à norma que a sociedade burguesa pressupõe, mas não realiza. Note-se, em complemento, que se encontra também aí o fundamento para uma limitação severa do conceito de liberdade.

4.

A que norma o senhor se refere? O que está no fundamento desta ideia de igualdade, que veio a se encaminhar para formas novas de desigualdade?

Uma vez mais precisamos recorrer à história para dar conta desta questão. O fato é que grande parte, senão todo raciocínio da teoria política burguesa, no que se refere à questão da igualdade, pressupõe, ao menos na origem, uma sociedade em que todos são pequenos proprietários, de distintos meios de produção. Haveria, portanto, nesta origem idílica uma igualdade em meios, que poderia se desenvolver para atingir uma desigualdade, com fundamento nas diferenças de indústria e esforço de cada qual.

Esta lógica foi formulada de maneira magistral por John Locke em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, inclusive quanto ao fato de que a introdução do dinheiro conduzia a diferenças de riqueza, com fundamento em uma igualdade original de recursos. Ele, de certa forma, é até mesmo mais radical quanto à ideia de base, pois, admitindo o livre acesso à terra, faz as diferenças de riqueza dependerem diretamente do *trabalho* incorrido por cada um.

Bem, é de todo evidente que a sociedade burguesa, conforme ela existiu historicamente, nunca apresentou uma igualdade de origem e, a rigor, a imensa

maioria de seus membros jamais atendeu a sua condição de fundação, ou seja, foi proprietário de nada além de sua própria força de trabalho.

Deve-se observar, contudo, que as divergências com relação a um hipotético padrão de fundação não se referem apenas à condição de proprietário. Veja, um igual, além de proprietário deveria ser homem, branco, professar uma religião determinada, aceitar determinados padrões de conduta e assim por diante. A sociedade burguesa não necessariamente criou esses valores, mas os conservou no seu interior, de tal forma que os toma como ponto de partida.

Está aqui, portanto, o cerne da tensão entre liberdade e igualdade, em sua acepção contemporânea, ou seja, no interior da sociedade burguesa. Os que não estão adequados ao padrão, ou seja, não são proprietários, homens, heterossexuais, brancos etc., não são acolhidos em suas diferenças, de tal forma que se veem limitados: a) na liberdade de expressarem suas especificidades; e b) de reivindicarem equivalência em direitos – que não são apenas pecuniários, mas o direito à dignidade em sua diferença específica. Significa dizer, portanto, que exercer a liberdade de afirmar uma diferença tem um custo, que conduz a uma desigualdade de oportunidades.

Para negar e recusar tais aspirações, ou para justificar as desigualdades a que dá causa, a ordem afirma apenas e tão somente que havia ou houve uma igualdade de origem – no caso dos meios de produção –, ou que há uma naturalidade que rege a vida em sociedade, a qual, a sua vez, estabelece uma hierarquia moral, de remuneração, prestígio etc. entre seus membros. Sob esta lógica, por exemplo, a divisão do trabalho destina às mulheres fogões e pias, aos homossexuais masculinos a condição de estilista, cabeleireiro etc., mas não de executivo, prefeito, ou deputado; aos negros, posições subalternas ou o fascínio do esporte.

É evidente, voltando a uma questão anterior, que von Hayek e seus discípulo veem o conflito entre igualdade e liberdade de um modo muito mais limitado, ao preço de um raciocínio que beira à tautologia, pois é evidente por si mesmo que uma hipotética redução forçada à igualdade só poderia ser obtida por meio de um atentado à liberdade.

5.

O senhor utiliza os termos desigualdade e diferença em contextos aparentemente muito específicos. Isso tem uma importância conceitual particular?

Com certeza e em um sentido muito preciso, inclusive do ponto de vista político. A igualdade só pode referir-se à qualidade de termos todas expectativas de uma restituição justa e digna de nossas interações sociais, *com fundamento em nossas diferenças*. Precisamos ser iguais em dignidade, em oportunidades, em acolhimento, em remuneração – ao menos até o limite mínimo de uma vida adequada aos padrões sociais médios –, em expectativas de sermos felizes, por mais imprecisa que seja esta noção, sem que isso dependa de nossa condição sexual, racial, origem social, opção sexual etc.

A igualdade socialista, portanto, em lugar de querer nos reduzir a um padrão abstrato e aprioristicamente concebido, como o faz a burguesa, deve proclamar, saudar, incitar, valorizar e fazer evidente na cidade, na vida pública, na *polis* e na política as diferenças e os diferentes, para lhes restituir a igualdade em oportunidades.

A igualdade socialista, portanto, deve preservar e valorizar as diferenças, sem qualquer expectativa de que elas se reduzam em qualquer momento do tempo a um padrão homogêneo. Resolve, desta forma, a sua própria maneira, o problema da liberdade, que não está mais investida contra a arbitrariedade do poder absolutista, ou a favor do direito de empreender livremente. A liberdade socialista é a da autodeterminação, a de existir como diferente e de ser acolhido nesta diferença, nesta especificidade. Diz respeito às lutas libertárias dos negros, dos homossexuais, das mulheres, dos favelados, dos que se veem oprimidos por guerras e conflitos étnicos. A igualdade e a liberdade perseguidas pelos socialistas referem-se, portanto, ao termo omitido do pensamento político burguês, ou seja, à construção da *fraternidade* em suas bases estritamente terrenas. Trata, portanto, da cidade do acolhimento, da hospitalidade, do respeito recíproco, que unifica, por conseguinte, em uma única causa, todas as diferentes lutas libertárias.

Não seria uma cidade maravilhosa, esta que poupa a vida de Sacco e Vanzetti, que interrompe os trens a caminho de Auschwitz, que poupa a Nelson Mandela 26 anos de prisão?

6.

Gostaria de trazer nosso debate para a contenda com Friedrich von Hayek e seu livro manifesto *O caminho da servidão*, em que advoga a ideia de que igualdade e liberdade são irreconciliáveis. Como se explicam, então, as concepções que o senhor defende?

De fato, a ideia de liberdade mais comum é a liberal, que preconiza a liberdade em seu caráter estritamente individual. Este conceito é correlato e indissociável, a sua vez, da pregação em torno do livre mercado, da predicação de que cabe a cada qual gerir seus problemas, dentre outras concepções de mesma natureza. Há de fato certo fascínio em torno dessas formulações, pois elas fletam e acenam para a autonomia, que um regime de igualdade parece negar.

É preciso observar, contudo, que este fascínio só dura até que deixemos o campo das formulações estritamente teóricas, uma vez que, no âmbito concreto, material, a desigualdade que a sociedade capitalista é incapaz de superar impõe-se como uma limitação à materialização da liberdade, que permanece em seus termos, estritamente irrealizada, ao menos no que se refere ao grande conjunto da população.

Gostaria de chamar a atenção neste ponto para um equívoco que muitas vezes se cometeu nas apreciações que faz a esquerda, quanto à chamada democracia burguesa. Seu elemento propriamente ideológico não está nas teses que defende, ou seja, nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade; na separação dos poderes e assim por diante. O que é ideológico, em sentido estrito, é a declaração de que se efetivou o que resta essencialmente irrealizado; consiste em afirmar-se a existência agora da liberdade, quando ela é fundamentalmente uma demanda que não se consubstanciou; diz respeito a enunciar uma igualdade que a prática revoga; ao fato de que os poderes constituídos ainda atuam sob o primado da diferença de qualidade de cada cidadão, conferido não mais por sua condição estamental, mas seguramente pelas dimensões de sua conta bancária e declaração de bens, de sua condição de homem ou mulher, branco ou negro etc.

Ao se compreender a natureza dessas limitações – inerentes à sociedade burguesa – pode-se instituir o conceito de liberdade socialista. Ela só existe por meio da relação que estabelece com a igualdade, ou seja, se vê materializada à medida que as diferenças socioeconômicas são minimizadas, que os preconceitos de raça, etnia etc., são superados. Não se trata, portanto, como disse acima,

de colocar a todos para andar com o mesmo uniforme, mas de tornar reciprocamente indiferentes todas as particularidades; de conferir ao negro os mesmos direitos dos brancos, enquanto negros; de criar as condições para que as mulheres recebam uma remuneração igual à dos homens, no mais estrito respeito a sua condição feminina.

Nesse sentido, a liberdade preconizada pelo socialista recusa de maneira categórica o mito do *self made man*, que ascende respeitando as regras e, por denegar seus valores de origem, torna-se ao final um “cara-pálida”. A liberdade preconizada pelo socialismo não pode ser atingida por um projeto de ascensão social, pois é essencialmente política e tem por meta mudar radicalmente a ordem e a própria qualidade da cidadania. Esta revolução nas condições correntes de vida pretende, ao final, universalizar a fruição dos benefícios civilizatórios, preservando a igualdade de oportunidades, em meio à mais completa diversidade possível.

7.

Estas proposições não lhe parecem utópicas...

A questão da utopia, que se pretende fazer própria apenas ao socialismo e às correntes libertárias, é um atributo do homem enquanto homem. Não nascemos nunca no mundo que nos é próprio, precisamos instituir nossos territórios de pertença. Se aos socialistas se atribui a utopia como pecha, como incapacidade romântica de adequação a uma realidade que se propõe insuperável, deve-se apresentar aos conformistas, das mais variadas ordens, a fatura da distopia. Afinal de contas, quanto custa em vidas humanas este sistema que faz vistas grossas ao genocídio e ao flagelo de milhões de seres humanos, na África certamente, mas também na América, nos Estados Unidos, no Brasil, tão perto de nós quanto a próxima esquina? O que dizer da destruição suicida do meio ambiente, que não pode ser contida nos quadros de uma sociedade que instituiu o consumismo como fenômeno compensatório – em que a destruição da cultura humanística e a pobreza afetiva são correspondidas pela exorbitância da riqueza material? Se a utopia, portanto, refere-se a nossa capacidade irrefreável de indignação perante às mazelas do existente, os conceitos envolvidos com a liberdade socialista são francamente utópicos.

8.

No contexto deste embate, ou seja, aquele em que socialistas e liberais procuram definir seus campos específicos, tanto teóricos quanto práticos, emerge como questão significativa a democracia. Como o senhor vê a questão democrática em nossos dias?

A meu juízo, a primeira coisa a ser observada é que a *democracia* é um valor, ou seja, um elemento que organiza a experiência humana, independentemente de qualquer demonstração empírica.

Afirmo esse ponto de saída para indicar que as alegações que muitos fazem e fizeram, com relação à questão, por exemplo, da eficiência e eficácia do regime democrático, de sua aplicabilidade limitada a esferas da vida social, como a empresa, a família etc., não me parecem adequadas.

Não se pode opor ao princípio democrático a noção de eficiência, porque, como valor, é ele que limita a primeira, subordinando-a. Um exemplo talvez possa aclarar as coisas. Parece-me estabelecido que a vida é um valor supremo, que deve ser respeitado acima de tudo. Ora, nestas circunstâncias é absolutamente ilegítimo arguir que um paciente terminal é muito oneroso para a saúde pública, de tal modo que deve ser deixado a sua própria sorte, para viver ou morrer com seus próprios meios. Ao contrário, é o sistema de saúde que deve se organizar para corresponder a este valor societário, que é o da importância suprema da vida e sua preservação.

Com a democracia ocorre algo de todo semelhante. Não há que se arguir razões que, no limite, se assemelham ao *segredo de estado*, para desprezar a participação nas mais variadas instâncias da vida social. Se, portanto, a empresa deve ter seu comando, seu “executivo”, isso não significa que esta instância de poder possa fazer da vida de uma sociedade mercantil o que lhe aprouver, sem ouvir aqueles que dedicam suas vidas a esta mesma companhia. As necessidades de mercado, a agilidade demandada pela vida econômica, não são por si mesmas motivo para práticas autocráticas.

Note-se que os anteparos que se opõem a um poder que se pretende ilimitado – aquele do grande executivo de uma companhia e seu *board* – atuam, também, no interesse da própria empresa. Um rápido exame sobre as grandes quebras nos últimos dez ou quinze anos demonstra, à exaustão, que a hiper-

trofia de poder dos executivos de grandes companhias tem levado a desastres que arrastam consigo empresas originalmente saudáveis, além de desestabilizar a vida de milhares de assalariados.

9.

Ouvir falar sobre democracia na vida empresarial soou-me como algo estranho, não apenas pela resistência óbvia das administrações, mas também porque nos tem ensinado que a democracia se refere essencialmente à esfera política e à representação, nas diferentes instituições sociais (sindicato de trabalhadores, conselhos escolares etc.).

Você tem certa razão quanto ao fato de que nos habituamos a pensar a democracia de um modo bastante limitado. O hábito, contudo, diz muito pouco de um fenômeno complexo, como é a democracia. Precisamos, ao contrário, imaginar sua prática em instâncias que têm resistido a ela, como se não se adaptassem a suas previsões. Note-se que não se discute o papel de pedagogos que os pais ocupam, a importância de que atuem, para formar gerações de cidadãos consequentes e felizes. Sabemos, contudo, que raramente as coisas se interrompem aí. Não é incomum, mesmo em nossos dias, que jovens se vejam praticamente *chantageados* por seus pais, para que sigam (ou não sigam) determinadas carreiras, opções sexuais etc.

Nesses campos, normalmente evitados de conflitos de diferentes ordens, exatamente neles, se impõe a importância essencial dos valores democráticos. Não se trata, evidentemente, de votar internamente à família por uma decisão ou outra, mas essencialmente de criar possibilidades dialógicas que, respeitando diferenças, particularidades e perspectivas, construa consensos e compromissos mínimos, mesmo que eles sejam instáveis e sujeitos a revisões constantes.

Final de contas, a participação e somente ela pode efetivamente gerar corresponsabilidade, compromisso, acolhimento produtivo do insucesso. Quando um determinado grupo aprende a negociar seu destino, quando não cabe a um ou poucos elementos definir o que e como se fará algo, resta sempre a possibilidade de rever os erros e, com base neles, construir uma estratégia comum de superação das adversidades.

10.

O senhor está apontando na direção de que a participação, em qualquer esfera da vida social, legitima as decisões tomadas. Estou compreendendo adequadamente seu ponto de vista?

Sim, mas acho que precisamos ir um pouco mais adiante. A participação é importante não apenas pelo fato de que legitime uma decisão de natureza grupal ou social, mas também e muito especialmente porque a *liberdade* precisa ser exercida em termos individuais. O sujeito da liberdade não é a família, a empresa, a sociedade política e assim por diante. É o indivíduo que exerce sua liberdade e, em o fazendo, institui uma sociedade verdadeiramente livre.

11.

Não parece ao senhor haver uma aproximação do campo liberal, na medida em que se afirma a liberdade individual como critério para uma sociedade efetivamente democrática?

Não se trata apenas de aproximação. Acredito que os socialistas devem apropriar-se das bandeiras liberais, para lhes conferir efetiva substância. Trata-se aqui, portanto, de acolher a tese de que a liberdade se exerce e materializa por meio do indivíduo, mas indicando o fato de que o território próprio da liberdade não se restringe ao escrutínio popular, ao voto. A opção sexual, a confissão religiosa, o direito a participar dos destinos da empresa em que se trabalha são próprios à vida democrática, como a entende os socialistas.

Pensado desse ponto de vista, o grande problema da democracia burguesa não é propriamente que ele se assente sobre a liberdade individual – até mesmo porque não haveria outra alternativa, como já dissemos acima –, mas decorre do fato de se fundamentar em uma definição por demais restrita da abrangência da prática democrática.

A crítica deve ser feita exatamente a essa limitação, pois é aí que reside o conteúdo classista da democracia que nos propõem os liberais. Democratizar a vida política, evitando que seus princípios adentrem outras instâncias da vida social derroga, na prática, as promessas feitas de início. Como se pode, por

exemplo, garantir a igualdade de oportunidades em uma sociedade dominada por códigos sexistas? Como assegurar a livre determinação (individual e coletiva) em uma sociedade teocrática? Não conhece o Irã o instituto do voto?

12.

Vale a pena tratar da questão da democracia participativa. Como o senhor a entende?

Em primeiro lugar creio que é essencial reafirmar a insuficiência daquilo que denominamos democracia. A participação para ser verdadeira deve atingir as instâncias da família, da empresa, da vida religiosa (o sacerdócio feminino é algo muito interessante, sob este aspecto), da escola etc. É preciso, ainda, renovar o próprio estatuto da participação na vida política e suas instituições.

Ainda que não seja incomum se ver críticas violentas às consultas populares, ao plebiscito etc., como se não passassem de artifícios utilizados pelos poderosos para se perpetuarem no poder, o fato é que se apresenta por meio de instrumentos desta ordem a possibilidade de interferências significativas, contínuas e seletivas no jogo político, por parte do conjunto da população.

É importante notar o quanto de vitalidade esses instrumentos aportam à vida democrática representativa. Veja, no caso do Brasil, por exemplo, o processo de privatização iniciado pelo governo Fernando Henrique, que tocou questões estratégicas para o futuro da nação: não deveria ser submetido a consulta popular? Veja que não se trata de populismo, mas de se limitar o mandato que recebem os representantes populares. Não se pode simplesmente supor que a vitória eleitoral autoriza a tudo e qualquer coisa. A meu juízo há questões, particularmente se elas têm implicações de natureza estratégica, que devem ser abordadas especificamente, debatidas, esclarecidas e, isso feito, votadas.

Se o processo é transparente, se o voto define claramente o campo das responsabilidades políticas de cada qual (indivíduos, agremiações políticas, autoridades etc.), o compartilhamento das dificuldades e superação de desafios é bastante mais adequado.

Não se deve subestimar, ainda, que práticas desta ordem atuam no mais profundo do sentimento de pertencimento e autoestima da população, de tal

maneira que, independentemente de seus resultados concretos, práticos, vão fundando uma sociedade política verdadeira, vibrante, ativa.

13.

O senhor acredita que os instrumentos de participação devam ir até o voto revogatório de mandato, por exemplo?

Com toda a certeza, e não apenas ele. Acredito firmemente na importância de outros institutos como, por exemplo, a candidatura avulsa (desvinculada de partido político), que tem o grande mérito de aferir a saúde do próprio sistema partidário.

14.

Não há receio de que o uso de instrumentos como estes enfraqueçam o próprio regime democrático, dando oportunidade a práticas oportunistas, por exemplo?

De forma alguma. Não acredito que o pleno exercício da participação popular, com uma grande diversidade de instrumentos, usos regulados e formalmente previstos possam trazer ao processo democrático qualquer ordem de prejuízo. Muito ao contrário, na medida em que esta diversidade de oportunidades de exercício político se aprofunda aumenta a própria cultura cívica da população, o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, o apreço pela democracia.

O perigo ao regime democrático, como o demonstram os países capitalistas centrais, advém do desinteresse propiciado por um jogo cujas regras levam sempre os mesmos a vencer; decorre da espetacularização da política, que, reduzida a certames eleitorais, transforma-se em fenômeno midiático. Walter Benjamin, contemporâneo do fascismo que acabou por levá-lo ao suicídio, como ato de resistência ao campo de extermínio, já havia se apercebido deste risco inerente à imaturidade política, que só pode ser contrarrestado com o exercício contínuo de cidadania propiciado pelos instrumentos participativos:

(...) A crise atual das democracias burguesas está ligada a uma crise das condições que determinam a própria apresentação dos governantes. As democracias apresentam os governantes de modo direto, em carne e osso, diante dos deputados. Seu público é o Parlamento. Com o progresso dos aparelhos, que permite a um número indefinido de ouvintes ouvir o discurso do orador no mesmo momento em que ele fala, e que torna possível difundir pouco depois sua imagem diante de um número indefinido de espectadores, o essencial torna-se a apresentação do homem político diante do próprio aparelho. Essa nova técnica esvazia os Paramentos, assim como esvazia os teatros. O rádio e o cinema não modificam somente a função do ator profissional, mas, do mesmo modo, a função de quem quer que, como no caso do governante, se apresente diante do microfone ou da câmera. Levando-se em conta a diferença entre os objetivos buscados, com relação a isso o intérprete do filme e o homem de estado sofrem transformações paralelas. Elas acabam, em certas condições sociais determinadas, por aproximá-los do público. Donde uma nova seleção, uma seleção diante do aparelho – aqueles que saem vencedores são a estrela e o ditador. (BENJAMIN, Walter, 1969, p. 32)

15.

Gostaria de retomar a questão da ampliação dos territórios da democracia para instâncias outras, como a escola, o sindicato, os movimentos sociais etc. O senhor não vê um risco de desvirtuamento destas instituições, se elas passarem a ser objeto da política?

Em primeiro lugar talvez valha observar que elas nunca estiveram livres deste risco e, em grande medida, o que se vem praticando ao longo do tempo consiste em uma tentativa de subordiná-las aos desígnios partidários, ou seja, ao jogo eleitoral propriamente dito. Significa dizer, portanto, que agenda sindical, educacional etc., quando há êxito neste intento, se subordinam à eleição, aos interesses deste ou daquele candidato, e assim por diante.

Ora, trata-se neste caso de levar a cidadania e a *política* aos territórios em que elas não se apresentavam até então. Deve-se, observar, contudo, que politi-

zar não é sinônimo de partidarizar, se não chega a ser seu oposto. Não por acaso os Estados de tradição fascista, como a Itália de Mussolini, se pretenderam estados *corporativistas*, ou seja, onde havia uma submissão dos sindicatos, por exemplo, à estrutura estatal e, no limite, ao grande partido.

Isso tem de ser evitado a todo custo, senão pelo descaminho a que conduz as instituições submetidas a esta lógica, seguramente pelos riscos políticos gerais que implica, dentre os quais se incluem as práticas fascistas (tanto no interior das instituições, quanto na cultura política em geral).

Creio, neste aspecto, que para uma cultura política realmente pujante seja fundamental manter a autonomia relativa das diferentes instituições da sociedade civil, com especial atenção para os movimentos sociais, que não podem e não devem ser instrumentalizados partidariamente, sem correr risco da descaracterização.

16.

Falemos um pouco da questão partidária. Que papel deve caber a um partido socialista neste campo de forças que advoga a causa da emancipação?

O principal objetivo de um Partido Socialista num País como o nosso, de imensas desigualdades sociais, deve ser o desenvolvimento de políticas sociais capazes de diminuir, gradativamente, tais desigualdades até eliminá-las por completo. Não estamos falando de igualitarismo, e sim de igualdade de oportunidades para todos e atendimento dos direitos básicos da cidadania.

Não creio, entretanto, que seja possível realizar esse objetivo sem um projeto econômico que lhe dê suporte. Um projeto emancipatório só é sustentável e pode reproduzir-se de maneira ampla se contar com um projeto econômico e de desenvolvimento que leve em consideração os interesses estratégicos do nosso País.

Isso nos coloca diante de problemas complexos e, em certa medida, técnico e político também. Significa que é necessário desenvolver e implantar uma política industrial, tecnológica, uma lógica de planejamento econômico e orçamentário/financeiro – penso aqui especificamente na questão crucial da dívida pública – que dê fundamento e sustentabilidade a um projeto inclusivo.

A esses elementos de base é fundamental agregar, ainda, os aportes da contemporaneidade a um projeto que se pretenda efetivamente socialista, ou seja, que se pensa dialeticamente. Precisamos considerar como legítimas as reivin-

dicações de que o protagonismo político seja policêntrico; de que a questão ecológica assuma o *status* que lhe é próprio. É fundamental, ainda, não diferir as expectativas libertárias, em nome de um pragmatismo que milita, explícita ou implicitamente, pela cautela extrema com os requerimentos do existente. Porém, a esse pensamento libertário, para desenvolver-se face à complexidade contemporânea, é requerido incorporar necessariamente alguns elementos.

17.

A que elementos o senhor se refere?

Em conformidade com aquilo que viemos desenvolvendo até agora, acredito que existam seis diferentes elementos, que enumero:

Primeiro, que o discurso socialista seja capaz de pensar essa diversidade e dar-lhe um sentido de conjunto. Esta abordagem é absolutamente essencial; é preciso haver núcleos que organizem e orientem a prática política, sem o que se resvala facilmente para as teses anarquistas.

Segundo, que o projeto socialista seja capaz de articular e formular de maneira inteligente os elos existentes entre um sem-fim de vozes, cuja falta de oportunidades sociais e políticas conduz à invisibilidade, à impossibilidade de locução, relegando seus problemas a instâncias que não pertencem à pauta da luta política.

Terceiro, que a prática política socialista seja acolhedora, capaz de impulsionar as lutas políticas respeitando a diversidade, as subjetividades, as particularidades políticas e sociais; concedendo amplo direito à fala e à locução dos diferentes atores e agentes. Afirma-se nesta abordagem sua dignidade e identidade, sem se dissolver as especificidades.

Quarto, que o programa socialista seja capaz de formular proposta que também contemple as necessidades do “aqui e agora”; dos que não estão dispostos a esperar o *milênio*¹ da revolução, para que seus problemas sejam resolvi-

1 É muito importante observar que o socialismo deve buscar uma conformação terrena e evitar as promessas messiânicas, milenaristas; a escatologia que perpassa o discurso de muitos atores. A crítica contínua de pretensões *religiosas* é absolutamente fundamental para o presente e para o futuro do socialismo. Evita-se, deste modo, que a sociedade nova afunde sob práticas que são, sob muitos aspectos, próximas da teocracia.

dos. Esta abordagem é essencial para que se possa dar respostas às demandas e às necessidades dessa diversidade de subjetividades sociais e políticas.

Quinto, que o projeto socialista assuma um compromisso ético-político com o futuro dos sistemas vivos que estão em nosso planeta, propondo revolucionar os estilos, objetivos, instrumentos e formas de organização social, para alcançar o desenvolvimento sem deteriorar a natureza.

Sexto, que o projeto socialista assuma como seus valores fundamentais o igualitário e popular, o democrático, o ecológico e o autônomo-libertário.

18.

Creio que seria interessante desdobrar os conceitos que aparecem no sexto ponto. Ao que o senhor se refere quando fala de igualitário e popular?

A identidade do projeto socialista deve retomar as aspirações dos despossuídos ou excluídos, discriminados e oprimidos, para lutar por uma sociedade cuja riqueza seja compartilhada de forma mais justa e igualitária. Não só entre os trabalhadores urbanos e os do campo, mas também os aposentados, os jovens cujo ingresso no mercado de trabalho é cada vez mais difícil e menos promissor, as mulheres que encontram obstáculo a sua promoção no trabalho, os trabalhadores informais que não são cobertos pela seguridade social, e todos aqueles que hoje sobrevivem marginalizados ou socialmente excluídos.

19.

Como a questão democrática se apresenta no interior do socialismo? No que ela difere da proposta burguesa propriamente dita?

O projeto socialista aspira radicalizar a socialização dos processos de decisão na sociedade: deve, de um lado, defender e ampliar a vigência dos direitos democráticos dos cidadãos e, por outra parte, buscar conquistar a participação e a decisão democrática em espaços locais onde impera o exercício autocrático do poder. Porque uma coisa é a democratização da ação política e outra coisa é a democratização da sociedade. Pode existir um Estado democrático em uma

sociedade na qual a maior parte de suas instituições – família, escola, empresas, igreja, serviços públicos – não sejam governadas democraticamente, como hoje ocorre em nosso País.

20.

A que o senhor se refere quando afirma que projeto socialista deve ser libertário?

Devemos defender e estimular as demandas de autonomia proposta pela diversidade de subjetividades, que proliferam em um arquipélago de espaços no seio da sociedade e que são, atualmente, demandantes de cidadania social e política (democracia e participação). Hoje, a liberdade pessoal deve ser reivindicada além de suas origens liberais e anarquistas. Como alternativa de esquerda, um projeto socialista deve ser capaz de impulsionar e defender espaços onde a pluralidade e a liberdade pessoal sejam legitimadas e não enclausuradas, e onde a diferença possa ter mecanismos de defesa frente a inclinações conservadoras, que não raro, se fazem acompanhar de tendências chauvinistas (que se referem a tudo que é diferente: aos estrangeiros, à opção sexual, à escolha religiosa e assim por diante).

21.

Não seria necessário qualificar o modo como esses elementos se integram a um projeto socialista? Afinal de contas, outras linhas políticas e agremiações partidárias se valem dos mesmos conceitos, não é?

Poder-se-ia objetar que esses elementos podem estar presentes em projetos que não são propriamente socialistas. E, de fato, frequentemente aparecem nas plataformas políticas e programas de certo número de partidos políticos. Neste caso, a especificidade do socialismo a respeito deles é a radicalidade transformadora de sua proposta democrática e libertária.

Concebendo os elementos indicados acima como articulações políticas, a tensão modificadora dependerá da capacidade demonstrada pelos socialistas para elaborar propostas que permitam aprofundar as liberdades, o exercício da

democracia e a distribuição mais igualitária da riqueza social, assim como a sua habilidade para pensar linhas de ação política capazes de implementá-las.

É fundamental observar que a reivindicação do direito à diferença e a ser diferente, como forma de afirmar a liberdade, tem limites, bastando indicar quanto a este aspecto, que o projeto socialista exclui toda possibilidade de aceitar as liberdades de torturar, explorar, oprimir, discriminar, como opção legítima de cidadãos ou grupos.

Assim, as reformas programadas pelos socialistas buscam uma ampliação de espaços de liberdade individual e coletiva, para eliminar os espaços autocráticos da sociedade. A liberdade deve ser pensada em termos de quais liberdades e para que – *e especialmente para quê*. Por isso, propõe-se o princípio de liberdade igualitária, isto é, uma noção capaz de articular a expansão das liberdades juntamente com a ideia de liberdade defendida pelos socialistas.

Logo, será o princípio da igualdade aquele que sirva para distinguir a liberdade liberal da liberdade socialista. E considerar-se liberdade socialista aquela que, liberando iguala, e iguala enquanto elimina uma discriminação ou um privilégio; ou seja, uma liberdade que não só é compatível com a igualdade, senão que é condição de sua própria existência.

Naturalmente este ideário não pode prescindir de uma clara noção da realidade econômica e política do mundo de hoje. A luta que neste cenário cabe ao Brasil conduzir, para reequacionar suas relações com o capital financeiro e firmar-se como nação soberana, é absolutamente fundamental para que o novo socialismo tenha condições de encontrar expressão concreta em nosso país.

22.

Desculpe-me insistir neste ponto, mas a concepção de partido que o senhor advoga ainda não me é totalmente clara. O que há ou deveria haver de diferente na prática do PSB, por exemplo, para que ele pudesse se habilitar a materializar os conceitos sobre os quais viemos conversando?

Acredito que uma parte significativa da resposta a esta pergunta refere-se à superação de uma concepção positivista das ciências sociais, que supunha ser possível formular as leis gerais, no sentido mecânico, de uma determinada sociedade. Este ferramental *científico* autorizava, a sua vez, pressupor linhas de

desenvolvimento passíveis de serem conhecidas *ex ante* e, portanto, estratégias políticas concebidas fora da política. Tínhamos, portanto, a tópica do partido de vanguarda, cuja ação expressava a busca de acelerar tendências mais ou menos inexoráveis e que se pronunciava em nome de um sujeito humano que personificava, em seus interesses de classe, o interesse universal – uma vez que estava alinhado com o *progresso*, já diagnosticado e identificado pela teoria.

Creio que estas ingenuidades estão, no grosso, amplamente superadas. Evidentemente ninguém afirma que as sociedades se desenvolvem segundo um padrão caótico ou randômico, mas, com certeza, admite-se com razoável tranquilidade que o desenvolvimento societário é um fenômeno muito mais complexo que uma formulação mecânica. Além do mais, sabemos que não há uma posição neutra em sentido próprio, de tal modo, que para fins das ciências humanas, o modo como se formula o problema afeta os resultados que serão encontrados.

23.

Como se chega à questão partidária, partindo deste ponto?

Creio que a mediação pode ser estabelecida de modo razoavelmente simples. A meu juízo, em lugar de se partir do suposto segundo o qual a agremiação partidária tem, *a priori*, o domínio do que se pode compreender como *verdade*, avocando, então, o direito de impor a todos seu ponto de vista (científico), trata-se de aprender com as lutas libertárias dos diferentes atores da sociedade, para então construir uma hegemonia política. Note-se que esta hegemonia deve preservar as diferenças, no interior de um campo de forças que luta pela liberdade em sua conformação mais ampla possível.

Este aprendizado, a sua vez, deve levar tanto ao conhecimento das causas específicas de cada luta individual, quanto a seu acolhimento no interior de uma plataforma de transformação política, mesmo quando as questões parecem estritamente privadas – como é o caso do direito da mulher, por exemplo, a dispor de seu corpo, inclusive no que se refere à maternidade.

Neste sentido parece-me que a tópica de Boaventura de Souza Santos é essencialmente correta, quando fala da necessidade de um partido de *retaguarda*:

(...) De acordo com o sentido que lhe atribuo, a teoria da reta-

guarda significa duas coisas. Por um lado, é uma teoria que não dá orientações com base em princípios gerais, ou seja, leis gerais por que supostamente rege a totalidade histórica, mas antes com base numa análise constante, crítica e aberta das práticas de transformação social. Deste modo, a teoria de retaguarda deixa-se surpreender pelas práticas de transformação progressistas, acompanha-as, analisa-as, procura enriquecer-se com elas e busca nelas os critérios de aprofundamento e generalização das lutas sociais mais progressistas. Por outro lado, uma teoria da retaguarda observa nessas práticas transformadoras tanto os processos e atores coletivos mais avançados, como os mais atrasados, mais tímidos e porventura prestes a desistir. Como diria o Subcomandante Marcos, trata-se de uma teoria que acompanha aqueles que vão mais devagar, uma teoria que concebe os avanços e recuos, os da frente e os de trás, como parte de um processo dialético que não pressupõe a ideia de totalidade, antes postula a ideia de diferentes processos de totalização, sempre inacabados e sempre em concorrência. De acordo com a lição de Gramsci, é este o caminho para criar uma contra-hegemonia socialista (...). (Boaventura de Souza Santos. *Por que que é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?* Encarte Clacso, Cadernos da América Latina. Le Monde Diplomatique.)

24.

Esta ideia, que se refere, até este momento, à relação entre luta libertária e sociedade, partido e sociedade, pode ser dirigida igualmente às instâncias partidárias? Quero dizer, deve-se pressupor uma democratização interna ao partido e, portanto, a eliminação dos velhos conceitos de liderança?

Sem nenhuma sombra de dúvida. Encontra-se aqui uma distinção absolutamente essencial entre a política preconizada pelos socialistas e a estritamente burguesa. Nossa noção de democracia não pode se remeter apenas às eleições, ao sufrágio. Ela diz respeito, e *de modo essencial*, à democratização de todas as instâncias em que a vida humana ocorre. Deve abranger, portanto, o partido, mas igualmente a família, a empresa, a igreja etc.; deve-se levantar politicamente contra qualquer forma de opressão, inclusive aquelas que parecem estar fora da política.

(...) A democracia tem que existir, muito para além do sistema político, no sistema econômico, nas relações familiares, raciais, sexuais, regionais, religiosas, de vizinhança, comunitárias. Socialismo é democracia sem fim.

Daqui decorre que a igualdade é uma das muitas dimensões e só pode ser plenamente realizada se a par da igualdade se lutar pelo reconhecimento das diferenças, ou seja, pela transformação das diferenças desiguais (que criam hierarquias sociais) em diferenças iguais (que celebram a diversidade social como forma de eliminar as hierarquias). Nas sociedades capitalistas são muitos os sistemas de relações desiguais de poder (opressão, dominação e exploração, racismo, sexismo, homofobia, xenofobia). Democratizar significa transformar relações desiguais de poder em relações de autoridade partilhada. As relações desiguais de poder atuam sempre em rede e, por isso, raramente um cidadão, classe ou grupo é vítima apenas de uma delas. Desse mesmo modo, a luta contra elas tem de ser em rede, assente em amplas alianças nas quais não é possível identificar um sujeito histórico privilegiado, homogêneo, definido *a priori* em termos de classe social. Daí a necessidade do pluralismo político e organizativo no marco dos limites constitucionais sufragados democraticamente pelo povo soberano (...).(Boaventura de Souza Santos. *Porque que é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?* Encarte Clacso, Cadernos da América Latina. *Le Monde Diplomatique*.)

25.

Pensando mais detidamente sobre essa argumentação, fico com uma dúvida quanto à coerência do raciocínio entabulado. Afinal de contas, tradição da esquerda não tem envolvido certa desatenção com a questão da liberdade?

Concordo com o fato de que a esquerda tem sido leniente na defesa da liberdade, algo que se mostrou um problema para a estabilidade a longo prazo do socialismo (*real*). Mas é justamente por acolher esta crítica que a coerência do raciocínio se estabelece. Afinal de contas, nós socialistas do PSB instituímos nossa legenda à época da hegemonia stalinista, opondo-nos tanto ao regime de partido único, quanto ao liberalismo, particularmente aquele que se libertou por completo das preocupações sociais que demonstrava, por exemplo, um John Stuart Mills.

Segunda Parte

Princípios da esquerda | Qualificação do socialismo: o que é ser socialista neste presente momento? | Pluralismo político, social e cultural | Definição do tamanho e da natureza do Estado | Revolução: como construir a hegemonia transformadora

1.

Que importância tem, no contexto contemporâneo, a questão da abolição da propriedade privada?

A abolição da propriedade privada por si só não pode resolver as modalidades de opressão que surgem de diferentes e diversas relações de dominação e subordinação imanentes à sociedade capitalista; tampouco pode constituir um objetivo capaz de mobilizar todos os setores oprimidos.

É preciso, portanto, ir além, criar mediações, de tal modo que da meta socialista de vencer a opressão não decorra uma opressão de outra ordem, que resulte justamente da submissão de toda propriedade a um Estado que, para todos os fins, mantém-se como potência autônoma para com relação aos oprimidos.

2.

Qual é a importância da criação dessas mediações? Como elas podem ser referidas à teoria marxista do modo de produção capitalista?

Está envolvida com a resposta a esta indagação uma compreensão mais apropriada das relações que existem entre a infra e a superestrutura das sociedades capitalistas.

O socialismo vulgar entendeu que a superestrutura é *determinada* pela infraestrutura, de tal modo que, bastaria uma subversão radical dos termos em

que esta última existe – a eliminação da propriedade privada – para que se alterasse toda a superestrutura.

Esse raciocínio é falso, porque parte de uma premissa equivocada. A rigor a infraestrutura se *expressa* na superestrutura, registra-se nela mas esta, em que pese a implicação necessária, é autônoma e segue movimentos que lhes são próprios. Deste modo, não basta suprimir a propriedade privada; é necessário desconstruir e *desalienar* todas as expressões culturais da sociedade burguesa, para se edificar uma sociedade efetivamente socialista.

A antecedência que tem a supressão da propriedade privada, relativamente a todas as demais manifestações da sociedade burguesa, não é da instância da *práxis*, da estratégia da luta política. Trata-se, a rigor, de uma antecedência lógica: se a sociedade burguesa se fundamenta sobre a propriedade privada dos meios de produção, inexistindo uma, deixa de haver a outra.

Mas esta relação não pode se enunciar nesta pureza, a não ser no campo estritamente teórico. A propriedade privada não existe na vida social como puro conceito, mas como um sistema completo de relações, associações e vínculos. Refere-se à religião, aos institutos do direito, como o casamento e a herança; ao modo como a própria identidade se constrói¹.

3.

Que implicação essa ordem de raciocínio tem para a *práxis* política?

A ordem de raciocínios desenvolvidos na questão anterior tem uma importância capital para a *práxis* política, para a militância socialista. Se a luta não pode ser endereçada a um único alvo, se as várias expressões da vida devem ser objeto de luta, em suas múltiplas particularidades, não há então uma precedência conhecida de antemão e justificável teoricamente.

A luta que envolve a questão de gênero não é menos importante que um hipotético assalto final à propriedade privada; a construção do partido não é necessariamente mais importante do que a resistência à discriminação do negro, à homofobia etc.

1 Marx, em especial, fala que com a emergência do sistema capitalista desenvolve-se o sentido do ter, que desloca o do ser. Deste modo, sou o que tenho; minha identidade afirma-se por algo que lhe é exterior: os objetos de minha posse e, no limite, o representante universal de todos os objetos na sociedade mercantil – o dinheiro.

Não se trata, portanto, apenas do proletariado, do trabalhador; do sujeito humano em sua relação laboral. A emancipação efetiva requer que se abranjam todas as muitas dimensões da existência; que se descubram as interações da vida privada com os assuntos da *polis* e, em o fazendo, que se os transformem em pauta propriamente política.

4.

Dos seus argumentos, pode-se concluir ser necessário identificar quais são as ordens de fatores que podem vir a mobilizar uma determinada sociedade, para fins de realização de uma mudança substantiva em sua condição de existência? A *práxis* política diz respeito, também, à identificação destas bandeiras específicas, que podem levar os diferentes conjuntos de atores da sociedade civil a se mobilizarem para a luta?

Com toda certeza. É preciso descobrir e instituir o conjunto de fatores e alvos que efetivamente mobilizam uma determinada sociedade para sua transformação radical, sua conversão em sociedade mais fraterna, igual, acolhedora das habilidades e potencialidades que, costumeiramente, se dissipam na sociedade burguesa. Esta tarefa, contudo, é ao mesmo tempo prática e teórica; envolve a pesquisa científica, mas igualmente a militância política, a cultura e sua produção; a crítica da maneira pela qual aquela determinada sociedade cria seus códigos simbólicos; suas imagens e autoimagem.

Deste modo, é possível que a energia que propicia mudanças radicais advenha das disparidades regionais, como ocorreu em grande medida a Antonio Gramsci, no que se refere à Itália; pode estar na questão racial, como o vislumbrou Martin Luther King e, muito antes dele, o nosso Zumbi dos Palmares; pode dizer respeito diretamente à questão das populações indígenas, como se dá em grande parte da América andina e, de certo modo, no México.

A partir desta constatação deve-se dar o devido crédito a Marx: a alienação que é inerente, constitutiva da sociedade burguesa, não está aqui ou ali com exclusividade; compõe-se um sistema completo e complexo, em que cada uma das múltiplas partes se liga de modo constelar ao todo. O centro desta constelação, para os fins da luta política, não obedece às disposições arquiteturais do sistema de produção da vida material – ainda que elas existam e sejam determináveis

(as categorias do modo de produção capitalista) –, mas às forças tectônicas que ligam o presente à história de constituição de cada sociedade particular.

Cabe aos atores políticos, ao partido, como força de aglutinação para a *práxis*, identificar quais bandeiras permitem efetivamente mobilizar o investimento energético, capaz de ser mobilizado para a mudança. É preciso compreender esta ordem de realidade, se de fato queremos mudar substantivamente a sociedade em que vivemos: a mudança diz respeito à razão, mas também ao afeto. É preciso, portanto, aprender a mobilizá-lo no sentido da emancipação. Se não o fazemos, se os socialistas abandonam a disputa, este afeto que pode ser uma força de transformação, tende a uma regressão, de que as diferentes ordens de chauvinismo são uma expressão privilegiada.

5.

Se não há uma precedência na *práxis* das distintas ordens de lutas visando a emancipação, como fica a questão do sujeito da transformação?

O sujeito – ou sujeitos –, da luta política é sempre histórico, particular, concreto. Não se trata, como o vulgo pretendeu e pretende, de um sujeito funcional – o proletariado em sua condição abstrata de antítese do burguês. A transformação socialista, quando ela ocorreu, e em que pese seus equívocos e descaminhos, foi levada a termo por homens e mulheres de carne e osso, por exemplo, operários e camponeses submetidos a condições de vida terríveis, em uma Rússia dividida entre a modernidade fabril e um feudalismo extemporâneo. Não são categorias abstratas, mas homens e mulheres submetidos a problemas e dificuldades que dizem respeito a suas existências concretas, a seu corpo, valores, crenças e expectativas.

Se a proposta socialista de emancipar o homem da exploração e da miséria pode recuperar-se hoje como bandeira de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, então deve também ser capaz de ampliar seus objetivos estratégicos.

É preciso esquecer a ideia de socialismo como expressão da vontade política de um sujeito coletivo, tal como uma classe ou um Partido, que instituem tal vontade a partir de uma condição *funcional* com o sistema capitalista; que os torna, por força desta funcionalidade, *portadores de um interesse universal*, ao qual todos os demais interesses devem se subordinar.

O socialismo que se funda a partir de um tipo abstrato, homogêneo – o *proletário, como categoria do modo de produção capitalista* – reintroduz a opressão que pretendeu suprimir, pois precisa reduzir toda a vida social aos ditames da teoria, que só se constrói simplificando esta mesma vida social, depurando-a de sua concretude, historicidade e particularidades.

É evidente, por outro lado, que aqueles que tomarem a dianteira devem *necessariamente*, em nome de seus interesses estratégicos, buscar unificar diferentes âmbitos da luta libertária, conferindo a ela uma negatividade crítica, que permita, enfim, superar os diferentes desígnios da ordem. Deste modo, se a luta política refere-se imediatamente a uma questão racial, como ocorreu na África do Sul, por exemplo, é preciso que ela possa ser suficientemente ampliada para se aperceber das outras ordens de oprimidos, como são seguramente os operários brancos pobres, as mulheres, os imigrantes em situação de miserabilidade. Se esta condição não ocorre, fratura-se a luta e, apesar da mudança de regime, não se consegue alterar substantivamente a condição de vida da população.

Em resumo, a luta iniciada a partir de uma condição específica ou de um grupo particular de interesses, não desobriga que se constituam vínculos que busquem totalizar os esforços e energia, no sentido de superar a ordem. Bem ao contrário, qualquer possibilidade de sucesso em aprofundar as conquistas libertárias está assentada nessa articulação em torno de objetivos comuns.

6.

Qual é a perspectiva dos socialistas, no interior do campo que pretende superar a ordem e os limites da sociedade burguesa?

O socialismo deve ser considerado como um programa que intenta modificar a ordem existente reivindicando os princípios elementares que têm caracterizado a esquerda. O que significa isto? A esquerda sempre acreditou que existem problemas de igualdade, justiça, liberdade e participação que não estão resolvidos, e por isso é necessário elaborar novas formas de organização de atores e projetos, capazes de instaurar mudanças estruturais na sociedade.

Este impulso motriz da ideia de esquerda se aplica a um território mais amplo de preocupações, porque abandona a monomania de tomar com exclusividade as oposições proletariado-burguesia ou socialismo-capitalismo, para

inscrever em seu campo de preocupações e ações as relações existentes entre democracia e ditadura; direitos humanos e terror; unilateralismo e multilateralismo, liberdade e totalitarismo.

Apropria-se, deste modo, da concepção que a sociedade socialista não está dedicada apenas a resolver uma questão de âmbito laboral, mas que deve predicar um modo completo de existência; de que os eixos indicados acima são, também eles, bandeiras pelas quais se *deve* a pena lutar.

A visão acima mencionada não significa que se esteja pregando um abandono às teses iniciais que impulsionaram o socialismo. Significa conceber o socialismo como um projeto político que se realiza em um movimento que recorre à diversidade e pluralidade da vida social, com suas múltiplas razões, saberes e práticas.

7.

Pensando na relação entre o passado do socialismo e seu futuro, o que o senhor considera ser socialista na atualidade?

Creio que no passado, como hoje, o socialismo deve sempre partir de um diagnóstico da realidade socioeconômica em que se dá a existência humana. Quanto a isso, não tenho dúvidas ou ilusões: o capitalismo só promove a civilização arrastando com ela a barbárie. Deste modo, ao lado da mais fulgurante riqueza, da capacidade de deslocamento ilimitado, da sociedade de comunicação – a *aldeia global* de Marshall McLuhan – vemos déficits de infraestrutura que dizimam e solapam a vida, por elementos absolutamente básicos e essenciais. Há imensos contingentes populacionais espalhados pelo globo, faltam água, energia elétrica, educação, saúde etc. Se a medicina sanitária se valesse da sociologia para construir os indicadores epidemiológicos, chegaria à conclusão de que nosso mundo, de imensa riqueza material, morre essencialmente de pobreza.

A esses flagelos somam-se, ainda, a questão ambiental, a tragédia da guerra, o problema do controle sobre as fontes não renováveis de energia, que invariavelmente vinculam entre si os três temas anteriores.

É importante chamar a atenção para essas questões porque ser socialista, hoje como ontem, remete em primeiríssimo lugar a lutar obstinadamente para mudar o paradigma de desenvolvimento que se impõe com o capitalismo.

O desenvolvimento capitalista, por mais fantástico que seja, não gera soluções efetivas, mas cria continuamente problemas que não resolve. Ser socialista, portanto, consiste na responsabilidade histórica, política e social de criar uma alternativa viável ao padrão capitalista de desenvolvimento (mais correto, do ponto de vista técnico, seria dizer *crescimento*), que extrai grande parte de sua potência do sacrifício do futuro, em benefício do presente.

Aproveito, portanto, para enfatizar uma vez mais, que sob o ponto de vista socialista, a questão ambiental, absolutamente essencial, não se resolve em seus próprios termos. É preciso mudar radicalmente a sociedade produtora de riqueza, para que esta riqueza não se materialize a partir da catástrofe recorrente, que compromete a totalidade da história. Esta lição Walter Benjamin nos ensinou: *para os de baixo a catástrofe não é algo por ocorrer, mas elemento da vida corrente*.

Não posso perder a oportunidade, ainda, para chamar a atenção também para algo de que falamos anteriormente: o projeto da modernidade, o ideário iluminista ainda não se realizou, de tal modo que a demanda de uma pós-modernidade, legítima por escancarar a frustração das promessas feitas com o advento da sociedade burguesa, é rigorosamente ideológica, quando e se pretende dar um salto sobre a modernidade, para instituir uma sociedade indiferente aos destinos dos que foram deixados para trás.

8.

Talvez seja o momento de falarmos um pouco da revolução socialista. Como traduzi-la para a contemporaneidade?

Gostaria de observar que a avaliação do socialismo não segue, para nós socialistas, uma metodologia distinta daquela que se aplica ao capitalismo. Não se trata, portanto, de pensar a questão abstratamente, como se estivéssemos avaliando o platonismo, em suas implicações para a contemporaneidade.

Nesse sentido, creio que é preciso ter em conta que o socialismo foi praticado e experimentado, ao menos originalmente e em grande medida, em sociedades que não haviam atingido o desenvolvimento capitalista em sentido estrito. Como regra, portanto, a plataforma socialista se implantou em países essencialmente agrários, paupérrimos, de conformação social retrógrada, a meio

caminho entre o capitalismo e sociedades de natureza estamental e/ou marcadas por formas pré-capitalistas de organização social.

Ainda que esta via tenha sido a pregada por Lenin, em sua teoria do *elo mais fraco da cadeia*, não se pode negar que as consequências desta estratégia não foram inertes, tendo sido a base de que se partiu determinante para as dificuldades, e posterior colapso, do socialismo real.

A meu juízo, erram os socialistas que pretendem analisar essa questão nos termos em que ela se colocou originalmente. Não se trata mais de opor as teses leninistas à pregação social-democrata. É preciso entender o problema em sua atualidade, em sua historicidade, como provavelmente o diria Gramsci. Porque, acredito que isso a história demonstrou, não adianta opor ao capitalismo, um capitalismo de estado; um fordismo maldisfarçado.

Trata-se de discutir as condições mesmas da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista – e nesse sentido a história girou a favor do projeto socialista, na medida em que os universalizou – para superá-los em escala global. Uma vez mais, deve-se afastar as reminiscências do passado. Não prego uma retomada do internacionalismo trotskista ou seus métodos. Reconheço apenas, com a devida serenidade, que ao capitalismo efetivamente internacionalizado deve-se opor um projeto de escala ampla.

9.

Não chegamos ainda à questão da revolução propriamente dita.

É verdade, parece que nunca se chega a ela. De toda forma, gostaria de utilizar uma metáfora para tratar deste ponto. O termo revolução tem, entre suas acepções, um sentido astronômico, que remete ao movimento elíptico de um astro celeste em torno do sol. Esta noção implica a ideia de órbita, que consiste justamente na trajetória por meio da qual o astro se mantém em movimento contínuo em torno de um centro. Do ponto de vista social creio que deveríamos considerar a trajetória elíptica de nossa metáfora a história, e o centro em torno do qual gravitam os conceitos de igualdade e liberdade socialista, conforme foram indicados anteriormente. Deste modo, a revolução que se imagina como salto de uma órbita a outra *também* pode ser pensada como realização de tarefas *dentro* de uma mesma trajetória.

Notem que estas duas acepções não se excluem, quer do ponto de vista teórico, quer no que se refere à *práxis*. É preciso, a cada momento, manter-se em perspectiva revolucionária, seja para modificar a ordem no interior de seus limites, seja para superá-la radicalmente.

No que se refere à *práxis* em sentido estrito, considero que esta concepção ampla do vocábulo revolução seja essencial, apesar de sua simplicidade conceitual. O fato é que o socialismo não necessariamente será implantado por forças universalmente socialistas. É preciso, portanto, construir alianças apontadas para o alvo de uma sociedade mais justa, edificar uma verdadeira hegemonia transformadora. Ora, isso não se faz sem que tenhamos em perspectiva, na prática política, a necessidade de conquistar corações e mentes de outros campos, respeitando-os nesta diferença. A hegemonia a que me refiro, é bom enfatizar, se edifica aqui, na relação reiterada com aqueles que, ainda que diferentes de nós, são sensíveis às necessidades de modificar a ordem. É preciso acalentar, portanto, também a ideia de melhoria constante, realizada como atividade diuturna e crítica, ainda no momento em que a hegemonia burguesa está estabelecida.

10.

Creio que valha a pena pensar um pouco na questão do socialismo real. Como o senhor interpreta esse período?

A meu juízo ainda não se faz uma análise justa do socialismo dito real. Como regra são enfatizados seus desencontros, as frustrações e a incapacidade do sistema em acompanhar o Ocidente, especialmente no que se refere à qualidade de vida do cidadão médio. Penso haver aqui um equívoco fundamental, ou seja, imaginar que este *padrão de vida* instituiu-se autonomamente no Ocidente, como se fosse produto de um desenvolvimento autárquico do capitalismo. Ora, o capitalismo que elevou o padrão de consumo das massas urbanas, ainda que não das rurais, que intentou universalizar o acesso aos bens públicos, sem de fato consegui-lo, que engendrou o estado de bem-estar social, o fez em grande medida em decorrência da relação competitiva que teve de estabelecer com o socialismo.

Tanto isso é verdade que após a queda do muro, fragilizada a utopia socialista, observou-se um retrocesso ainda não concluído de todas as conquistas

havidas, particularmente aquelas observadas entre o fim da Segunda Guerra e a década de 1970. O período que corresponde à hegemonia neoliberal é, em larga medida, o de uma contrarrevolução capitalista, profundamente conservadora e claramente antikeynesiana, uma vez que já a partir de Hayek se considerava tais políticas como uma subvariedade do socialismo implantado na Europa Oriental.

11.

Concordo com seu ponto de vista, mas e quanto ao socialismo em si mesmo, independentemente de suas relações com o capitalismo. Qual é sua avaliação?

Os que pretendem desqualificar o socialismo, não apenas pelo passado, mas pensando também nas promessas que envolvem o futuro, querem desconhecer que houve avanços e, não por acaso, em áreas que ainda fazem pensar criticamente o modelo de desenvolvimento capitalista. Com todas as suas dificuldades, que é preciso reconhecer, as sociedades que adentraram experiências socialistas fizeram coisas fantásticas como, por exemplo, o acesso universal a bens e serviços essenciais, de que são exemplos a saúde, educação, alimentação. Se não chegaram a ser ricas, tais sociedades não conviveram com o escárnio que implica a coexistência abjeta entre riqueza extrema e pobreza aviltante. Repito uma vez mais: sem prejuízo das ressalvas que se deve fazer, das críticas às limitações da democracia, do direito de expressão etc., o fato é que o socialismo real ainda aponta diretamente para deficiências ignominiosas do capitalismo. A intensidade desta indicação não diminui com o tempo mas, ao contrário, ganha em qualidade e intensidade, à medida que o capitalismo se revoluciona a partir de uma hegemonia que se pretende incontestável.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para chamar a atenção para um fato que comumente é subestimado. Se o Ocidente pode manter-se como sociedade livre, aberta, não foi por obra sua apenas. Na prática, a sociedade que emergiu da Segunda Guerra só pôde assumir a configuração que teve porque a União Soviética se opôs corajosamente ao nazismo, mesmo que tenha tido de enfrentá-lo em desigualdade de condições. A vitória dos aliados é, em larga medida, uma *vitória moral dos socialistas*, que além de combatentes, eram vítimas do próprio nazismo. Moral porque se fez a partir de uma incompatibili-

dade ideológica, existencial, antes de ter sido um conflito entre dois exércitos, em um contexto geopolítico específico. Os socialistas, mais do que ninguém nesta guerra de oposição ao nazifascismo, representaram valores nascidos com o iluminismo, que a burguesia tende a abandonar sempre que entram em conflito com o dinheiro.

Terceira Parte

Crise na representação e da democracia representativa | Democracia participativa |
Candidatura avulsa | Sistema partidário | Patrimonialismo na cultura política brasileira
| Financiamento de campanha

1.

Com relação às questões indicadas neste segmento, o que lhe parece de maior significado e importância, uma vez que estamos diante de um campo verdadeiramente imenso?

Sem que isso se constitua em uma efetiva pretensão de teorizar, parece-me que há uma urgência em se discutir a questão da representação. Gostaria de introduzir aqui, de pronto, um recorte: esta urgência não é pautada pela campanha de desqualificação da atividade política que empreende grande parte da mídia no Brasil, mas por um fenômeno que ocorre em escala global, mesmo em países com grande tradição democrática.

Aventuraria dizer que existe uma grande frustração com o regime atual de representação, de que se apropriaram, inclusive, as instituições do terceiro setor, para lançar-se em um movimento persistente de questionamento das práticas existentes. Ainda que essa crítica se faça de um ponto de vista impossível, ficcional, ou seja, assumindo como possível estar do lado de fora da política, ela toca um ponto essencial e nevrálgico.

Só toco nesta questão envolvendo o terceiro setor para realçar a necessidades de se fazer a crítica desde um ponto de vista estritamente político. Isso é fundamental se pretendemos ser produtivos. Nesse sentido, acredito que é essencial evoluir no conceito e nas práticas de representação. É preciso somar ao controle externo dos poderes, a partir da opinião pública, formas efetivas de intervenção da população.

Vale neste ponto abrir um parêntesis. A avaliação contínua da ação dos poderes, a partir de uma esfera que não está investida do direito de representação, nasce com a democracia burguesa, não sendo, portanto, em hipótese alguma, uma novidade. Habermas, por exemplo, ao analisar a emergência da esfera pública, demonstra documentalmente que junto com a tribuna no parlamento emergiu uma imprensa dedicada a lhe fazer a devida crítica. As filosofias de Kant, Hegel; a economia política, nas pessoas de Jeremy Bentham e John Stuart Mill etc. são impensáveis, em seus desdobramentos políticos, sem que se aborde esta questão. Não por acaso, as noções de controle, transparência, limitação etc. são inerentes aos desenvolvimentos teóricos que fizeram. É evidente que esta prática é tão essencial, quanto tem sido insuficiente, no sentido de dar à representação uma configuração que possa atender às demandas que apresenta à população, na condição de eleitores, contribuintes, e assim por diante.

É preciso, portanto, fazer avançar a cidadania política, conceber instrumentos novos, que assegurem e estimulem a participação popular, *no interior* do processo político. Tal necessidade resulta, inclusive, da emergência das classes populares para a vida cidadã, algo que só ocorre à medida que a sociedade capitalista amadurece.

2.

Quais são os instrumentos que podem ser mobilizados para ampliar a participação da sociedade civil na vida política?

Gostaria, uma vez mais, de salientar que nos encontramos em um momento que se pode chamar de pré-teórico. Enfatizo este ponto, porque as indicações que vou fazer não têm, apesar da ordem de enunciação, uma precedência de umas sobre as outras, ou mesmo um encadeamento rigorosamente lógico. Esta não é uma deficiência minha, ou da agremiação a que pertenço, o PSB, mas da própria conjuntura política, que se vê obrigada a pensar em uma mudança de grande envergadura *no interior* da democracia burguesa, que dá sinais claros de esgotamento, se os medimos, por exemplo, pelo nível de absenteísmo nas eleições, a partir do ressurgimento de movimentos de ultradireita etc.

Feitas estas qualificações, parece-me essencial tocar em alguns pontos. Em primeiro lugar considero importante desenvolver mecanismos que permitam à

população interferir de modo efetivo em todas as decisões estratégicas do país. Não me parece, por exemplo, que programas da envergadura das privatizações conduzidas pelo governo Fernando Henrique possam ser levados a cabo sem que a sociedade os referende. Esse raciocínio se aplica igualmente ao presente, no que se refere à necessidade imperativa de consultar a população, sempre que se pretenda realizar mudanças de natureza estratégica, de que podem ser exemplos independência do BACEN, questão amazônica (Raposa Terra do Sol); regime de governo (parlamentarismo x presidencialismo); desarmamento (que já foi objeto de referendo). Deste modo considero fundamental que as constituições e as leis orgânicas dos municípios prevejam especificamente mecanismos que permitam e viabilizem esta ordem de participação.

Ainda nesse âmbito, julgo relevante que os planos de desenvolvimento, realizados nas diferentes esferas de governo, os planos diretores municipais, e instrumentos assemelhados devem ser submetidos a referendo. Deste modo, as movimentações para suas aprovações deixam de ocorrer nos gabinetes e na imprensa, para atingir a própria sociedade. Práticas desta ordem tem grande importância pedagógica, uma vez que nos exercita para a vida cidadã, para o compartilhamento de responsabilidades.

3.

O senhor não teme certa desorganização política e social, o risco de uma paralisia, caso se recorra a instrumentos tão amplos de participação?

Não quero ser indelicado, mas, traduzindo em miúdos, você verbaliza o receio de todos os conservadores que, a rigor, consiste na enunciação de um preconceito: *a participação das camadas populares na política leva à bagunça*. Esse ponto nos permite entender, inclusive, os limites em que a democracia representativa se meteu no Brasil. Como ela nunca foi pensada para acolher os de baixo, mas, ao contrário, para lhes dar a expectativa de se verem atendidos em suas demandas, em algum momento do futuro – de que é exemplo o bolo, que nunca cresce o suficiente –, gera continuamente frustrações.

De todo modo, respondendo objetivamente a sua questão, não creio que a adoção de mecanismos de participação popular venham a incidentar, quer o processo legislativo, quer as ações do executivo, em proporções significativas.

Note que se trata de um juízo de valor que, mesmo estando errado, não invalidaria o processo. Afinal de contas, tudo na vida tem um determinado tipo de maturação e, nem por isso, esse tempo pode ou deve ser entendido como uma perda. Ele é parte inerente, neste caso, do processo de decisão. Há que se considerar, ainda, que diferentemente do processo legislativo clássico, o plebiscito ou referendo ocorre em um momento determinado do tempo, não se arrastando além do termo que sua convocação prevê.

4.

Gostaria de retomar a questão original, pois a última indagação interrompeu seu raciocínio.

Pensando ainda em termos de instrumentos que possam assegurar e estimular a democracia participativa, creio que valha a pena mencionar a candidatura avulsa, cuja natureza política precisa ser corretamente compreendida. Nesse sentido, é necessário enfatizar que ela não se presta exatamente a opor uma candidatura não partidária, ou pretensamente apartidária, aos partidos políticos. Ficar nesse nível não nos leva a lugar algum, pois ficamos no plano da tautologia. A candidatura avulsa mede, a rigor, a vitalidade do próprio sistema de representação, de tal modo que, quanto mais ela consiga capturar eleitores, tanto mais indica que algo não se passa exatamente como deveria. Por essa razão creio tratar-se de um instituto de grande importância democrática, pois permite ao eleitor expressar produtivamente sua inconformidade, não tendo que recorrer, para tanto, aos votos nulos e/ou em branco. Noto, por fim, que com esses propósitos a candidatura avulsa é praticada, por exemplo, na Alemanha e nos Estados Unidos – sendo que neste caso em particular, normalmente envolve uma personalidade de amplo conhecimento do público.

5.

A propósito da candidatura avulsa, ocorre-me uma questão de ordem geral: os poderes constituídos, o parlamento em particular, não resistiria a essas mudanças, entendendo-as como limitação ou condicionamento de suas atribuições?

É bem provável que esta venha a ser a primeira linha de raciocínio. Entendo, contudo, que especialmente o parlamento deve mudar sua concepção de fazer política, admitindo e estimulando a possibilidade de participação. Seria muito importante e interessante estimular a participação na formulação do orçamento, o debate sobre as prioridades da lei orçamentária e assim por diante. É evidente que não se tratando de democracia direta, feita na praça pública, a participação deve ocorrer institucionalmente, ou seja, por meio de entidades como OAB, CNBB, federações e centrais sindicais, sindicatos patronais e assim sucessivamente.

Parece evidente, mas não há prejuízo em observar, que os regimentos das casas parlamentares, nas três esferas de governo, devem ser devidamente adaptados para dar conta de propostas desta natureza. Apesar de tudo isso ser muito trabalhoso, tenho firme convicção de que se atuar neste sentido, o Parlamento, ao final, ver-se-á livre da subordinação ao executivo, a que se vê condenado atualmente. De modo muito instigante, a conquista de um efetivo protagonismo político por parte do Parlamento parece estar vinculada a assegurar espaços significativos de atuação para a população, no próprio rito parlamentar.

Não se pode esquecer que o fortalecimento da instituição parlamentar, importante para a dinâmica dos processos que caem sob sua competência, é essencial para a democracia enquanto tal. Afinal de contas, não se pode imaginar que o país seja eternamente gerido pelo recurso a medidas provisórias.

6.

Quanto ao parlamento, não existe uma tentativa de desqualificá-lo perante a opinião pública?

Já tivemos oportunidade de debater a questão da desqualificação da política em outros contextos, mas acredito que valha enfrentá-la de um ângulo

novo, ou seja, o do patrimonialismo. Creio que, uma vez mais, há uma impropriedade quando se ataca a instituição parlamentar, como se esse patrimonialismo nascesse em seu interior. A rigor, esse fenômeno advém da esfera privada, para atingir o mundo público. O patrimonialismo é um atributo que nasce no recesso de cada casa, e faz acreditar que aquilo que pertence à sociedade é de uso privado. Existe, portanto, como fenômeno, em várias escalas, desde a autoridade que se locupleta de sua condição, até aquele agente público, muitas vezes bastante humilde, que se vê no direito de levar para casa resmas de papel, utilizar o telefone da repartição para fins privados etc.

Esta distinção é importante porque aqueles que se posicionam como socialistas tem a obrigação histórica de, a um só tempo, combater o patrimonialismo em todas as suas diferentes escalas e defender, contra as forças conservadoras, o Parlamento e todas as instituições democráticas.

A esse respeito vale a pena apontar o simplismo de certos órgãos de imprensa, que se valendo da crítica ao patrimonialismo, miram a instituição parlamentar. Pois bem, esses mesmos veículos, tão críticos quanto ao parlamento, fazem vistas grossas aos diferentes arranjos entre amigos, que beneficiam entes privados. Compreende-se, deste modo, a natureza da orquestração: não se combate propriamente o patrimonialismo, mas a política, de tal modo que a partir de sua completa desqualificação se transforme todo assunto público em arranjo privado. Assim sendo, critica-se o patrimonialismo localizado, apenas e tão somente para instituir sua forma universal, em que o próprio Estado se vê totalmente subordinado à lógica dos particulares.

7.

Em se falando da desqualificação da política, não é importante fazer remissões à reforma política tão propalada no Brasil?

Seguramente. Gostaria, já a princípio, de externar que, a meu ver, existem fundamentalmente duas naturezas distintas de reforma política. Uma que almeja ampliar a pluralidade política e ideológica e o exercício da cidadania política, e outra, que tem por meta restringir tanto estes direitos, quanto a diversidade ideológica.

Apesar de haver diferentes projetos tramitando, grande parte do que se tem entendido como reforma política caminha no sentido de fortalecer as grandes agremiações partidárias e inviabilizar os pequenos partidos. Tem-se em mente algo que se assemelha ao bipartidarismo americano, sobrevivendo, quando muito, uma pequena linha auxiliar de partidos, que deve atuar de maneira coadjuvante às duas grandes agremiações.

Bem, essa solução é desastrosa primeiramente do ponto de vista do espírito democrático, uma vez que cabe ao eleitor o direito de escolha, além de obrigar que todas as diferenças de perspectivas se expressem na banda estreitíssima existente entre dois partidos que almejam se perpetuar no poder.

Chega ser risível, de certo modo, que bandeiras como a limitação das agremiações partidárias se ponham como alternativas reais no Brasil, justamente quando se observam crises significativas, nos locais em que vinham sendo praticadas. Esse é outro elemento desta questão, ou seja, que em países como os Estados Unidos o bipartidarismo está levando a um progressivo desinteresse pela política, o que obriga a pensar a direção em que a reforma política está sendo proposta.

Creio que valha apontar, ainda, o caráter *higienista* da reforma que se pretende fazer. Tudo se passa como a representação de um grande leque de perspectivas no parlamento levasse à bagunça que, uma vez mais, cabe a *buana* eliminar. Sob o manto da aparência de bom argumento há muitas impropriedades em jogo. Quem, em sã consciência, pode afirmar que a propalada inoperância do parlamento decorra da existência de muitas representações partidárias? Quem pode sustentar como razoável a ideia de que as mudanças de agremiação se devam, exclusivamente, ao leque de opções existentes? Não é possível demonstrar estas assertivas e, muito provavelmente, existe um enorme conjunto de hipóteses que podem ser candidatas a explicar os mesmos fenômenos. Por exemplo, não decorre a ineficiência parlamentar da ausência de instrumentos efetivos de participação popular? Se houvesse no Brasil o voto destituínte, não se obrigaria os parlamentares, dos muitos partidos existentes, a observarem outras ordens de atuação?

Seja lá como for, o fato é que se pretende utilizar a reforma política para criar as condições que permitam a perpetuação no poder de um grupo limitado de agremiações, como se observa hoje em dia na Inglaterra entre trabalhistas e conservadores; nos Estados Unidos, entre republicanos e democratas.

Nesse sentido, ao menos, caminham as várias propostas em debate, todas elas privilegiando os grandes partidos, em termos de financiamento, de divisão do tempo da propaganda eleitoral gratuita e assim por diante.

8.

Falando em partidos, o que o senhor pensa em relação ao financiamento de campanha?

Sou favorável ao financiamento público das campanhas. Creio que isso evitaria muitos dos problemas que enfrentamos atualmente, particularmente o desequilíbrio nas disputas, decorrente da intervenção do poder econômico. Diferentemente da maior parte dos analistas, faço questão de salientar que a corrupção, que todos adoram alardear, é um subtópico deste tema. Ele não se resolve, portanto, sem que se chegue a uma equação para o problema central, que diz respeito a barrar a intervenção dos potentados no processo eleitoral. Inverter esta perspectiva nos leva a absurdos, qual seja, o de aceitar que o modelo eleitoral americano seja algo desejável.

Para qualificar um pouco mais o que penso, gostaria de observar que considero essencial evitar que, sob a bandeira do financiamento público de campanha, se institua efetivamente um sistema híbrido, em que àquilo que é legal se soma a contribuição irregular de parte de entes privados. Para evitar que esse patrocínio privado se torne prática é essencial que a legislação seja clara e severa em coibi-lo, apenando-o(a):

- a) o agente político com perda do direito à candidatura, se no curso da campanha; ou
- b) a cassação do registro da candidatura, inelegibilidade, perda de mandato, se eleito de modo irregular;
- c) o agente privado, impondo-se multas e outras sanções contratuais, especialmente em suas relações com entes públicos. Sendo possível, deve-se pensar no impedimento de contratar com o setor público, de preferência por período longo o suficiente para aumentar o risco do procedimento irregular, coibindo sua prática;
- d) a pessoa física, aplicando multas que desestimulem a prática.

9.

Como o senhor imagina devam ser distribuídos os recursos para fins de financiamento de campanha?

Acredito que deva ser equânime, ainda não que necessariamente igual. É preciso respeitar a representação das bancadas, e, ao mesmo tempo, a necessidade de se assegurar aos pequenos partidos participar ativamente no cenário político. O modo mais simples de se atingir tal propósito consiste em garantir valores mínimos aos partidos, independentemente do tamanho de suas bancadas. Ainda que se tenha de tomar os devidos cuidados para evitar a criação de legendas que tenham por meta exclusivamente a percepção de verbas de distintas ordens, tal atitude é essencial à manutenção de uma diversidade político-ideológica que dê fundamento verdadeiramente democrático ao sistema de representação política. Se não se endereça de modo pragmático esta questão, ou seja, tratando dela no âmbito do financiamento de campanha e das subvenções partidárias, ficamos restritos a um discurso estéril, que conduz ou nos faz tender ao bipartidarismo, que pode ser tácito ou explícito.

Sobre os mecanismos de financiamento de campanha, a reforma política que se está tentando encaminhar recentemente é muito ilustrativa quanto ao que, a meu juízo, deveria ser evitado. Trata-se, a rigor, de uma tentativa de congelar o atual quadro partidário, de modo a que o poder se alterne recorrentemente entre duas ou três grandes agremiações. Para se ter uma ideia clara da impropriedade desses encaminhamentos, basta recordar que, se estivesse sujeito às regras desta reforma política, o Partido dos Trabalhadores provavelmente jamais chegaria ao poder.

10.

Há problema maior do que este no financiamento das campanhas políticas? Penso aqui especialmente no estrago que fez, por exemplo, o episódio do mensalão.

Não pretendo obviamente minorar a dimensão desse episódio. É um erro, contudo, imaginar que o problema se concentra unicamente neste âmbito.

Veja, mesmo as doações legais, feitas a partir da contabilidade formal das companhias geram compromissos, *a posteriori*, de administração muito complexa. Existe, a rigor, ainda que implicitamente, uma cooptação do eleito, para os fins dos interesses de seus financiadores.

Não quero com isso dizer que ocorre uma subordinação. Chamo a atenção para o fato de que o financiamento público, além de conferir maior transparência ao processo, evitaria qualquer tipo de cruzamento entre interesses privados e públicos.

11.

Mas isso não representaria um ônus adicional para o erário público, sempre muito pressionado pela escassez de recursos?

Caminheemos por partes. Este é um recurso que vale a pena gastar, pois ele elimina, à medida que se institui, a persistente sobreposição de interesses privados e públicos, quando não a subordinação dos segundos aos primeiros. Significa dizer que a médio e longo prazo deve haver um retorno mais que proporcional com relação ao gasto, pois certamente aumentarão a economicidade, a eficiência e a eficácia do gasto público.

Isso posto deve-se observar que mesmo o acréscimo de gastos em que incorrerá a sociedade, no financiamento público de campanhas, não corresponde a cem por cento dos valores envolvidos. O poder público, a rigor, já financia parte das campanhas, na medida em que o tempo de veiculação em TV, na propaganda eleitoral gratuita, por exemplo, é recuperado pelos veículos de comunicação pela compensação de impostos. Existe em funcionamento, portanto, um mecanismo de renúncia fiscal, que suporta uma parte bastante significativa dos custos de qualquer campanha. Além disso, os partidos já contam com verba pública para financiar suas atividades, por meio do fundo partidário (cujos recursos dividem com suas fundações, que recebem vinte por cento do montante total).

Na tese do financiamento público de campanhas políticas chamo a atenção para um ponto crítico, que se refere ao tipo de distribuição de valores que se pretende fazer entre os partidos, via reforma política. Uma vez mais minha preocupação refere-se ao modo com que se vão distribuir os recursos. É preciso evitar a todo custo, ao menos sob minha perspectiva, que os grandes partidos

fiquem com recursos mais do que proporcionais a seu tamanho, que por si mesmo – considerados em termos quantitativos suas bancadas e representação política –, já é um fator político de grande magnitude.

Quarta Parte

Práxis política | Apropriação social dos valores democráticos: família, empresa, igreja

1.

A seu juízo, a partir de que fundamentos se pratica a política na sociedade contemporânea?

A política conforme a conhecemos nas sociedades modernas, e mais particularmente aquela que se pratica desde a consolidação dos Estados nacionais, está fundamentada no partido político.

Não é pequena a importância desta observação, particularmente porque ela indica que a política se faz como afirmação de uma opção programática e não em decorrência de privilégios estamentais (caso da nobreza e do clero), ou por força da condição estrita de nascimento (o terceiro estado).

2.

Qual é, nesse contexto, a importância da formação política?

Se a política se faz, no essencial, a partir do partido político e, portanto, com base em programas, a formação política reveste-se de absoluta importância para a vida cidadã. A qualidade da militância e da direção partidária, a condição que têm de interpretar os termos e desafios do embate político, determinam em grande medida a natureza da vida na *pólis*.

Deve-se observar quanto a esta questão que ela não diz respeito apenas à eficiência e eficácia da intervenção política, mas também aos valores com que a política

é praticada. Deste modo, os debates que muitos teimam em travar nas manchetes de jornal seriam muito melhor conduzidos e, com certeza, melhor sucedidos, caso ocorressem como elemento inerente ao esforço de formação de quadros.

3.

Muitos diriam que política e valores não rimam nos dias de hoje.

A resistência a esta ordem de ideias é um dever da militância socialista. Em tempos de globalização, a política vem sendo vítima de uma verdadeira cruzada, no sentido de desqualificá-la como atividade humana. Muitos interpretam esse movimento como anseio por uma sociedade apolítica, instituída a partir de critérios exclusivamente técnicos e erigida com fundamento no princípio de custo/benefício.

Nesta sociedade pretensamente “sem política” impera, contudo, a política da ordem. Não se trata, então, de desqualificar a política em geral, mas aquelas linhas de atuação e militância que não estão adequadas aos princípios e requerimentos dos que têm estado no poder por gerações. Se, portanto, no passado pré-capitalista tudo que divergisse das opiniões e dogmas da Igreja era considerado heresia e desqualificado como falsa compreensão de Deus, no presente, aquilo que não adere ao ideário dominante é simplesmente ineficaz, ou, alternativamente populista e ideológico.

4.

O senhor quer dizer que os socialistas devem resistir, em primeiro lugar, à desqualificação da política?

A importância capital da política emerge justamente deste cenário de crise e desqualificação. Os de baixo têm vivido desde a emergência da hegemonia neoliberal um sonho que não lhes pertence. As promessas feitas, mesmo que limitadas em seus termos, não podem ser cumpridas em bases sustentáveis, como o demonstra a crise que se instaurou em fins do ano passado, mas que vinha indicando sua intensidade desde os fins da década de 1980.

Esta crise diz respeito a muitas coisas, mas de modo muito próximo e especial à urgência da política, e em particular da programática, partidária, de convicções, pois se ela não se reinventar para estar à altura dos desafios do tempo, é a cidade, a nação e, em particular os despossuídos, que pagarão as contas dos bônus que aviltam, mas também de décadas de desalento e desesperanças, de filhos mais pobres, infelizes e menos educados que seus pais.

5.

Pensando em valorizar e qualificar a política, qual é a importância da formação política?

Deve-se observar que a formação política nasce como instrumento essencial à organização partidária, à qualificação de suas teses, à instituição e compartilhamento de valores, à definição estratégica e tática, para fins de chegada ao poder.

Diz respeito em um primeiro momento, portanto, à vida partidária, à matemática eleitoral, à qualidade com que o partido se conduz no jogo parlamentar – fato que tem importância determinante para a qualidade de vida da população –, que não depende, necessária e exclusivamente, do tamanho relativo das bancadas, mas da condição que têm de levantar bandeiras e defendê-las de modo articulado e coerente.

A formação de quadros não se limita em sua importância, no entanto, aos territórios institucionalizados do embate político. Militantes qualificados, motivados, conscientes de suas missões chegam a todos os locais, localidades e logradouros, com uma mensagem de esperança, de expectativa fundamentada, de reivindicação e, especialmente, de direito. Celebram, com sua militância, um povo reconciliado, antes mesmo de que esta reconciliação tenha se efetivado como exercício do poder. Antecipam, portanto, com sua *práxis*, o que haverá de ser a prática partidária no exercício do poder.

6.

A formação de quadros é importante para o exercício do poder? Precisando mais a questão: o partido atua de modo mais significativo a partir dos mandatos que alcança ou a militância é essencial ao processo do exercício de poder?

Esta questão não pode ser proposta como se houvesse uma distinção entre o partido no poder e o momento imediatamente anterior, que se refere ao certame eleitoral – que absorveria a quase totalidade das missões da militância. Ainda que membros eleitos do partido gozem de autonomia para se conduzirem em suas atividades, a qualidade de sua atuação depende de modo essencial da pujança da vida partidária.

Se a militância está bem formada, se o partido está firme em torno de valores e princípios, se existe uma prática democrática interna, que dê curso às diferenças de perspectivas, mas igualmente aderência firme e resoluta às deliberações, pratica-se o poder conforme uma identidade e não segundo as circunstâncias – por mais adversas que elas possam ser.

É por isso que no Partido Socialista Brasileiro a formação de quadros não é um acidente ou incidente de percurso, não é o território em que grupos se debatem, advogando causas que são irredutíveis a metas comuns. Trata-se, bem ao contrário, do território em que o Partido se exercita para o poder e, o tendo atingido, qualifica seus quadros para as responsabilidades que lhes foram confiadas.

7.

Formação política refere-se apenas à teoria?

Em termos de formação política não se pode desprezar os elementos propriamente teóricos, mas eles devem referir-se de modo imediato à *práxis*, não se revestindo em hipótese alguma em exercício puramente acadêmico – que ocupa legitimamente o fórum que lhe é próprio. Trata-se, portanto, de formar quadros para assegurar que o partido possa atuar dentro de todas as escalas da vida política (a rua, o bairro, a cidade, o estado, o país, executivos e parlamen-

tos, movimentos sociais, populares e sindicais etc.), mas também que se habilite para a difusão de ideias, captação de lideranças, e tudo que diz respeito à construção de uma concepção socialista de vida em sociedade.

Quinta Parte

Visão socialista sobre a questão ambiental

1.

O que há de diferente na sociedade contemporânea, especialmente aquela que emerge após o advento da industrialização maciça?

Vivemos uma sociedade mais complexa do que aquela de que emergiu o socialismo. Tal complexidade apresenta múltiplas configurações como, por exemplo, a apropriação pelo homem da imensa maioria dos territórios do planeta, fenômeno que, a sua vez, vai nos privando da experiência de um ente a que, historicamente, atribuímos o nome de *natureza*.

Nossa sociedade é mais complexa também do ponto de vista sociológico, e estruturas que perduraram praticamente imutáveis por séculos vêm passando por significativas modificações. Incluem-se neste âmbito as relações de família, gênero, as práticas religiosas, as prescrições de higiene e dietética; o modo como nos relacionamos com nosso corpo e, por consequência a maneira como lidamos com o prazer e elaboramos o desejo.

2.

Como isso modifica nossa *experiência* do espaço e do tempo?

As novas possibilidades materiais que são oferecidas ao homem, as comodidades que temos ao alcance, as imensas potencialidades comunicativas, a virtual supressão das distâncias – ao menos em uma escala terrena –, o fato de po-

dermos estar em muitos lugares; acessar milhões de pessoas simultaneamente, tudo isso modifica de maneira essencial nossa percepção de tempo e espaço.

Vivemos sob o signo da aceleração, da total submissão da vida privada aos desígnios do trabalho e, portanto, sob pressão contínua. É assim que, no essencial, experimentamos o tempo. O espaço, de outra parte, foi, para os privilegiados, colocado em uma outra dimensão sensível. Aquilo que nossos avós só poderiam realizar como uma empreitada de meses, se faz de avião, em uma questão de horas. Observa-se, portanto, o que os especialistas chamam de compressão espaço-temporal.

Observo, contudo, que essa compressão não ocorre a todos igualmente; que muitos não podem viver estas novas dimensões espaço-temporais e que, mesmo que pudessem fazê-lo, não seriam prontamente aceitos em seus lugares de destino.

O absurdo da época talvez seja esta clivagem evidente, que cria uma espécie de dimensão paralela, um outro tempo-lugar, reservado aos miseráveis de toda espécie, aos órfãos da cultura, aos excluídos da educação e assim por diante.

3.

Por que a remissão ao *corpo* quando o senhor fala da contemporaneidade? O que há de particular ou importante nisso?

Em primeiríssimo lugar porque a técnica, e a tecnologia em particular, têm o corpo por alvo privilegiado. O fato de que o corpo seja visado tem muito a ver com a percepção de que se está diante de um artefato mecânico, um homólogo da máquina que, nesta condição, pode ser acessada para todas as ordens de intervenção, desde as que se podem considerar tópicas e estéticas, até as que se destinam a evitar a falência do mecanismo.

Deve-se notar, contudo, o aspecto maravilhoso desta verdadeira heresia. Refiro-me a heresia porque o universo burguês desconstrói a santidade do corpo, como morada de Deus, para edificá-lo como lugar de uma potência propriamente humana — ainda que só o faça em um primeiro momento como potência física, capacidade de trabalho.

Ao dessacralizar o corpo, contudo, a sociedade burguesa o descobre como ente não natural, como espaço da cultura, como possibilidade continuamente posta, e não como produto acabado.

4.

Como a medicina e a indústria farmacêutica entram nessa questão?

Grande parte da crítica que se faz no campo da esquerda neste tópico refere-se a uma questão bem fundada e que tem enorme importância sob muitos e distintos aspectos – refiro-me à atuação da indústria farmacêutica e à produção de fármacos de um modo geral.

A indústria farmacêutica iniciou um processo extremamente danoso de produzir *culturalmente* patologias, às quais correspondem uma verdadeira abundância de remédios. Promete, ainda, um enorme conjunto de possibilidades de melhorias capilares, de tal modo que dá causa a um processo de normalização contínua do corpo, ao qual se associa uma promessa de *felicidade ininterrupta*.

Desse processo participam ativamente as ciências médicas de um modo geral, que fundam uma nova dietética, prescrições infundáveis do cuidado de si, que vão desde o famoso *check-up*, até o não comer gordura, não beber, não fumar etc.

Obviamente não se podem discutir os benefícios em si mesmos, mas se deve questionar a lógica geral que preside todo o movimento, ou seja, a própria normalização do corpo, sua submissão à obrigação de ser saudável; o caráter impositivo da felicidade. O fato de que, como vem indicando Maria Rita Kehl, por exemplo, nos vejamos praticamente obrigados a uma situação de gozo ininterrupto.

Na construção desta utopia – que espero demonstrar ao longo do meu discurso, há elementos de distopia – associam-se indústria farmacêutica, de alimentos, entretenimento, entre outras. Temos aqui um verdadeiro traço cultural de nossa época.

5.

Esses desenvolvimentos são importantes para as pessoas, não são? Ou seja, a crítica deveria descobrir os elementos progressistas neste movimento.

Talvez seja necessário colocar a questão em termos mais apropriados: como podemos nos apropriar dos desenvolvimentos havidos no campo tecnológico e, nesse caso em particular, da medicina e da farmacologia, para construir uma

vida humana mais digna e autônoma? Esta é uma questão para a qual os avanços técnicos oferecem possibilidades maravilhosas.

Veja, se somos efetivamente seres da cultura, se nossa identidade é uma construção permanente, então podemos tomar a nós mesmos como projetos, nos edificar para que correspondamos não a modelos que nos foram outorgados, mas a nossas efetivas expectativas, a configurações que nos tornam felizes no interior de nossa autonomia, ainda que tais configurações não correspondam a qualquer dos estereótipos que nos querem impingir.

Observe-se, portanto, que a plena realização das possibilidades que nos são oferecidas está em contradição com a promessa de felicidade a qualquer preço e custo que a acompanha. A afirmação de nossa autonomia, a construção de um eu que nos seja afim, provavelmente envolve sofrimento, angústia, doses necessárias de infelicidade. Não porque nós as mereçamos, mas porque esta autonomia é uma conquista que se efetiva tanto no espaço privado, no mundo do afeto, quanto em escala pública, onde adquirimos o direito de sermos o que pretendemos ser. O filme *Milk*, ainda que esteja em grande medida dedicado à questão da homossexualidade, aborda de maneira magnífica estas duas diferentes dimensões em que temos que nos afirmar ao construirmos projeto identitário.

6.

As suas observações apresentam ecos que remetem ao que muitos conceituam como pós-modernidade. A seu juízo, existe uma pós-modernidade?

Esta é uma questão de tamanha complexidade teórica que não pode ser abordada isoladamente, ou seja, demandaria um livro apenas para tratar dela. De modo muito rápido, contudo, deve-se dizer que existe um desejo que remete à pós-modernidade, que nesse sentido se vê legitimada. Não estamos, contudo, a meu juízo, além da modernidade, simplesmente porque ela ainda não realizou suas promessas, ainda que tenha atualizado o inferno que lhe tem sido correlato (as guerras mundiais, Hiroshima etc.).

A questão em que o problema da modernidade/pós-modernidade está imbricado refere-se de modo imediato à valoração que se faz das promessas iluministas, que são burguesas, mas que acenaram com a construção de um mundo verdadeiramente humano, em que esta condição não se definiria por relação à

condição de nascimento, não estaria transpassada e instituída a partir de um Deus, tenha ele que configuração seja.

Sobrepujar, portanto, o inferno da modernidade não pode implicar lançar no lixo as promessas civilizatórias – *irrealizadas* – do Iluminismo. Note-se que se trata não daquilo que logramos alcançar, mas justamente aquilo que nos querem fazer crer termos alcançado. A civilização ainda não foi fundada em sentido próprio, ainda não superamos a pré-história da humanidade. É preciso, portanto, mais do que superar a modernidade, apontar para as promessas não cumpridas de igualdade, fraternidade e liberdade e continuar ansiando por elas, lutando para sua efetiva materialização.

7.

Falando em termos de senso comum, é difícil discernir entre modernidade e pós-modernidade. A sensação de que o mundo vem-se acelerando é mais antiga do que a onda pós-moderna.

A dificuldade talvez possa ser superada se entendermos onde estão a continuidade e a ruptura, como falei, do ponto de vista essencial – para não dedicarmos este livro a este tema. Veja, o mais interessante da miríade de novidades a que nos expomos não é o patamar que atingimos; que possamos viver, de certo modo, planetariamente; que nos seja permitido construir nossos corpos e, em um plano ainda mais profundo, erigir nossa identidade uma centena de vezes, se assim o quisermos. O que é verdadeiramente fantástico é que vivamos no interior do processo de criação do novo; que não toma o que quer que seja por estabelecido; que gaseifica tudo que imaginamos sólido.

Esta condição, o sentimento que a acompanha, é completamente moderno. Lembremos que o termo, a rigor, advém de moda, ou seja, da novidade contínua e sem limites que representa.

É pós-moderno, contudo, o valor que se atribui a este movimento e as expectativas que implica. Na modernidade se acreditava que o desenvolvimento técnico e tecnológico trabalhava em prol da emancipação da humanidade, havia um grande otimismo com isso. Os eventos dramáticos do século XX que citei acima mudaram irreversivelmente esta perspectiva. Aproveitamos da técnica e da tecnologia, as fruímos de modo jocoso, irôni-

co; não acreditamos que elas irão nos libertar, mas adoramos os gozos que elas propiciam.

Os afetos que nos ligam às promessas da modernidade mudaram e, com eles, todo o clima cultural que nos envolve. Justamente por isso continuo acreditando que os socialistas têm um papel absolutamente essencial no mundo contemporâneo. Nós, em que pese o socialismo real, somos legítimos herdeiros do iluminismo; acreditamos em suas promessas, que são promessas da razão. Se a razão demonstrou-se frágil, insuficiente, isso não legitima um mergulho no mito e no irracional. Os problemas de base permanecem; a imensa maioria da humanidade pretende emancipar-se dos fardos que sobre ela pesa. Nós, socialistas, continuamos acreditando que cabe à razão, à política, à democracia, realizar a emancipação pendente na agenda humana. Diferentemente, portanto, dos pós-modernos queremos edificar a pós-modernidade e não apenas enunciá-la filosoficamente. Continuamos, nesse sentido, marxistas: é da *práxis* política que se trata, ainda.

8.

O surgimento das diferentes ordens de fundamentalismo guarda relação com este novo ambiente cultural, em que nos encontramos inseridos?

Creio que sim, pois muitos olham a contemporaneidade de modo saudosista, ressentem-se da ausência de tradição e de uma *acomodação* do mundo a padrões mais ou menos fixos. Querem o retorno, portanto, a uma condição que julgam idílica, mais “natural” ou conforme à verdadeira condição humana.

Ao fazê-lo demandam, contudo, explícita ou implicitamente, o retorno aos estágios em que, em nome da família se sacrificava a mulher; que a pátria remetia também a párias; em que se torturava em nome da religião, medicava-se a opção sexual etc.

Deste modo, deve-se falar tanto de fundamentalismo no mundo islâmico, quanto daquele que se observa nos Estados Unidos, por exemplo, que prescreve uma moral sexual que prega a abstinência sexual, que estimula crenças criacionistas, que enxerga em todo estrangeiro – os oriundos dos países ditos periféricos, em particular – um perigo potencial.

Uma vez mais observo a importância de evitar o mergulho no irracionalismo, como se o nosso inferno pudesse ser atribuído à razão, conforme ele emergiu

do Iluminismo. Uma das grandes conquistas da contemporaneidade foi ter demonstrado nossa *antinaturalidade* constitutiva; que somos seres da cultura, crias da linguagem. Não há, portanto, rigorosamente falando, para onde voltar. Precisamos, ao contrário, aprender a lidar com a diversidade que constitui a sociedade humana e criar um ambiente dialógico, que permita o convívio e o respeito às diferenças. Este convívio não significa, contudo, sucumbir a um relativismo que legitima atrocidades cometidas em nome da tradição. Sob a perspectiva socialista, a tradição deve ser preservada naquilo em que se coaduna com perspectivas libertárias. Nesse sentido, por exemplo, temos muito que aprender com as sociedades tradicionais, no que se refere à relação homem-natureza.

9.

Volto às questões pontuadas pelo conceito de pós-modernidade. Já vivemos uma sociedade de abundância, deixaram de fazer sentido categorias como classe, *infra* e *superestrutura*; noções sobre a distribuição desigual da riqueza?

Pensar que nosso presente não guarde vínculos necessários com o passado, com a história do modo de produção capitalista, constitui-se em uma concepção tão conservadora quanto aquela que se pode verificar nos que postulam as diferentes ordens de fundamentalismo. Conservadora, observe-se, no sentido preciso do termo, ou seja, em que se pretende perpetuar o existente como única condição que é efetivamente possível ou desejável.

Note-se que já em sua *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx satirizava os que predicavam que se pudesse falar da distribuição da riqueza, independentemente de sua produção. *Remanesce, portanto, a questão: como facultar amplamente a apropriação de uma riqueza que, mais do que nunca, na atualidade, se demonstra produto de uma potência que é efetivamente coletiva?*

Se esta questão central, nuclear não está resolvida, permanecem válidos se não todos os referenciais teóricos do marxismo, seguramente o espírito de sua crítica, que cumpre atualizar.

Sexta Parte

Mudanças de âmbito societário | Família | Religião | Gênero

1.

Gostaria de introduzir o tema da globalização. Como o senhor concebe este fenômeno?

Há muita polêmica e muito debate acadêmico sobre o estatuto da globalização. Creio que valha observar de saída que as dificuldades se apresentam já na origem do vocábulo, que emergiu de diferentes áreas das ciências sociais aplicadas. Muitos advogam a tese, por exemplo, de que a origem da palavra vem das *business schools* americanas – de que Harvard é exemplo. A partir da atuação de seus professores, como consultores de empresas e órgãos multilaterais, difundiu-se então a ideia em escala planetária¹.

Não se pode esquecer complementarmente a hipótese de que o termo tenha se desenvolvido a partir das obras de Marshall McLuhan², com fundamento no conceito de “aldeia global”.

1 O termo globalização é traduzido do inglês, *globalization*. Disseminou-se ao longo da década de 1980, inicialmente em algumas escolas de administração de empresas – as *business schools* – de influentes universidades americanas, como Harvard. Veio à tona, portanto, como uma linguagem de administradores. Com o aprofundamento da internacionalização capitalista, sob o comando das multinacionais, tornou-se necessário traçar estratégias de atuação global, mundial para essas corporações. A difusão dos termos *global* e *globalization* passou, então, a ser feita ativamente por alguns dos principais consultores econômicos, muitos dos quais professores ligados àquelas escolas, ou então por empresários ligados aos principais escritórios de consultoria. (SENE, 2003, p. 21)

2 Como observam Chesnais (1996, p. 23) e Sene (2003, p. 23).

2.

Mas e quanto ao processo enquanto tal? A partir de que momento da história se pode falar propriamente de globalização?

Em termos de periodização histórica parece haver certa flutuação quanto às origens da globalização. As correntes majoritárias distinguem dois possíveis momentos de seu surgimento, a saber, o fim da Segunda Grande Guerra, ou a década de 1980 devidamente coroada com a queda do muro de Berlim e a consequente dissolução da União Soviética, ainda que outras possibilidades de cronologia sejam apresentadas. Encontramos em Sene, por exemplo, três possibilidades para datar o fenômeno:

- a) origem no imediato pós-guerra;
- b) longo processo de expansão da economia capitalista, iniciado com as grandes navegações, e
- c) uma combinação entre as duas tópicas, ou seja, um processo iniciado nos séculos XV e XVI, mas com especificidades que só se efetivam no pós-guerra³.

Esta insegurança com relação à periodização não é um acidente, revelando diferenças importantes de perspectivas, senão os próprios limites do conceito que se pretende desenvolver. Se considerado do ponto de vista estritamente econômico, por exemplo, parece ser razoável retroagir o fenômeno ao imediato pós-guerra, uma vez que, sem dúvida, pode-se encontrar desde lá tendências que são apontadas como inerentes à globalização: a transnacionalização dos capitais, aumento dos fluxos internacionais de comércio, criação de entidades supranacionais, com forte poder de intervenção sobre variáveis econômicas relevantes, de que são exemplo o FMI, o Banco Mundial etc.

Por outro lado, ainda do ponto de vista estritamente econômico, não está perfeitamente caracterizada até esta altura a desregulamentação do mercado financeiro, que conferiu ampla liberdade de movimentos aos capitais em escala planetária, e que se associou de modo necessário ao regime cambial flutuante –

3 Immanuel Wallerstein considera a globalização como um processo de expansão capitalista e, ao mesmo tempo em que a encara como continuidade desse processo, identifica singularidades específicas no período pós-Segunda Guerra. (SENE, 2003, p. 39)

que decorreu da ruptura do tratado de Bretton Woods. A rigor, a noção de globalização parece requerer os desenvolvimentos que só vieram a ocorrer a partir da década de 1970 e que encontraram plena maturidade apenas e tão somente na década seguinte, pela reação ultraliberal, capitaneada por Ronald Reagan e Margareth Thatcher. A financeirização apresenta-se, recorrentemente, como um atributo definidor de globalização, com ela se confundindo, dada a importância crucial que se confere à supremacia do capital em sua forma financeira, em detrimento de suas funções produtivas⁴.

No que se refere ao universo propriamente político, por outro lado, a característica distintiva do fenômeno parece estar concentrada no enfraquecimento do Estado nacional, que deixaria de ser o *locus* mais apropriado à definição e implantação das políticas públicas. Haveria, assim, uma tendência a deslocar a noção de soberania para cima, ou seja, para entidades supranacionais, e também para baixo, no sentido da localidade. Este Estado nacional frágil e disposto a alienar sua soberania não parece, no entanto, compatível com a situação de Guerra Fria e um arranjo geopolítico bipolar. É razoável imaginar, portanto, que até o advento da dissolução da União Soviética, os Estados nacionais mantiveram sob firme controle a extensão de sua soberania. Deste modo, sob tal perspectiva é aceitável datar a origem da globalização partir do fim da Guerra Fria.

3.

A questão do desenvolvimento tecnológico também não é importante para se falar sobre globalização?

Sua observação é muito apropriada, pois se pode notar na literatura, ain-

4 A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo. Eles começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parcela de lucros cedida ao capital de empréstimo, sob forma de juros); salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenções por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos “créditos ao consumidor”; por fim, depois de quarenta anos, salários diferidos guardados nos fundos privados de aposentadoria, mas cuja natureza se modifica ao entrarem na esfera financeira, tornando-se massa em busca de rentabilidade máxima. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Usando uma expressão de P. Salama e J. Valier (1991): “o ‘milagre da multiplicação dos pães’ não passa de miragem” (CHESNAIS, 1996, p. 241).

da, uma tendência a datar a origem da globalização a partir de determinados desenvolvimentos tecnológicos, que se vinculam tanto a novos meios de comunicação, como por exemplo as transmissões via satélite e a internet, como também aprimoramentos de tecnologias já existentes, especialmente nos transportes de passageiros e cargas. A alegoria da aldeia global, conforme pensada originalmente por McLuhan (de que falamos mais acima), está claramente presente, quando se adota esta vertente.

Nesse sentido, para ser rigoroso, seria necessário realizar um trabalho verdadeiro de pesquisa historiográfica, de modo a definir quando as novas tecnologias se tornaram de fato ativas na alteração de padrões de comportamento, seja ele político, econômico ou cultural. Note-se em especial que as novas tecnologias de comunicação apresentam-se como elementos críticos, quando se pensa o monopólio estatal para fins de controle de seu território.

Note-se, contudo, que esta tentativa de periodização remanesce muito precária, ainda que nos valêssemos da abordagem de listar todas as características que se costuma associar à globalização, superpondo-as no tempo, de modo a chegarmos a um ponto onde ocorresse a presença de cada um de seus atributos – procedimento equivalente a delimitar uma região no plano, dado um sistema de inequações.

A questão não se resolve, contudo, pela demonstração de suas incongruências e impropriedades, pois este não é um problema estritamente acadêmico ou lógico. O fato que não se pode de modo algum perder de vista é que, a partir da década de 1980, o mundo vem-se representando como *global*.

Deve-se observar, ainda, que o debate em torno da globalização não remete exclusivamente às questões socioeconômicas, tecnológicas ou mesmo políticas, desdobrando-se por aspectos culturais e até mesmo filosóficos. Avoca como conceito, a totalização da compreensão, almejando abranger, portanto, não este ou aquele aspecto em particular, mas dar conta de toda a contemporaneidade, com a qual pretende identificar-se como realidade. Por isso, a meu juízo, deve ser especialmente debatido no âmbito político ideológico.

4.

Parece-me haver um tom crítico em suas observações. É possível detalhar este elemento?

Certamente. É preciso notar que a partir de certo momento de nossa história recente procura-se organizar a inteligência do mundo com fundamento em uma pretensa categoria – a globalização –, que se converteu em uma panaceia, na medida em que explica tudo, desde as crises econômicas e financeiras, até fenômenos como a qualidade das relações parentais. Evidentemente, explica-se tudo, há grandes chances de nos levar a engodos.

Devemos avançar com tranquilidade e distanciamento em casos como estes, em que ideias acabam concentrando forças intelectuais avassaladoras. Antes de mais nada é preciso explorar a hipótese de que não estejamos diante de uma fase de tal modo nova e inusitada da história do capital, que estaria conduzindo a uma espécie de descaracterização do sistema enquanto tal, fazendo-o evoluir para uma situação de minimização das contradições que lhe são inerentes, ou, alternativamente, para uma um sistema com soluções ótimas para tais contradições. *Isso, evidentemente, é ideologia pura e concentrada.*

Tese desta natureza, ainda que pretensamente fundamentada no universo empírico, reflete, a rigor, uma perspectiva determinada diante das transformações que a sociedade capitalista vem sofrendo a partir da década de 1970 e, mais enfaticamente, desde a queda do muro de Berlim. Tal perspectiva envolve uma naturalização da história recente do capital, um reducionismo econômico gritante, que faz vistas grossas às mazelas perpetradas pelo sistema, para enaltecer as conquistas dos segmentos mais abastados das sociedades centrais, como se elas fossem efetivamente universalizáveis e sustentáveis – predicação que os desequilíbrios ambientais recentes e recorrentes negam, estes sim, de modo efetivamente científico.

5.

O senhor parece defender a tese de que, além de descrever um fenômeno social, o termo globalização se presta a instituir uma ideologia. Estou compreendendo adequadamente seu raciocínio?

Sem dúvida é disto que se trata. É claro que existe uma progressiva e até certo ponto irresistível internacionalização do capital; é fato que há uma fluência planetária de capitais e populações verdadeiramente afluentes. Não é menos verdade, contudo, que isso se vem fazendo no interior de um projeto conservador e, talvez, até mesmo reacionário. Tenho comigo uma anotação que introduz uma perspectiva que precisamos ter em mente, quando nos referimos à globalização:

A época presente, porém, é o primeiro momento desde a década de 1920 em que os proprietários do capital rejeitam abertamente um compromisso que implica a influência pública sobre o investimento e a distribuição de renda. Pela primeira vez em muitas décadas, a Direita possui um projeto histórico próprio: libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia.

Assim que libertou a acumulação dos obstáculos impostos pela ordem feudal, a burguesia viu-se forçada a submeter-se à restrição do controle popular exercido por meio do sufrágio universal. A combinação da propriedade privada dos meios de produção com o sufrágio universal constitui um compromisso, e este implica que a lógica da acumulação não é exclusivamente a lógica dos agentes privados.

Na atual ofensiva da Direita não está contida apenas a questão da tributação dos gastos governamentais ou mesmo da distribuição de renda. Os planos para abrandar a tributação do lucro, abolir controles do meio ambiente, eliminar programas de bem-estar, retirar do governo o controle sobre a segurança de produtos e as condições de trabalho e enfraquecer os sindicatos operários constituem mais do que uma reorientação da política econômica. Trata-se de um projeto para uma nova sociedade, uma revolução burguesa. (PRZEWORSKI, 2ª reimpressão, p. 258)

6.

Se compreendo adequadamente a lógica do argumento que o senhor vem desenvolvendo, a globalização seria então um fenômeno, também e talvez principalmente, do âmbito político, em lugar de ser apenas uma ocorrência econômica e social?

É assim que me parece e, justamente por isso, é fundamental discutir as origens do processo de globalização e sua lógica. Sob minha perspectiva não se disputa o fato de estarmos diante de um momento histórico com particularidades muito precisas; discute-se e combate-se a noção segundo a qual existe uma espécie de tendência evolucionista (natural), que nos conduziria ao presente estado de coisas, o qual, como fato de natureza, seria imutável.

A tese que se advoga, neste particular, é a de que a consolidação daquilo que se vem chamando de globalização consiste, precisamente, no processo de construção de uma hegemonia política, de propensão universal, que se vem mantendo quase que inconteste, tanto pela ausência da elaboração de propostas contra-hegemônicas eficazes, quanto pelo próprio fato de que o regime capitalista, com a queda do socialismo soviético, alcançou um poderio político e uma extensão territorial que nunca havia tido no passado.

Não é de forma alguma sem consequências esta posição tão privilegiada; muito ao contrário, nunca no passado tantos meios, das mais diferentes naturezas, foram colocados a favor de uma única causa; nunca esta mesma causa teve uma bandeira tão perfeitamente afinada com as intenções das forças hegemônicas; nunca, portanto, foi tão intensa a dominação capitalista e, por conseguinte, as amarras com que o sistema nos prende a todos.

Dentro de tal perspectiva, portanto, a globalização antes de ser um processo, uma fase histórica etc., é um programa de ação das forças capitalistas hegemônicas, que se vem implantando de modo virtualmente irresistível por todo o planeta. Este programa, longe de abolir ou relativizar as contradições intrínsecas ao sistema ou de suplantá-las as condições inerentes ao seu funcionamento, amplia-as até limites anteriormente desconhecidos, fazendo coexistir da maneira mais brutal possível, lado a lado, toda a opulência material e os deleites mais mundanos com a miséria mais absoluta.

Esta situação abismal e absurda não tem sido combatida à exaustão em grande parte porque, nos quadros do mundo globalizado, vem-se formando uma

elite francamente oligárquica (e de caráter universal), que se ocupa de fazer valer seu domínio por todos os modos e formas. Tais elites, detentoras de grande parte da riqueza mundial, apropriando as porções mais significativas da renda gerada, compreendem com a intuição própria aos potentados, que a condição de sua existência opulenta é justamente o mundo absurdo em que vivemos.

7.

Fazendo menção ao conceito de hegemonia, o senhor lança luz sobre a natureza da dominação capitalista. Há mais segmentos implicados na edificação do *status quo*?

A noção de hegemonia nos é muito útil para pensar a questão da globalização. Dá fundamento a este fenômeno não apenas a classe capitalista em senso estrito, ainda que se pudesse imaginá-la em uma perspectiva planetária. A hegemonia em questão implica e requer a presença de um conjunto muito mais amplo de segmentos sociais, incluindo todas as elites enriquecidas, que encontram os fundamentos de suas vidas materiais em mercados estáveis e fluxos de rendimentos constantes (ou constantemente crescentes). Estes sócios minoritários do grande capital, muito mais do que se pode imaginar, emprestam um recorte francamente conservador a toda agenda política, uma vez que o pouco ou muito que tenham a perder em movimentos “irracionais” dos mercados, pode ser o traço distintivo que as separa da condição de miserabilidade (mesmo que relativa, ou seja, do rico um pouco menos rico).

8.

O senhor poderia detalhar seu raciocínio?

Se essas afirmações podem parecer um tanto quanto vagas em princípio, podemos dar-lhes contornos mais concretos. O sistema econômico mundial tornou-se tão absolutamente enredado, que a determinação de preços de ativos não mais depende de mercados locais, especialmente e mais imediatamente na órbita financeira. Neste sentido, um mercado racional e estável é condição ab-

solamente necessária para a definição da riqueza de cada agente. Do mesmo modo, as rendas obtidas a partir de um estoque determinado de riqueza dependem, senão da estabilidade, seguramente da previsibilidade do universo econômico. Ora, quando se considera o universo populacional que se pode encontrar nos vértices superiores das pirâmides de renda e riqueza, pode-se compreender facilmente a amplitude dos segmentos que se associam ao grande capital, para fazer do mundo um lugar extremamente seguro para investimentos.

Tomemos um exemplo comezinho a partir de nosso país. Ninguém sério pode colocar em dúvida que o fosso social que caracteriza o Brasil encontra fundamento, em grande parte, na preeminência da visão financeira sobre qualquer outra perspectiva, quando se trata de definir prioridades e políticas públicas. Ainda assim e apesar de vivermos em condições de *apartheid*, tais políticas não encontram uma oposição séria e organizada, mesmo de alguns dos partidos que poderíamos colocar à esquerda do espectro político.

Será que deveríamos reagir com surpresa a isto? De modo algum. O fato é que existe uma equação estupidamente simples, a explicar este cenário. Re-definir prioridades, a partir de um ponto de vista que pretenda reduzir as desigualdades abissais de nosso país requer, de algum modo, que se reprogramem os fluxos de serviço da dívida do setor público, de modo a que haja excedentes líquidos de recursos para efetivar políticas redistributivas ou de fomento ao desenvolvimento. Ações neste sentido devem, muito provavelmente, afetar os preços de todos os ativos da economia, a começar pelos títulos da dívida pública, mas com efeitos sobre todas as demais classes de ativos, dada a reverberação de um efeito riqueza negativo.

Não se pode excluir deste cenário a hipótese de moratória do serviço da dívida pública, algo muito mais significativo em termos de abrangência social. Ora, uma vez conhecidos os possíveis desdobramentos de um programa ao estilo “desenvolvimentista” radical, qual será sua base de apoio, ou, qual será a densidade da resistência a ele? Não espanta, portanto, que o resultado aqui, como de resto, pelo mundo afora, seja empurrar a situação para frente, na expectativa de que o sistema engendre os antídotos necessários a este auto-envenenamento.

9.

Gostaria de chamar atenção para outros aspectos do problema. Globalização e internacionalização são a mesma coisa?

A rigor, o capital tem sido internacional desde o seu surgimento, sendo que sua gênese, do ponto de vista propriamente histórico, dificilmente pode ser pensada fora do contexto do comércio e do mercado internacional. A globalização do capital, por outro lado, envolve fenômeno distinto, que consiste e decorre da verticalização de um enorme conjunto de diferentes empreendimentos capitalistas, em diversos espaços nacionais, sob um comando cuja lógica não é em absoluto nacional, ainda que as sedes das megacorporações tenham necessariamente de estar localizadas em algum ponto do globo, e normalmente nos países desenvolvidos⁵. Existe, portanto, neste aspecto particular, uma distinção lógica e histórica entre internacional e global.

Uma economia global seria caracterizada por alto grau de integração dos mercados e pelo predomínio de atividades transnacionais. Seria uma economia em que a influência das grandes empresas transnacionais, desvinculadas de suas bases domésticas, teria chegado a ponto de dissolver, ou pelo menos começar a dissolver as fronteiras, reduzindo drasticamente o poder de intervenção dos Estados nacionais. Já uma economia internacional se caracteriza fundamentalmente por processos de intercâmbio entre economias nacionais distintas. As trocas internacionais são significativas e crescentes, mas predominam as atividades econômicas internas. A maioria das empresas não perde suas vinculações nacionais. Os governos, agindo isoladamente ou por meio de acordos ou entidades intergovernamentais, continuam a desempenhar funções econômicas essenciais. Nesse contexto, o desempenho macroeconômico dos países, em áreas como crescimento, emprego e inflação, assim como a com-

5 (...) Como vimos, há uma grande diferença entre uma economia global, no sentido estrito, e uma economia altamente internacionalizada, em que a maior parte das empresas comercializa a partir de suas bases em distintas economias nacionais. Na primeira, as políticas nacionais são inúteis, uma vez que os resultados econômicos são determinados totalmente pelas forças do mercado mundial e pelas decisões internas das empresas transnacionais. Na última, as políticas nacionais continuam viáveis, na verdade, essenciais, para se preservar os diferentes estilos e forças da base econômica nacional e das empresas que comercializam a partir dela. Uma economia mundial com um alto e crescente grau de comércio e investimento internacional não é, necessariamente, um economia globalizada no sentido anterior. Nela, Estados-nação e formas de regulação internacional, criadas e sustentadas pelos Estados-nação ainda têm um papel fundamental de prover a governabilidade da economia. (HIRST; TRHOMPSON, 1998, p.286-287)

petitividade de firmas e setores decorrem substancialmente de processos que ocorrem no nível nacional.

10.

O que, a seu juízo, vinha servindo de base à vertiginosa expansão capitalista que observamos até recentemente?

É evidente que se faz necessário conjugar o verbo no passado, pois a crise que irrompeu nos Estados Unidos fatalmente vai impactar negativamente o crescimento econômico. De todo modo, até então, a economia capitalista observou uma fase de acumulação acelerada, que estava fundamentada em uma série de eventos, a saber:

- a) abertura de novas fronteiras de expansão e domínio capitalista, envolvendo especialmente a transição das antigas repúblicas soviéticas, da economia planejada centralmente para a economia de mercado. A transição em questão, diga-se de passagem, foi efetivada com tal violência e velocidade, que seguramente deixará marcas profundas e duradouras nestas sociedades, convertidas por meio da catequese neoliberal ao mundo do livre mercado. A incorporação pela Comunidade Europeia do espaço econômico representado pelas ex-repúblicas soviéticas, por outro lado, conduziu a uma reorganização espacial dos capitais europeus, baseado no potencial de integração produtivo entre os vários países da própria Comunidade, gerando ganhos altamente positivos nesta integração – algo que envolve não apenas facilidades de transporte, mas igualmente acesso a uma mão de obra bastante qualificada e de baixo custo, com razoável afinidade cultural com os países da Europa Ocidental;
- b) desenvolvimento tecnológico frenético e endógeno, envolvendo especialmente setores como a engenharia genética, a microeletrônica, energia nuclear, além da engenharia de informação. Estas indústrias estariam na base de um novo padrão societário, que de algum modo justificaria e legitimaria o prefixo (pós) que se vem aplicando às sociedades capitalistas contemporâneas, caracterizando-as como pós-industriais;
- c) redefinição da própria divisão internacional do trabalho, superando-se

as antigas dicotomias do tipo industrialização, por oposição à economia agrário-exportadora. Este elemento é de suma importância, pois pretende indicar que se observou uma desindustrialização no primeiro mundo, seguida *pari passu* por uma exportação de atividade fabril para países do terceiro mundo. Esse processo precisa ser devidamente qualificado, pois a industrialização do terceiro mundo, como decorrência da (hipotética) desindustrialização do primeiro não é algo que esteja ocorrendo sem que se observe uma grande quantidade de efeitos deletérios. É de se observar, ainda, que uma parcela significativa daquilo que se chamava convencionalmente de terceiro mundo vem sendo preterida como destino possível do capital, gerando-se um enorme fosso mesmo dentro deste agrupamento de países;

- d) reformulação do sistema produtivo industrial, que estaria migrando do fordismo para o capitalismo flexível ou toyotismo. A reformulação em questão tem uma importância significativa na caracterização da globalização. Ela se vincula, ainda, com todo um conjunto de fenômenos contemporâneos, dentre os quais poderíamos apontar a fragmentação, o multiculturalismo, o aumento da obsolescência programada de produtos etc. A rigor, as alterações em curso do sistema produtivo implicariam uma transformação quase total do próprio sistema de acumulação/regulação, que remanescendo capitalista, transformar-se-ia por dentro, destruindo um enorme conjunto de valores, a que o fordismo havia dado causa.

11.

Fala-se muito de *desterritorialização*, especialmente do capital. A que se refere esta noção?

A desterritorialização do capital implica o desenvolvimento de atividades produtivas e financeiras nos lugares (localidades mais do que países, na retórica do momento) de maior conveniência ou vantagem comparativa, segundo a ótica do capital sem pátria. Muito embora persista uma centralidade das nações mais desenvolvidas no conjunto do sistema, ela seria muito mais política, logística, do que essencial ou imanente ao processo econômico em si mesmo. Não se pode desprezar o fato de que, de certo modo, o primeiro mundo oferece,

também ele, “vantagens comparativas” que justificariam a manutenção em seus domínios, da administração central das grandes companhias transnacionais.

Na esfera propriamente produtiva, a desterritorialização remete à ideia de que as plantas industriais das grandes corporações não se perfilam mais atrás de sua própria nacionalidade, dando substância e corpo vivo àquilo que nos acostumamos a chamar de “interesse nacional”. A rigor, renunciando a uma pátria específica, o megacapital ganhou de presente o mundo todo.

O desenvolvimento do conceito de desterritorialização conduz, ainda, em algumas leituras, à tese de que a globalização implicaria uma autonomia da esfera local, por oposição à esfera central (estatal; Estado-nação), havendo mesmo quem advogue, entusiasmado por este particularismo e localismo, a criação de unidades estatais de menor porte (o Estado-região de Kenichi Ohmae, por exemplo), as quais se ajustam maravilhosamente à lógica de eficiência econômica, de recorte neoliberal.

De todo modo, muitos defendem a ideia de que existiria, sob a ótica capitalista, uma indiferença com relação ao lugar, fato este que serviria de importantíssimo elemento de pressão sobre os entes estatais. A lógica caminha no sentido de afirmar que, em havendo óbices e dificuldades no México (ou na Cidade do México), um capital poderia estabelecer-se em outra região do país, ou no Brasil e assim por diante. Muito embora tal tese possa fazer um grande sentido teórico, parece haver evidências de que esta indiferença ao lugar não é tão grande, não se consubstanciando, portanto, uma plasticidade total nos movimentos mundiais do capital⁶. Este ponto tem grande importância prática,

6 As propostas práticas mais convincentes que ouvi para enfrentar problemas do novo capitalismo encontram-se em lugares onde ele opera. As empresas modernas gostam de apresentar-se como tendo se libertado das exigências do lugar; uma fábrica do México, um escritório em Bombaim, um centro de comunicações na baixa Manhattan – aparecem como meros nódulos na rede global. Hoje, localidades, cidades ou países receiam que, se exercerem sua soberania, por exemplo, impondo impostos ou restringindo as demissões sumárias, uma empresa possa com a mesma facilidade encontrar outra ilha na rede, uma fábrica no Canadá em vez de no México, um escritório em Boston em vez de Manhattan. Por receio de provocar a IBM a ir-se embora de vez, muitas localidades do Vale do Hudson recuaram de contestar a decisão da empresa de devastar a vida de trabalho de cidadãos como os programadores.

Já há sinais, porém, de que a economia não é tão indiferente à localização quanto se supunha: pode-se comprar qualquer ação que se queira em Dubuque, Iowa, mas não fazer um mercado de ações nos campos de milho. A IBM estava de fato demasiado enraizada em sua rede de fornecedores e distribuidores, em sua proximidade de atividades financeiras na cidade de Nova York, para simplesmente fugir para o exterior. Como observou o economista Saskia Sassen, a economia global não flutua no espaço cósmico. Mesmo nos mercados de mão de obra mais flexíveis do globo, no Sudeste Asiático, está se tornando claro que geografias sociais e culturais locais contam muito para determinadas decisões de investimento. O lugar tem poder, e a nova economia pode ser restringida por ele. (SENNETT, 2003, p. 163-164)

uma vez que recorrentemente se veem entes estatais capitulando a argumentos que envolvem a indiferença espacial do capital, especialmente quando se encontram em questão volumes astronômicos de renúncia fiscal.

12.

Que tipo de consequências advém do fato de que o capital não tenha mais propriamente uma pátria, como o senhor observou?

O caráter “apátrida” do capital trouxe para o mundo do trabalho, em particular, consequências nefastas, uma vez que, ainda que de modo mediato, os trabalhadores do mundo todo se viram atirados a uma concorrência recíproca, que degrada permanentemente as condições de sua existência. A “reengenharia” da divisão internacional do trabalho não faz outra coisa que não exponenciar a acumulação capitalista, posto que torna progressivamente mais precária a condição mesma do trabalhador assalariado pelo mundo.

Nota-se aqui outra natureza de assimetria envolvendo a globalização. O trabalho não goza de mobilidade internacional (mundial), no que se distingue de maneira absoluta com relação à liberdade e aos convites, que têm os capitais para ir e vir a todos os quadrantes do planeta. O mundo, por sinal, parece ser progressivamente um lugar mais inóspito para todos aqueles que pretendam trocar a miséria de seus países de origem, pelas ilusões e possibilidades de imigrantes⁷. Esta mobilidade precária não muda nada, contudo, quando se trata de exploração da força de trabalho: os capitais, quando não podem importar trabalhadores, passam a exportar postos de trabalho, praticando recorrentemente a realocização de suas plantas industriais. Esse fenômeno tem sido bastante visível nos últimos anos, dando margem a uma grande onda de indignação nos países centrais que, após assistirem um longo processo de desindustrialização, veem ocorrer a exportação de vagas, em funções qualificadas.

7 Para alguns autores, é justamente no terreno dos fluxos de trabalhadores que reside a diferença fundamental entre a internacionalização das décadas recentes e a que ocorreu entre meados do século passado e a Primeira Guerra (Nayyar, 1995: 16). Naquela época, os imigrantes obtinham cidadania com facilidade. Passaporte eram raramente necessários (...). Entre 1870 e 1914, 36 milhões de pessoas deixaram a Europa, dois terços dos quais foram para os EUA. Estima-se que a emigração da China e da Índia foi ainda maior nesse período. Medido pelo número de trabalhadores que se deslocam internacionalmente, o grau de integração dos mercados de trabalho era muito maior no início do século do que é hoje. (BATISTA JR., 1998, p. 134).

A conjugação de capital desterritorializado e degradação das condições de trabalho, em escala planetária, traz consigo um desenvolvimento, qual seja, a exigência crescente e contínua de que cada indivíduo se adapte às condições socioculturais mínimas requeridas para a participação no mercado de trabalho. A rigor impõem-se, em escala planetária, mínimos culturais, sem os quais é virtualmente impossível participar do mercado formal de trabalho. Estes mínimos culturais exigidos das populações requerem, por outro lado, um papel extremamente ativo dos governos, no sentido de prover mão de obra em condições de servir adequadamente ao capital, sendo este fator definidor, nos planos de investimento de qualquer multinacional. O leste asiático constitui-se em um caso esplendidamente significativo no tocante à importância da disseminação da educação técnica, para fins de localização de empreendimentos capitalistas.

13.

A questão do emprego em cenário de globalização é algo muito importante. Como o senhor vê esta questão?

Compreende-se a tensão que a situação de desemprego gera, quando se leva em consideração o fato de que, em nossa sociedade, há uma tendência recorrente e insuperável de eliminar postos de trabalho, não de criá-los. Ainda que se possa dizer que tal predisposição é uma tendência inerente ao sistema capitalista (e de fato o é), a questão é que modernamente estamos atingindo a perfeição neste campo. Não só evoluíram a gerência capitalista, as formas de organização do trabalho etc., como se criou o ambiente sociocultural adequado para a implantação da precariedade nas relações de trabalho. No nosso mundo, onde predomina o efêmero como condição de existência, onde a fragmentação e o individualismo imperam, não haveria realmente por que existir estabilidade no universo do trabalho.

Note-se, contudo, por bizarro que possa parecer, que o desemprego não surge na sociedade capitalista contemporânea como um símbolo de fragilidade ou depressão econômica; muito ao contrário, a natureza mesma do sistema leva ao desemprego, como índice de vigor. A produtividade humana, uma vez expressa em sua forma capitalista, implica desemprego, como maneira mesma de explicitar a contradição insolúvel, dentro dos seus quadros, entre desenvolvi-

mento tecnológico imanente e incontrolável e apropriação privada e excludente da riqueza. Não por acaso, mais empresas saudáveis, com desempenhos econômico-financeiros expressivos, desempregam progressivamente mais⁸.

Contrariamente ao que costuma afirmar o cânone econômico, na sociedade capitalista contemporânea o crescimento não se faz necessariamente com expansão do emprego, especialmente aquele dito formal. Parece haver, ao menos potencialmente, a possibilidade de observar-se crescimento do produto com concomitante liberação de mão de obra⁹.

Diante de um diagnóstico de tal natureza, qual seja, de que o crescimento ocorre com a redução do emprego, especialmente em seu sentido formal, não deixa de ser caricato o fato de que recorrentemente se produzam infundáveis promessas de geração de emprego, tanto no plano local (já na forma sob a certa monomania política), como, de resto, em todos os encontros de líderes mundiais, especialmente aqueles que envolvem de algum modo relações multilaterais entre países industrializados e em desenvolvimento.

Sob a bandeira da geração de empregos, por sinal, procedem-se hoje em dia as mais abjetas negociações envolvendo benefícios e renúncias fiscais, flexibilização de leis trabalhistas e controles ambientais etc. Esta fanfarronada política, afinal de contas, deveria acabar por servir a algum propósito útil.

Apenas para não deixar intocada a questão, deve-se salientar que as tendências de crescimento do produto sem concomitante expansão do emprego, ou mesmo com sua redução, não são abordadas desde um ponto de vista pro-

8 Um mês depois do grande encarte especial da *Newsweek* sobre o desemprego, uma matéria de Vitorio Zucconi, com o título significativo *Andiamo così bene che ti licenzio*, introduzia de novo a questão do *jobless prosperity* no *L'Espresso* (1º de agosto, 1993): "Da noite para o dia, a surpresa: a maior empresa americana de produtos de limpeza, a Protector & Gamble, anuncia em Nova York que 13 mil dos seus 105 mil funcionários no mundo inteiro serão despedidos e trinta de suas fábricas serão fechadas, como "medida preventiva". Nenhuma crise, nenhum problema de balanço, de vendas, de lucro levaram este colosso ao pânico. Muito pelo contrário. O balanço preventivo para o ano em curso calcula que os lucros brutos girem por volta de 2 bilhões de dólares [...]. Mas se até mesmo a empresa líder e que goza de plena saúde despede funcionários e fecha estabelecimentos, de onde virão no dia de amanhã os postos de trabalho para nós e nossos filhos? (MASI 1999, p. 72/73)

9 Há vários anos publicam-se estudos conjecturais sobre o andamento próximo futuro do desemprego tecnológico. Desde 1979, o Sanford Research Institute anunciava que nos Estados Unidos, até o fim do século XX, 80% das tarefas manuais seriam automatizadas, eliminando assim entre 20 e 25 milhões de postos de trabalho. Já em 1981, um estudo da Universidade Paris-Dauphine previa que o uso dos robôs, de máquinas de controle numérico etc. iria fazer com que houvesse uma redução de mão de obra entre 20 e 25%. Desde 1982, o relatório do Clube de Roma, *Per il meglio e per il peggio. Rivoluzione microelettronica*, sob a coordenação de Friedrichs e Shaff, anunciava o desaparecimento dos trabalhos manuais no prazo de trinta anos devido ao efeito da relação inversamente proporcional entre investimento e oferta de trabalho, que aliás já estava estabelecida. (MASI, 1999, p.47)

priamente empírico. Além da dificuldade evidente de uma abordagem empírica, existem questões conceituais de grande profundidade, que dizem respeito, por exemplo, ao modo como se define emprego e como estas estatísticas são coletadas e armazenadas. Parece-nos legítimo inferir da monomania quanto ao emprego, presente no debate político, a evidência de que existe, de fato, um problema irresolvido neste território. Qualificada esta questão, que tipo de consequências ou quais correlações poderíamos estabelecer, se apresentarmos como uma espécie de postulado econômico, que o crescimento se dá com redução do emprego, ou ao menos sem a criação deles?

14.

Essa tendência do sistema de crescer sem necessariamente empregar, ou empregar mais, guarda vínculos com a questão da informalidade?

Não pode haver grande dúvida quanto a esta relação, pois está bem estabelecido que uma proporção crescente da população total se vê continuamente liberada de relações formais de emprego na contemporaneidade. O destino final dos “liberados” pelo progresso capitalista e as consequências que tal situação traz, para o conjunto da sociedade, é algo que precisaria ser elucidado, contudo. Esta dificuldade se coloca porque, opondo-se a certa unicidade tipológica, quando se fala do emprego formal, a situação inversa – a informalidade – implica uma miríade de diferentes possibilidades.

Do ponto de vista estritamente estatístico, por exemplo, considera-se como empregada uma pessoa que deixou sua posição em uma companhia, com a qual mantinha vínculo direto, passando a trabalhar para esta mesma empresa, por intermédio de uma terceirizada, em regime de tempo parcial. As estatísticas de emprego não detectariam uma flutuação neste caso.

Situações desta ordem, são bastante comuns quando se trata de processos de reengenharia, *downsizing* etc., especialmente em grandes corporações, implicam, contudo, comumente, uma flagrante degradação das condições de trabalho, o que envolve normalmente a perda de um conjunto de direitos sociais, aumento da jornada de trabalho, estresse associado a uma relação assimétrica entre megacorporação *versus* empresa terceirizada etc. Ocorre aqui, nitidamente, uma piora da qualidade do emprego que se considera.

Dentro deste mesmo contexto, não é absolutamente incomum a situação em que um trabalhador é constrangido a abandonar a situação de assalariamento, para ver-se trabalhando para a mesma companhia, muitas vezes realizando funções virtualmente idênticas, com a singela diferença de desenvolver sua atividade como autônomo, ou ainda, mais modernamente, na qualidade de feliz empreendedor capitalista, ou seja, microempresário vendedor de seus próprios serviços. No Brasil, alguns planos de demissão voluntária mais antigos, apresentados, por exemplo, por montadoras, foram razoavelmente ricos destes elementos de criatividade do pessoal da gerência. Situação semelhante ocorre, episodicamente, com instituições financeiras, especialmente nas áreas de inteligência que não envolvem diretamente o *core business*: sistemas, por exemplo.

15.

Estas situações não são típicas, o senhor concorda?

Por certo. A rigor, estou construindo um raciocínio que envolve algumas etapas. Deste modo, retomando meus argumentos, apesar da degradação evidente, talvez as condições descritas acima sejam as mais favoráveis ao decaído do mundo do emprego, fundamentalmente porque, apesar de se ver afastado do relacionamento direto com o empregador de origem, esses trabalhadores permanecem dentro de um universo de formalidade, com certo grau de garantias contratuais. Muito embora as referências conceituais neste terreno não sejam muito precisas, pode-se afirmar que existe certa precarização do trabalho, sem que ocorra propriamente uma situação de informalidade.

Estatisticamente falando, contudo, as situações acima são marginais, comparativamente à ocupação sem vínculo contratual formal, que expõem o trabalhador, a toda a sorte de situações de flagrante exploração. Trata-se, aqui, de desrespeito a pisos salariais de categorias formalmente definidas, negação de benefícios como férias, previdência social, 13º salário, verbas rescisórias etc.

Para se ter uma espécie de instantâneo da situação de informalidade no Brasil, bem como da dramaticidade do quadro, vale a pena atentar para matéria divulgada pela *Folha de São Paulo*, na edição de 8 de fevereiro de 2004, página B4, a qual se revela, que segundo estudos efetuados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob solicitação da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

(...) o trabalho informal atinge 58,1% dos ocupados no Brasil – ou 38,1 milhões de pessoas (...). O estudo detalhou a informalidade do trabalho em três níveis. O percentual de 58,1% é identificado com o nível três – o mais abrangente –, já que considera também trabalho informal a doméstica que possui registro em carteira e o trabalhador por conta própria que contribui para a Previdência.

Ao considerar apenas os trabalhadores não registrados e os que não contribuem para a Previdência – nível um –, o trabalho informal no país chega a 48,5% dos ocupados. No nível dois, que leva em conta as domésticas e os empregados que não têm registro em carteira, mas que são contribuintes, sobe para 50,8%¹⁰.

Não se deve imaginar que essa situação relaciona-se apenas a países como o nosso, onde a exploração violenta da força de trabalho apresenta certa contumácia – a confirmá-lo a repetição de situações de escravismo moderno no campo, com direito a assassinato de fiscais do trabalho. Como as mudanças nas condições em que se efetivam as relações de emprego são, de certo modo, universais, pode-se ver claramente como a degradação a que nos referimos atinge fortemente mesmo os países mais desenvolvidos, os quais não são de modo algum poupados dos elementos sombrios do quadro geral, que envolve a precarização do emprego. A instabilidade agora tornada intrínseca ao mercado de trabalho, faz ressurgir formas pré-capitalistas de organização da atividade produtiva, às quais se associam, obviamente, níveis intensos de exploração da força de trabalho¹¹.

10 Quanto a este estudo, devem-se ressaltar dois pontos. O primeiro, que se trata de pesquisa mais abrangente do que aquela realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma vez que se baseia sobre dados censitários, diferentemente da primeira instituição, que faz seus cálculos sobre dados recolhidos em seis das regiões metropolitanas do país. Ainda neste tópico, o Censo em questão foi o de 2000, que ainda não reflete a degradação sensível, sofrida pelo mercado de trabalho recentemente. Do ponto de vista metodológico, há também uma diferença, ou seja, a classificação da ocupação dar-se em virtude de uma relação tipicamente capitalista ou não – fato que desclassifica como formal a ocupação da empregada doméstica que tem registro em carteira (no trabalho desenvolvido pela UFRJ).

11 (...) O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do “tele-transporte”, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita aos empreendedores capitalistas escolherem à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistema de trabalho familiar em Hong Kong. O ecletismo nas práticas de trabalho parece quase tão marcado, em nosso tempo, quanto o ecletismo das filosofias e gostos pós-modernos. (HARVEY, 2003, p. 175)

16.

O Estado não deveria atuar de modo a evitar esta situação de precarização das relações de trabalho?

Com toda certeza deveria e, em certa medida, o faz. Mas isso ocorre em condições novas, no interior de uma ordem nacional e internacional que até então não conhecíamos – e daqui emerge a importância fundamental de não se desconhecer a especificidade do momento em que vivemos. O capital concentrado e potencializado, cristalizado nas megacorporações transnacionais, parece estar em posição de rivalizar com o Estado-Nação, na definição das políticas públicas e, em especial, da política econômica¹². O agente soberano, em muitas ocasiões, parece não ser mais o Estado nacional, mas aquelas corporações transnacionais, suplementadas por entidades supranacionais, de que seriam exemplo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, (OMC) os quais seguiriam estritamente a lógica imanente do capital universalizado, prescrevendo em seus programas de ação, práticas que seriam do interesse estrito do grande capital, seja ele produtivo ou especulativo¹³.

12 Quando se fala de capital concentrado e potencializado, não se pode imaginar que se trata aqui de mero recurso a uma figura de retórica. É um fato econômico da maior relevância na sociedade contemporânea a brutal concentração dos capitais, ocorrida especialmente no esteio dos esforços políticos que envolveram a desregulamentação econômica, o que normalmente significou relaxamento das regras para a inversão estrangeira direta em cada um dos países do globo, assim como o desmantelamento de muitas das normas que visavam evitar práticas monopolistas. Por sinal, como vêm se tornando absolutamente corriqueiro no universo político globalizado, os princípios são tanto mais importantes, quanto mais eles se tornam inexistentes ou inalcançáveis, tal é o que se dá com a dita concorrência:

(...) A 'desregulamentação' (outro *slogan* político da era da acumulação flexível) significou muitas vezes um aumento da monopolização (passada uma fase de competição intensificada) em setores como empresas de aviação, energia e serviços financeiros. Num dos extremos da cadeia de negócios, a acumulação flexível levou a maciças fusões e diversificações corporativas. As companhias americanas gastaram 22 bilhões de dólares comprando umas às outras em 1977, mas, por volta de 1981, a cifra chegara a 82 bilhões, alcançando em 1985 um extraordinário pico de 180 bilhões de dólares. Embora as fusões e aquisições tenham declinado em 1987, em parte como resposta ao choque da Bolsa, o valor total ainda estava em 165,8 bilhões de dólares em 2.052 transações (de acordo com a W.T. Grimm, um grupo de consultores de fusões). Mesmo em 1988, a mania das fusões continuou. Nos Estados Unidos, a negociação de fusões equivalentes a 198 bilhões de dólares foram concretizados nos três primeiros meses do ano, enquanto na Europa a tentativa de Benedetti, da Olivetti, de assumir o Union Générale da Bélgica, um banco que controlava um terço dos ativos produtivos do país, indicou a disseminação global da mania das fusões. (...) (HARVEY, 2003, p. 150)

13 A empresa multinacional é central na organização dessa nova ordem capitalista global. Em 1998, havia 60.000 multinacionais no mundo inteiro, com 500.000 subsidiárias estrangeiras, vendendo mais de 9,5 trilhões de dólares em mercadorias e serviços em todo o planeta (UNCTAD, 1998b, 2000). Hoje em

Esta espécie de déficit da presença do Estado e a insuficiência das políticas públicas, correlatas da nova dinâmica capitalista está gerando, em decorrência, à medida em que se perpetua, uma espécie de subclasse que, diferentemente do passado industrial capitalista, não se demonstra apta a se integrar ao processo produtivo, quando de um momento de *boom*. Trata-se aqui de indivíduos das mais variadas origens, que não reúnem as condições requeridas para integrar relações formais de emprego, sejam elas qualificação, idade, versatilidade etc.

Vai se recriando, aos poucos, então, o ambiente das relações informais de trabalho e do trabalho precário de todas as naturezas, os quais passam a absorver contingentes continuamente crescente de indivíduos – especialmente nos centros onde se processa a tendência à hiperurbanização. Os decaídos nessa condição, diferentemente do passado mais antigo, chegam para ficar. Exposto no jargão econômico, isto significa que o desemprego deixa de ser friccional, para transformar-se em um fenômeno estrutural. Transcrito para o idioma dos filisteus, tal fato vem sendo nobilitado através da ideia do caráter empreendedor do povo brasileiro, americano etc., o que consiste em uma versão pasteurizada para edições de autoajuda, revistas de *management*, *business* etc. da tragédia que implica o desemprego ou o emprego precário¹⁴.

dia, a produção transnacional ultrapassa consideravelmente o nível de exportações globais e se tornou o principal meio para a venda de produtos e serviços no exterior. As empresas multinacionais respondem atualmente, de acordo com algumas estimativas, por pelo menos 20% da produção mundial e 70% do comércio mundial (Perraton et al., 1977). Elas abrangem todos os setores da economia global, desde as matérias-primas até as finanças, a indústria, a integração e a reordenação da atividade econômica, dentro e através das principais economias do mundo (Gill, 1995; Castells, 1996; Amin, 1977). No setor financeiro, os bancos multinacionais são, de longe, os atores principais nos mercados financeiros, desempenhando papel crucial na administração e organização da moeda e do crédito na economia global (Walters, 1993; Germanin, 1997). Segundo os globalistas, é o capital empresarial global, e não os Estados, que exercem influência decisiva na organização, localização e distribuição do poder e dos recursos econômicos na economia global contemporânea. (HELD; MACGREWW, 2001, p. 63/34)

- 14 A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais. O retorno de formas de produção que envolvem exploração em cidades como Nova Iorque, Los Angeles e Londres se tornou objeto de comentários na metade dos anos 1970 e proliferou, em vez de diminuir, na década de 1980. O rápido crescimento das economias “negras”, “informais” ou “subterrâneas”, também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho “terceiro-mundistas” e capitalistas avançados. Contudo, a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas mais antigas (com frequência dominadas por sul-coreanos, vietnamitas, e naturais de Taiwan em Los Angeles, ou indianos e nativos de Bangladesh no leste de Londres) representam coisas bem diferentes em diferentes lugares. Às vezes indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas (como

17.

Gostaria de mudar um pouco o foco dos desenvolvimentos que se fez até aqui, para pontuar a questão do neoliberalismo. Senão por nada, porque a literatura parece associar o fenômeno da globalização à hegemonia neoliberal. A partir de quando se pode falar de um neoliberalismo?

A literatura parece consagrar a ideia segundo a qual o neoliberalismo ganha certa preponderância no debate político, já a partir dos primórdios da década de 1970. Vale lembrar que a economia mundial demonstrava, na década imediatamente anterior, uma perda de dinamismo, delineando-se nos países centrais uma propensão à conjunção de fenômenos inflacionários persistentes, com redução do nível de atividade agregada. Estava em andamento, no entanto, não apenas uma crise econômica, mas igualmente certa frustração com os resultados e as práticas vinculadas ao receituário keynesiano, assim como a emergência de uma percepção crítica quanto às implicações do Estado de bem-estar.

Talvez não seja de todo inadequado dizer que, no bojo do esgotamento de um longo ciclo de crescimento econômico, iniciado fundamentalmente a partir de 1945, ocorre uma grande crise nas ideologias e concepções econômicas, que viria a redundar, a partir dos anos 1970, em um domínio hegemônico do ideário neoliberal, tanto sobre as prescrições de intervencionismo estatal, de recorte capitalista, como sobre o pensamento socialista.

Do ponto de vista propriamente genealógico, no entanto, o neoliberalismo deve ser buscado em um momento anterior do tempo, especialmente em Hayek, secundado por outros autores como Milton Friedman, Karl Popper e Ludwig von Mises, que combateram com veemência as tendências igualitárias, encontradas no Estado de bem-estar, especialmente em sua configuração europeia.

os haitianos em Miami ou Nova Iorque), enquanto em outros casos existem apenas grupos imigrantes tentando entrar num sistema capitalista, formas organizadas de sonegação de impostos ou o atrativo de altos lucros no comércio ilegal em sua base. Em todos esses casos, o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego. (HARVEY, 2003, p. 145)

18.

Como se pode caracterizar o neoliberalismo?

Tomando-se por base Hayek e Friedman, é possível sustentar a tese segundo a qual a grande pretensão neoliberal consiste em criar (propor) as bases sistêmicas a partir das quais a democracia se torna possível e realizável. Talvez a grande indagação neoliberal se relacione a quais seriam as condições societárias que garantiriam a preponderância do primado democrático sobre o totalitarismo político, ou, em sua forma atenuada, o autoritarismo e dirigismo estatal, limitadores das liberdades individuais.

Como elemento de importância capital em nossa análise deve-se pontuar a assertiva neoliberal, segundo a qual, haveria uma relação unívoca entre capitalismo e democracia, o que significa dizer que, de acordo com suas concepções, existe uma impossibilidade intrínseca na existência de um socialismo democrático. Esta colocação emerge do fato de que o igualitarismo socialista se opõe à liberdade individual, quando não a suprime, eliminando-se, assim, a possibilidade do jogo democrático. O princípio igualitário, institucionalizado em um estado intervencionista, dirigista e, especialmente, invasivo para com os indivíduos, originado da fusão entre o poder político e econômico, virtualmente afastaria qualquer possibilidade de resistência e organização política e econômica autônomas, eliminando por consequência a liberdade.

É preciso observar, igualmente, que para os neoliberais existe uma igualdade essencial entre socialismo e nazismo, considerados ambos os regimes como pertencentes ao fenômeno do totalitarismo político. Mais especialmente em Hayek, as pretensões igualitárias vinculadas ao comunismo/socialismo criam o campo adequado para que o nacional-socialismo (alemão) possa se desenvolver de modo pleno. No cerne deste ponto reencontra-se o postulado segundo o qual a igualdade econômica só pode ser atingida às custas da liberdade e, mais especialmente, da organização democrática da sociedade.

A proposição de uma igualdade fundamental entre nazismo e socialismo (soviético) manteve-se como uma tradição no campo liberal, encontrando-se ecos muito claros desta tese em um pensador contemporâneo, como por exemplo Fukuyama.

19.

O modo como o senhor introduziu o neoliberalismo o vincula a um ideal democrático, por oposição ao totalitarismo. Mas de que democracia se trata aqui?

Em Hayek aparece claramente a oposição a uma democracia substantiva, ou seja, que extrapole os estreitos limites da igualdade formal. Argumentava, a favor de sua tese, que tentativas de corrigir a estrutura distributiva de renda e propriedade levam, inexoravelmente, a um Estado centralizador e concentrador de poder, inferindo-se que as experiências de planejamento abrangente preparam o campo (fértil) a partir do qual os fenômenos totalitários se desenvolveriam. Deste modo, ainda que possa aceitar pequenas correções da lógica competitiva, visando proteger indivíduos vítimas de fatalidades como doença, entendem os neoliberais que qualquer ação mais ampla fere não apenas os princípios capitalistas, mas essencialmente ao jogo democrático. Friedman à sua vez reafirma, sem a elegância formal de Hayek, os mesmos pontos teóricos, fazendo equivaler sociedade capitalista competitiva e sociedade democrática:

Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro.

A evidência histórica fala de modo unânime da relação existente entre liberdade política e livre mercado. Não conheço nenhum exemplo de uma sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse usado algo compatível com mercado livre para organizar a atividade econômica. (FRIEDMAN, 1977, p.19)¹⁵.

15 É bem verdade que Friedman se corrige, de modo a adaptar seu postulado à realidade histórica.

A história somente sugere que o capitalismo é uma condição necessária para a liberdade política, mas, evidentemente, não é uma condição suficiente. A Itália fascista e a Espanha fascista, a Alemanha em diversas ocasiões nos últimos setenta anos, o Japão antes da Primeira e Segunda Guerra Mundial e a Rússia czarista nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, constituem claramente sociedades que não podem, de modo algum, ser consideradas politicamente livres. Entretanto,

De todo modo, decorre da equivalência entre organização econômica capitalista e regime democrático, ou, dito de modo reverso, da equivalência entre sociedade de planejamento central e totalitarismo, a afirmação de ser a desigualdade econômica uma condição intrínseca às sociedades democráticas. Mais ainda, afirma-se categoricamente que qualquer tentativa de alterar este estado de coisas redundaria necessariamente, tanto com base na lógica, quanto na evidência histórica, no totalitarismo político, quer seja nos moldes soviéticos, quer nos regimes fascistas. A grande afirmação neoliberal, ainda que tenha por alvo imediato enaltecer as vantagens do sistema de livre mercado, especialmente no que se refere à eficiência econômica, visa mediatamente – mas essencialmente – convencer-nos de que a desigualdade é o preço a pagar pela liberdade política, não havendo nada que se possa fazer para alterar este estado de coisas.

Já vimos que a separação dos objetivos políticos dos objetivos econômicos representa uma garantia essencial da liberdade individual e como, em consequência, tal separação é atacada por todos os coletivistas. Devemos acrescentar agora que a “substituição do poder econômico pelo político”, tão demandada hoje em dia, significa necessariamente a substituição de um poder sempre limitado por um outro ao qual ninguém pode escapar. Embora possa constituir um instrumento de coerção, o chamado poder econômico nunca se torna, nas mãos de particulares, um poder exclusivo ou completo, jamais se converte em poder sobre todos os aspectos da vida de outrem. No entanto, centralizado como instrumento do poder político, cria um grau de dependência que mal se distingue da escravidão. (HAYEK, 1994, pp.142)

Como observa ainda Friedman, estando segregados esses dois tipos de poderes, sempre pode encontrar-se quem queira empresariar ou financiar obras, propaganda e até mesmo militância política que se oponha à ordem. Quando, no entanto, todos os meios econômicos pertencem ao Estado, como seria possível fazê-lo? De certo modo, o ponto levantado por Friedman consiste em salientar que o capitalismo pode viver de maneira regular com a oposição que se lhe faz, ao passo que no socialismo a hipótese mesma de oposição fica solapada, uma vez que se retiram da sociedade civil os meios pelos quais ela seria possível (via eliminação da propriedade privada).

em cada uma delas, a empresa privada era a forma dominante de organização econômica. (FRIEDMAN, 1977, p.19).

20.

Pensando nos desenvolvimentos que o senhor fez na última questão. O neoliberalismo advoga o individualismo como valor supremo?

O mundo novo neoliberal é, adicionalmente, aquele no qual o individualismo é elevado à categoria de dogma supremo, operando-se por decorrência todas as adaptações doutrinárias que se fizerem necessárias. Deste modo, por exemplo, quando se apresenta a Friedman a necessidade de analisar a questão da discriminação racial, no que se refere ao emprego, ele formula um esquema segundo o qual tudo poderia ser entendido, solucionado e teorizado sob a categoria do “gosto” e pelo modo como o seu exercício poderia impactar os preços dos produtos que serão vendidos. A bem da verdade, neste tópico específico a formação de economista leva Friedman aos limites da teoria, uma vez que questões claramente políticas e éticas se resolvem na forma de recompensa ou punição, materializados via preço, em um mercado em que atuam agentes livres (e suficientemente pequenos – para não viciar a formação dos mesmos).

Considerem, por exemplo, a situação de uma loja situada num bairro habitado por pessoas que têm forte aversão a serem servidas por negro. Suponhamos que uma destas lojas tenha vaga para um empregado, e o primeiro candidato a se apresentar seja um negro e preencha todas as exigências estabelecidas pelo empregador. Suponhamos ainda que, como consequência da lei em questão, a loja seja obrigada a contratá-lo. O efeito de tal ação será a redução do movimento de negócios e a imposição de prejuízo ao proprietário. Se a preferência do bairro é realmente firme, poderá levar ao fechamento da loja. Quando o proprietário de uma loja contrata empregados brancos em vez de negros, no caso de não existir uma lei a respeito, ele poderá não estar manifestando preferência ou preconceito ou gosto próprios. Pode estar simplesmente transmitindo os gostos da comunidade que serve. Está na realidade oferecendo aos consumidores os serviços que estes desejam consumir. Entretanto ele fica prejudicado – e pode ser mesmo o único prejudicado – por uma lei que o proíbe de desenvolver esta atividade, isto é, o proíbe de satisfazer os gostos de comunidade contratando um empregado branco em vez

de negro. Os consumidores, cujas preferências a lei pretende corrigir, serão afetados somente no sentido de que o número de lojas ficará limitado e terão que pagar um preço mais alto porque uma delas fechou. Esta análise pode ser generalizada. Na grande maioria dos casos, os empregados transmitem a preferência de seus clientes ou dos outros empregados (...). (Friedman, 1977, p.100)

Deve-se extrair deste fragmento de Friedman uma evidência de extrema importância teórica, ou seja, não existir no projeto neoliberal uma escala de valores (imanente, *a priori*), a partir do qual a ação é julgada ou planejada. Ocorre, isto sim, uma equidade absoluta de perspectivas, que se regulam, obviamente, pelo jogo de mercado, o qual se encarrega de premiar ou punir, via preço, venda etc., as condutas perpetradas pelos “agentes econômicos”. Se existe uma normatividade, ela é supra-humana. As forças de mercado teriam, portanto, neste modelo, a faculdade de eleger os valores, comportamentos, pretensões que seriam factíveis, possíveis, realizáveis, fazendo impor, por meio de sua lógica, uma racionalidade impessoal, mas absolutamente eficaz. Não há, pois, para os neoliberais, propriamente falando, um terreno ético ou moral, apenas uma lógica – hedonista, utilitarista – objetiva, operada e imposta via movimentos de mercado.

Sétima Parte

Globalização | Neoliberalismo

1.

Gostaria de retomar a questão da financeirização, na qual tocamos circunstancialmente. Como o senhor entende este fenômeno?

Esta é uma questão complexa, tanto sob o aspecto técnico – no sentido econômico –, quanto devido ao fato de tratar-se de um fenômeno ao qual, apenas mais recentemente, voltou-se a prestar a devida atenção. Observo, no que se refere a este ponto, que ainda no início do século XX Hilferding escrevia uma obra do estatuto, ao menos no marxismo, denominada *O capital financeiro*.

De todo modo, para discorrer sobre este tema gostaria de me valer de uma obra de Giovanni Arrighi, intitulada *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Não porque atribua a ela uma condição teórica superior, ou porque se advoguem teses que não sejam objeto de dúvidas. A questão, contudo, é: ao desenvolver seu raciocínio, Arrighi nos propõe questões que são efetivamente instigantes; mesmo que não se possa oferecer a elas respostas conclusivas.

2.

Tenho certeza de que o leitor não se oporá a essa digressão. Como se desenvolve o pensamento de Arrighi?

A motivação original da pesquisa de Arrighi vinculou-se à crise econômica mundial havida na década de 1970, entendida em seu esquema teórico como

sendo o terceiro e último momento de um único processo histórico, envolvendo a ascensão, expansão e derrocada do sistema norte-americano de acumulação de capital. Os dois momentos anteriores seriam, neste contexto, a Grande Depressão de 1873-1896 e a crise de trinta anos, compreendida pelo período 1914-1945. A abrangência original do trabalho era, portanto, o século XX.

A financeirização do capital, que se apresentou como característica predominante da crise dos anos 1970 conduziu, no entanto, a uma alteração na rota da pesquisa – e é isso que nos interessa em particular –, uma vez que aparentemente havia uma regularidade que se apresentava, na justa medida em que também no ocaso da hegemonia britânica, se anunciava que o capital financeiro seria o “último e mais avançado estágio do capitalismo mundial”. *Ou seja, a remissão ao período de hegemonia britânica permitia supor que a financeirização do capital não era um fenômeno singular, mas uma recorrência, presente em um momento específico, ou seja, de maturidade de um dado sistema de acumulação capitalista.*

A identificação de tal regularidade, a saber, um padrão envolvendo ascensão material e posterior expansão, com primazia da órbita financeira do capital, mostrar-se-ia bastante mais abrangente em termos temporais, implicando, portanto, um campo de pesquisa significativamente mais amplo que original (o século XX). Sob este aspecto, basta atentar para o fato de que Arrighi pôde recuar, nos exatos termos desta regularidade (o ciclo sistêmico de acumulação), até as origens da era moderna, ou mais precisamente até a hegemonia das cidades-Estado italianas. Esta regressão às origens da sociedade moderna acabou por evidenciar como grande questão de pesquisa justamente a articulação entre “os dois grandes processos interdependentes da era (moderna): a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial”.

3.

Este desenvolvimento parece integrar em um esquema analítico a economia em sentido estrito e o movimento que conduziu à formação dos Estados-Nação. É isso mesmo?

Sim, e uma vez delineada a temática, que consistia justamente em explorar o embricamento dos dois processos aludidos acima, Arrighi encontrou em Fernand Braudel, *Civilisation matérielle et capitalisme*, o esquema interpretativo

sobre o qual se apoiaria seu livro. *A tese que se advoga, então, consiste em afirmar que o capital financeiro não é uma fase especial, superior ou mais recente do capitalismo. Ao contrário, estaríamos diante de um fenômeno recorrente, encontrado na era capitalista desde o fim da Idade Média. Mais ainda, a financeirização parecia indicar um momento específico, de um desenvolvimento cíclico, mais particularmente o momento em que se preparavam as transições entre regimes específicos de acumulação de capital em termos mundiais.*

Para que se possa fazer uma leitura adequada do trabalho de Arrighi é fundamental compreender, ainda, que ao se referir a regime de acumulação em escala mundial, este autor não está se reportando a um conceito estritamente econômico, seja em que acepção se possa imaginar. Com fundamento em Braudel, tem em mente uma estrutura total de mundo, em que o político não estaria divorciado do econômico, não tendo, uma instância para com relação à outra, qualquer autonomia. Parte-se aqui de um pressuposto radicalmente diferente daquele que inspira muito dos preceitos (senão ideologias) de origem liberal, as quais pressupõem que a ordem capitalista se formou independentemente da instrumentalização do aparelho de Estado pela classe capitalista, havendo, a rigor, uma oposição entre os dois polos.

A visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa é que capitalismo e economia de mercado são mais ou menos a mesma coisa, e que o poder do Estado é oposto a ambos. Braudel, ao contrário, encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal, constituindo-se esse sistema na antítese da economia de mercado (...). (ARRIGHI, 1996, p. 10)

4.

Antes que o senhor continue a desenvolver seu raciocínio, não existe aqui uma interface com a questão da globalização, que discutimos longamente acima?

Sem querer complicar excessivamente as coisas, há de fato um ponto aqui. Se a financeirização se apresenta como momento cíclico intrínseco ao desen-

volvimento do capitalismo histórico, coloca-se em questão algo que muitos pretendem que seja específico e característico da contemporaneidade, a saber, a primazia da órbita financeira na definição e configuração de sistemas hegemônicos de poder.

Arrighi diverge ainda da ortodoxia (sobre as origens da globalização), ao apresentar uma dimensão problemática na própria financeirização, uma vez que ela, em sua visão, além de indicar opulência, dominação hegemônica incontrastável parece dar à luz um processo de crise do regime de acumulação, abrindo a possibilidade de sua sucessão por formas novas de desenvolvimento capitalista.

5.

Bem, voltemos ao assunto principal. O senhor falou mais de uma vez em ciclo, natureza cíclica da economia capitalista. Como isso entra na questão da financeirização?

Uma das maneiras de se delinear a natureza cíclica da economia capitalista, em seu desenvolvimento propriamente histórico, consiste em compreender que a financeirização é característica necessária e imanente a seu desenvolvimento, indicando a rigor o atingimento da maturidade de um determinado período de expansão hegemônica. A lógica envolvida neste ponto não é difícil de ser compreendida: em um primeiro momento, a acumulação capitalista se processa por meio das atividades comerciais e industriais propriamente ditas. À medida, contudo, que tal acumulação ganha corpo, torna-se tendencialmente mais difícil proceder a reinversão dos lucros obtidos, nos setores em que foram originalmente produzidos, posto que, em assim agindo, muito provavelmente o capitalista estaria se encaminhando no sentido de fazer reduzir os lucros de seu negócio, uma vez que ampliaria de modo desmesurado a oferta de fundos para investimento, nas condições dadas de seu mercado (o excesso de produção gerando, como consequência evidente, uma dificuldade de realização dinâmica do ciclo de valorização do capital). Diante desse cenário, a opção consiste em procurar alternativas de inversão “improdutiva”, financeira e lucrativa de fundos, ação esta que poderia manter relativamente estáveis as taxas de lucros.

A noção de ciclos sistêmicos de acumulação, que deduzimos da observação histórica braudeliana das expansões financeiras reiteradas, é uma decorrência lógica dessa relação estritamente instrumental do capitalismo com o mundo do comércio e da produção, e vem enfatizá-la. Ou seja, as expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento de moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. Nessa situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e se acumular mais diretamente, como na forma marxista abreviada (DD'). (ARRIGHI, 1996, p. 8)

A percepção de haver uma tendência recorrente à financeirização é de extrema importância, pois é justamente por meio de seus ressurgimentos no contexto histórico que se vão datar os períodos de abrangência de cada uma das hegemonias que se sucederam na vigência do capitalismo, como sistema dominante de reprodução econômica da sociedade humana. As regularidades presentes nos ciclos sistêmicos de acumulação são a essência do argumento que se está desenvolvendo, portanto.

Nossa investigação é, essencialmente, uma análise comparativa dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, numa tentativa de identificar os padrões de recorrência e evolução, que se reproduzem na fase atual de expansão financeira e reestruturação sistêmica, e as anomalias da atual fase de expansão financeira, que podem levar a um rompimento com padrões anteriores de recorrência e evolução. (ARRIGHI, 1996, p. 6)

6.

Esta hegemonia é do âmbito econômico, ou seja, estamos falando de uma preeminência das nações de maior poder econômico no cenário mundial, ou trata-se de algo que envolva uma vez mais a política?

Existe em Braudel uma topologia *sui generis* que precisa ser esmiuçada: haveria três patamares, a saber, o mais inferior designado por vida material, compõe-se de uma economia extremamente elementar e não autossuficiente; o segundo, acima do primeiro, chamado economia de mercado, com muitas comunicações horizontais entre diferentes mercados; e, por fim, no piso superior, uma zona de antimercado, “onde circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva. Este – hoje como no passado, antes e depois da revolução industrial – é o verdadeiro lar do capitalismo” (BRAUDEL, 1982, p. 229-230, *apud* ARRIGHI, 1996, p.10).

Esta topologia empresta à análise de Braudel e de Arrighi uma perspectiva bastante singular, sendo a preocupação precípua e o instrumental teórico básico o acompanhamento dos ciclos sistêmicos de acumulação, ainda assim, não se incorre em reducionismo econômico, uma vez que a ação política sobre os aparelhos de Estado, sua instrumentalização, para os fins da expansão capitalista, não são de modo algum elementos que se oponham ou se subordinem com qualquer primazia que seja; quanto antes, são elementos de um único e mesmo processo, não sendo possível distingui-los a não ser sob o ônus de banir a inteligência do fenômeno. Esta concepção de ser a ação política inerente e interior à ação capitalista propriamente dita distingue a perspectiva a partir da qual estão trabalhando os autores. Deste modo:

(...) regimes de acumulação em escala mundial são estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou reestruturação da economia mundial capitalista. O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia mundial capitalista se expandiu, desde o seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade. (ARRIGHI, 1996, p. 10)

7.

Seguindo seu raciocínio, a questão da financeirização, em que pese ter um forte componente político, também está no terreno estrito da política. Esta conclusão lhe parece legítima?

Não podemos nos furtar a extrair as consequências das teses e perspectivas teóricas de que parte Arrighi (fundamentado em Fernand Braudel). A rigor, a expansão capitalista e a construção das hegemonias a partir das quais ela se efetivou, é obra de agentes capitalistas que subordinaram a seus interesses privados, a ação dos vários Estados (nacionais, quando eles existem nesta forma), atuando não de fora das agências públicas, mas, ao contrário, tomando-as de seu interior, de modo a ditar e fazer valer suas determinações. Essa submissão do Estado só é plenamente eficaz, no entanto, quando cada uma das quatro hegemonias (cidades-Estado italianas, Holanda, Inglaterra e EUA) atingem o estágio de financeirização, qual seja, quando cada uma delas desenvolve suficiente maturidade – em termos de acumulação de capital sem forma necessária, ou seja, capital livre, monetário, financeiro – para fazer afluir para si e para seus propósitos expansivos de reinversão, massa sempre crescente de capital livre, pelo conjunto do sistema. Atingido este ponto, o regime de acumulação está maduro e, portanto, suscetível de abrir período de declínio cíclico.

(...) A noção de ciclo sistêmico, como observamos, deriva diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como camada superior da hierarquia do mundo de negócios. Nosso constructo analítico, portanto, concentra-se nessa camada superior e fornece uma visão limitada do que se passa na camada intermediária, a da economia de mercado, e na camada inferior, a da vida material. Esse é, simultaneamente, o ponto forte e o ponto fraco do constructo. É seu ponto forte porque a camada superior é o “verdadeiro lar do capitalismo” e, ao mesmo tempo, é menos transparente e menos explorada do que a camada intermediária, a da economia de mercado. A transparência das atividades que constituem a economia de mercado e a profusão de dados (sobretudo quantitativos) gerados por essas atividades fizeram dessa camada intermediária a “arena privilegiada” da sociologia histórica e da economia. As camadas abaixo e acima da economia

de mercado, ao contrário, são “zonas de opacidade” (*zones d'opacité*). A camada inferior, a da vida material, é “difícil de visualizar, por falta de documentos históricos adequados”. A camada superior, em contraste, é difícil de visualizar por causa da efetiva invisibilidade ou complexidade das atividades que a constituem (Braudel, 1981, p. 23-4; Wallerstein, 1991, p. 208-9). (ARRIGHI, 1996, p. 24)

Para se ter clareza de onde esta abordagem pode nos levar, basta observar que, em diálogo com Marx, que havia nos convidado a adentrar a esfera da produção, de mãos dadas com o dono do dinheiro (e da força de trabalho), a fim de entendermos a natureza interna da acumulação capitalista, Braudel nos faz uma outra natureza de convite, que nos levaria a

(...) deixar por algum tempo a esfera ruidosa e transparente da economia de mercado e a acompanhar o dono do dinheiro até outro domicílio oculto, onde só se é admitido a negócios, mas que fica em um andar acima, e não um andar abaixo do mercado. Ali, o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político. E ali, prometeu Braudel, desvendaremos o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir “indefinidamente” nos últimos quinhentos ou seiscentos anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios da produção. (ARRIGHI, 1996, p. 25)

8.

Parece-me que não se trata aqui apenas da questão dos ciclos econômicos. Pode-se *ler* nos movimentos cíclicos uma preservação problemática do capitalismo, no sentido de que ocorram constantes alternâncias nos esquemas hegemônicos mundiais?

Para responder a esta questão devemos nos manter colados à lógica de desenvolvimento de nosso raciocínio. Deste modo, pode-se afirmar quanto aos ciclos propriamente ditos, que: a) apesar da regularidade com que se apresentam ao longo do tempo, tornam-se progressivamente mais curtos; b) são normal-

mente interrompidos por uma crise sinalizadora; c) *apresentam recorrentemente, ao final de certo período de expansão material, o predomínio do capital financeiro, o que implica que cada uma das hegemonias, de algum modo, atraiu para si o capital livre circulante, em busca de valorização.*

Esta última fase demonstra-se, normalmente, uma era de enorme abundância para as classes dominantes, as quais, abandonando a esfera propriamente produtiva, propendem a se tornarem rentistas, participando de maneira quase parasitária da riqueza gerada nas diversas coletividades. Os mecanismos de endividamento público, assim como o de empréstimos internacionais, apresentam enorme importância nesta dinâmica, uma vez que é por meio deles que se dão os vínculos de subordinação da produção propriamente material, com a renda obtida pelos proprietários do capital financeiro, colocado e recolocado em ciclo de valorização.

9.

Você falou de potências hegemônicas. Elas atuam do mesmo modo?

Não, ao menos não necessariamente. Apenas para exemplificar pode-se dizer que a Inglaterra passou por um longo período de expansão para fora, algo que se poderia descrever como uma extroversão territorial. Tal prática consubstanciou-se em um grande Império, o que implicou uma estrutura e agências estatais de natureza compatível, não havendo, portanto, grande espaço para o exercício de soberania pelos povos colonizados ou mesmo por aqueles que se encontrassem sob sua órbita de influência. Tudo se passava como se o pacto de Westphalia valesse para o relacionamento com as nações europeias, mas não propriamente com aquelas que não gozavam desse estatuto.

A hegemonia norte-americana veio ao mundo com outra relação com a territorialidade e, a rigor, oposta ao modelo inglês. Os Estados Unidos realizaram em primeiríssimo lugar uma expansão que se poderia chamar interna, ou seja, adquirindo ou conquistando territórios que comporiam o próprio corpo da nação. Deste modo, foi a partir de um vigoroso mercado interno que aquele país edificou sua hegemonia e seu poderio econômico, sendo a princípio bastante autônomo para efetivar suas atividades econômicas relativamente ao resto do mundo – algo que se demonstra quando se considera seu papel, nas duas

situações de guerra que se desenrolaram fundamentalmente em solo europeu, ao longo do século XX.

A introversão, que se pode associar aos Estados Unidos, deu à sua atuação em termos de política internacional um caráter significativamente distinto, comparativamente ao caso britânico. Os norte-americanos não constituíram – e talvez jamais pretendessem fazê-lo – um império em sentido estrito. Optaram, por exercer sua hegemonia através de organizações multilaterais das mais variadas naturezas, mas especialmente via Organização das Nações Unidas (ONU), coadjuvada por agências como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) etc. (Note-se que esta relação americana com a territorialidade pode ser considerada uma novidade, uma vez que a Holanda já havia apresentado no passado solução semelhante.)

10.

Temos aqui outra interconexão com a questão da globalização. Afinal de contas as agências multilaterais que o senhor indicou acima costumam ser apontadas como elementos inerentes a este processo.

O modo pelo qual se exerce o domínio hegemônico norte-americano apresenta-se como algo a ser imediatamente correlacionado ao fenômeno da globalização, posto que o deslocamento do poder discricionário dos Estados Nacionais, em favor das diferentes agências multilaterais, tem sido apontado como elemento que lhe é intrínseco.

Ora, este deslocamento, uma vez entendido dentro do contexto da construção hegemônica, é evento distinto daquilo que muitas vezes querem fazer parecer os *globalistas*, simplesmente porque não é em absoluto neutro, racional, civilizador, fato este que se demonstra quando se considera a degradação de que foram objeto as agências multilaterais – mais especificamente a ONU, mas não menos o FMI e o Banco Mundial, por exemplo –, desde o evento de suas criações.

Ao contrário de tais pretensões, apresenta-se como uma articulação política e econômica cujo propósito último (senão único) consiste em subordinar o conjunto das nações “livres” aos interesses americanos, ainda que sob um arranjo completamente distinto daquele que se observaria, em uma formação mais ao gosto imperial. Não significa isso, no entanto, que em situações episódi-

cas não se possa, divergindo do modelo tradicional (negociações multilaterais), partir-se para ação direta, como se em uma reminiscência do período inglês.

11.

O senhor falou várias vezes de uma espécie de ocaso dos diferentes sistemas hegemônicos. Há uma predição para o que deveria suceder à hegemonia americana?

Considero esta a questão menos interessante dos desenvolvimentos de Arrighi, especialmente porque pode dar a entender que existiria um *desenvolvimento natural* dos diferentes sistemas hegemônicos, no sentido de sua ruptura. Apesar disso, considerando o aspecto que poderíamos entender como descritivo, existem algumas curiosidades.

Desta forma, seguindo Arrighi, qual haveria de ser o prognóstico para a hegemonia norte-americana, se considerarmos que já se deu uma crise sinalizadora – fundamentalmente vinculada à inversão cíclica, havida nos princípios da década de 1970 – e que os ciclos sistêmicos de acumulação apresentam-se como regularidades de amplitude progressivamente decrescente?

Perseguindo as evidências de seu próprio modelo, Arrighi acredita que uma crise sistêmica pode preparar o advento de uma nova hegemonia, razão pela qual desloca sua atenção para a Ásia, mais especificamente o Japão. Tal direcionamento não é um acaso. O fato é que o Japão apresentou por períodos suficientemente longos taxas de crescimento exuberantes, performances no âmbito do comércio mundial estupendas, além de ter engendrado um vigoroso sistema financeiro. Desenvolveu ainda, o que talvez seja ainda mais importante, formas de organização produtiva que se mostraram, a certa altura, mais eficientes do que aquelas presentes no Ocidente, razão pela qual foram prontamente copiadas e vulgarizadas (algo que se tem tentado capturar sob o conceito de toyotismo).

É evidente, contudo, e mesmo antes de ficarem claras as limitações ao ciclo expansivo japonês, que havia restrições significativas para que tal país pudesse edificar um domínio hegemônico, indo estas desde sua inanição militar, até atingir problemas propriamente culturais, de que a língua, o caráter excêntrico (exótico) para com o Ocidente seriam exemplos – pontos estes prontamente reconhecidos por Arrighi.

A avaliação posterior não corroborou, como se sabe, a hipótese de Arrighi, uma vez que o Japão incorreu em profundo e longo ciclo depressivo, o qual se caracterizou por certa mediocridade em termos de crescimento, um abalo tectônico de seu sistema financeiro – que esteve perto da bancarrota –, deflação, desvalorização abrangente de ativos – algo que estava na base mesma da crise do sistema financeiro –, além de dificuldades aparentemente insuperáveis no terreno cambial, que refletindo a perda de dinamismo da economia nipônica, obriga o banco do Japão a manter-se permanentemente mobilizado, de modo a garantir uma depreciação do iene frente ao dólar.

Não se deve, no entanto, fazer uma avaliação apressada do eventual equívoco do prognóstico. Se fizermos uns poucos ajustes nos elementos analíticos de Arrighi, talvez ainda se possa manter um vivo interesse por seus argumentos, para fins da compreensão do futuro da hegemonia norte-americana. Por exemplo: se substituirmos ou suplementarmos o Japão por certo conjunto de países asiáticos – China, Taiwan, Coreia, Cingapura e Hong Kong –, a fim de compreender o problema, temos um resultado bastante interessante.

Note-se, a este respeito, que a mecânica de financiamento dos *twin deficits* dos EUA, a saber, o fiscal e em conta corrente (balanço de pagamentos) exige como condição *sine qua non* a manutenção de um monumental encaixe de posições em dólares americanos, por parte dos países aludidos. Esta relação, compulsória a esta altura – especialmente em função da crise –, ainda que no mais legítimo interesse de cada uma das partes, não abre a possibilidade de uma crise de financiamento, se tais interesses vierem a divergir, ou se o prêmio de risco por carregar posições denominadas em dólar se tornar excessivo? Ainda que não se possa antever as dimensões desta hipotética crise e, portanto, seu impacto sobre o poder exercido pelos EUA, talvez não se deva considerar de todo equivocado que o futuro da hegemonia americana possa ter muito a ver com suas relações com a Ásia, e especialmente com a China. De todo modo, o tempo dirá.

12.

Temos falado de modo bastante minucioso das questões de âmbito macroeconômico vinculadas à contemporaneidade, mas ainda não tratamos com o mesmo nível de detalhe as questões envolvendo o processo de produção, território onde houve igualmente transformações muito significativas. Como o senhor vê estas mudanças?

Bem, esta é uma questão importante. Não tenho certeza, contudo, de que ela possa ser isolada do conjunto das manifestações sobre as quais viemos conversando. De todo modo, creio que para falar das alterações no processo de produção é necessário tratar a questão a partir do fordismo.

Para definir adequadamente o fordismo, por outro lado, conviria tentar delimitar sua abrangência do ponto de vista temporal. Muito embora as ações empresariais de (*Henry*) Ford datem do princípio do século XX, quando nos referimos ao fordismo, reportamo-nos a algo muito mais amplo que suas linhas de montagem: temos em mente um regime de acumulação, ou ainda, de organização da economia capitalista, que integra e implica um conjunto coerente de práticas, abrangendo desde as condições e definições microeconômicas propriamente ditas, até as políticas públicas – quer as estritamente econômicas, quer aquelas de abrangência mais social. Não se pode omitir que o fordismo envolvia também aspectos culturais como, por exemplo, o consumo e a produção de bens em massa.

13.

No que consiste, essencialmente, o fordismo enquanto organização do sistema fabril?

De certa forma poderíamos caracterizá-lo como um aprofundamento agudo da divisão social do trabalho e da fragmentação de tarefas anteriormente complexas em tarefas simples, as quais poderiam, então, ser realizadas por trabalhadores menos qualificados. Neste ponto em particular, não difere da tendência geral observada por Marx, segundo a qual, o aumento de produtividade no modo de produção capitalista implica na desqualificação do trabalho, sua

redução a mera capacidade abstrata de trabalhar, energia que se despende no processo produtivo, algo propiciado e viabilizado pela crescente e persistente incorporação a esse processo de novas tecnologias. Esta propensão à desqualificação do trabalho está no fundamento da linha de montagem, que é inseparável da estrutura do sistema fabril fordista.

Quando Ford industrializou seu processo de produção favoreceu o emprego dos chamados trabalhadores especialistas em relação aos artesãos qualificados; os empregos dos trabalhadores especialistas eram aqueles tipos de operações em miniatura que exigiam pouco pensamento ou julgamento. Na fábrica de Highland Park de Ford, a maioria desses trabalhadores especialistas era composta de imigrantes recentes, enquanto os artesãos qualificados eram alemães e outros americanos mais estabelecidos; tanto a administração quanto os americanos "nativos" julgavam que os novos imigrantes não tinham inteligência para fazer mais que o trabalho de rotina. Em 1917, 55 por cento da força de trabalho eram empregados especialistas; outros 15 por cento eram limpadores e faxineiros não qualificados, que pairavam nas laterais da linha de montagem, e os artesãos e técnicos haviam caído para 15 por cento. (SENNETT, 2003, p. 44-45)

O flagrante preconceito contra os recém-emigrados, considerados menos inteligentes e, portanto, adequados a tarefas rotineiras e de pouca exigência do ponto de vista intelectual, apesar de seu caráter grosseiro, evidencia o fato de que grande parte dos empregos associados ao sistema fabril fordista decorria de uma desqualificação do trabalhador, fato propiciado por um parcelamento das habilidades que anteriormente haviam composto o que se poderia chamar de conhecimento ancestral de uma profissão.

No novo regime imperava a rotina, o caráter enfadonho e repetitivo do trabalho, o que exigia necessariamente a criação de um novo tipo de trabalhador, que em grande parte não existia até então. A sujeição à rotina, à monotonia dos movimentos, à disciplina da fábrica, que integrava cada parte ao todo, exigindo um esforço coordenado de todos, foi algo que não se deu naturalmente, tendo sido, ao contrário, o produto de um longo processo de edificação de uma força de trabalho com as características psicossociais exigidas pelo momento.

O americanismo e o fordismo, observou ele [Gramsci] em seus Cadernos do Cárcere, equivaliam ao “maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e de sentir a vida”. Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador “adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (...) (HARVEY, 2003, pp. 121-122)

14.

Voltando ao início de seu desenvolvimento anterior, haveria então vínculos entre o mundo do trabalho, conforme ele emerge da organização fabril fordista, e a cultura de um modo geral?

Em primeiro lugar é preciso insistir no fato de que jamais será possível exceder na importância que esta reformulação do sistema fabril teve sobre o mundo do trabalho. A desqualificação, o parcelamento de tarefas, traz consigo uma total inversão de lógica, na justa medida em que contribuem enormemente para retirar do trabalhador todo e qualquer controle sobre o processo produtivo, sobre a fluir do tempo, sobre o dispêndio de energia e, porque não dizê-lo, sobre o seu próprio corpo, movimentos etc.

Trabalho abstrato, trabalho em geral, trabalho médio, implicam, portanto, a total indiferença por este ou aquele indivíduo e a recusa de habilidades particulares, que estavam no cerne do trabalho artesanal. Desaparecem, para não mais retornar, um complexo esteio de relações, que envolvia desde o aprendizado do ofício, junto a um mestre ou no interior da família, certo orgulho de pertencer a uma ordem ancestral de trabalhadores, um ritmo próprio de trabalho, o relacionamento quase místico com os instrumentos de trabalho e a matéria a ser transformada¹. Produzir, portanto, o trabalhador adequado ao

1 A eliminação do trabalho artesanal na sociedade moderna trouxe consequências de ampla envergadura. A rigor, além da alteração mesma do processo de trabalho, ocorre uma virtual eliminação da memória ancestral, associada necessariamente às formas de transmissão do conhecimento do universo do trabalho,

fordismo, exigia desconstruir todo um enorme conjunto de valores e, por meio desta desconstrução, estabelecer uma forma superior e total de sujeição ao capital. Ocorre aqui uma redução do homem, que cede à coisa o controle sobre si. Deste modo, ao início da jornada de trabalho, é como se o trabalhador fosse ligado, acionado, do mesmo modo que ocorre às máquinas e, com sua atividade transformada em rotina maquinal, vê ruir sua condição humana.

É importante observar, ainda, que, do ponto de vista conceitual, o fordismo não é apenas uma determinada forma de organização da produção; ao contrário, trata-se de um sistema complexo, que articula várias instâncias, desde a esfera do consumo, que deve ser de massa, até as políticas macroeconômicas.

Por conseguinte, o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que um modelo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma estética e mercadificação da cultura que muitos neoconservadores como Daniel Bell mais tarde considerariam prejudicial à preservação da ética do trabalho e de outras supostas virtudes capitalistas. O fordismo também se apoiou na, e contribui para a, estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência – de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrático-técnica) e a configuração do poder político que davam ao sistema sua coerência se apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial. (HARVEY, 2003, p. 131)

além de uma dissociação violenta entre o conceber e o realizar as tarefas produtivas. Este movimento está obviamente na base da gigantesca evolução da produtividade do trabalho nas modernas sociedades capitalistas, mas é, igualmente, um dos grandes responsáveis pelos males que a afligem e, em especial, de um certo sentimento de revolta contra a civilização.

Economistas e sociólogos como Werner Sombart e Max Weber atribuíram o princípio do tradicionalismo às formas sociais feudais, e o princípio da racionalidade às formas burguesas. O que é o mesmo que dizer que a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo de aquisição da experiência do ofício. Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva do desenvolvimento. (ADORNO, 1995, p. 33)

15.

Muitos falam que haveria uma associação entre o fordismo e o keynesianismo, que orientou as políticas públicas de grande parte do mundo até a década de 1970. O senhor concorda com esta ideia?

Como “modelo total de vida” o fordismo tinha por característica a associação necessária ao keynesianismo e suas práticas de política econômica², nas quais o dispêndio público anticíclico tinha lugar essencial, assim como uma certa flexibilidade monetária. Programas abrangentes de assistência social, sindicatos relativamente fortes, que se opunham a quaisquer tentativas de “flexibilizar” regras e normas, particularmente as remuneratórias, estavam igualmente presentes no universo fordista.

Muito embora esse arranjo socioeconômico associado ao fordismo tenha conduzido o mundo capitalista a um longo ciclo expansivo, não o fez sem acumular uma série de contradições, que demandavam solução. O ressurgimento de tendências inflacionárias crônicas consolidava e explicitava as dificuldades enfrentadas pelo sistema, tendo evoluído nos princípios da década de 1970 para uma estagflação (termo cunhado especificamente para a crise dos anos 1970).

16.

A superação do fordismo está associada, portanto, à crise que emerge na década de 1970?

O cenário de estagnação e inflação colocou em cheque um dos princípios mais caros às economias capitalistas, ou seja, a necessidade incontornável de crescimento econômico, conjugada (sempre que possível) com estabilidade

2 O problema da configuração e uso dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão do pós-guerra, que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas. (...) HARVEY, 2003, pp. 125)

monetária. A dificuldade em lidar com a questão do crescimento, fundamental também por ser uma questão política, nos quadros de uma disputa com o socialismo soviético, abriu uma séria crise no modelo fordista, criando o ambiente que conduziria a uma derrocada do keynesianismo como programa orientador das políticas públicas. Não por acaso, o receituário neoliberal atingiu uma clara hegemonia a partir desta década (como já indicamos mais acima).

17.

Significa dizer que o toyotismo rendeu o fordismo como padrão de organização fabril?

Aquilo que se tenta caracterizar como toyotismo é, sem dúvidas, parte da resposta à encruzilhada em que se encontrava o capitalismo nos princípios da década de 1970. Segundo muitos autores, houve no ambiente da globalização, uma significativa mudança nos padrões do processo produtivo, dando-se a transição do fordismo, rígido do ponto de vista da divisão do trabalho e das tarefas a serem executadas, para o toyotismo, que se basearia em uma maior flexibilidade, cujo princípio básico consistiria em eliminar qualquer ociosidade no ambiente de trabalho³, contando para tal com a participação ativa dos próprios trabalhadores, organizados em equipes ou células de produção:

Muitos dos processos produtivos desenvolvidos pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno e aplicados inicialmente na fábrica da Toyota no Japão, já no fim dos anos 1950, passam a ser copiados em muitos lugares do mundo. Começa-se a falar em toyotismo, em vez de fordismo. Substituindo a produção em série, o trabalho parcelar e repetitivo, típico da fábrica fordista, tão bem representado no filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, passa-se, gradativamente, a utilizar equipes de trabalho ou células de produção. Nesse novo

3 A flexibilização dos processos de trabalho e produção implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. As mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada permitem a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva de trabalho. Em lugar da racionalidade característica do padrão manchesteriano, taylorista, fordista ou stakanovista, a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção. (IANNI, Octavio, 1996, p. 160)

método organizacional, cada equipe é encarregada de todo o processo produtivo. O controle de qualidade feito pela própria equipe, através dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), leva a baixar significativamente os defeitos das peças, além de reduzir o próprio número de empregados. Além disso, passam a ser introduzidas no processo produtivo máquinas cada vez mais sofisticadas, de controle numérico computadorizado, por exemplo. E, finalmente, os robôs, que inicialmente desempenhavam tarefas repetitivas mais perigosas e insalubres, mas, com o passar do tempo, muitas outras, antes feitas por operários (...). (SENE, 2003, p. 77)

Deve-se observar, adicionalmente, que se associam ao toyotismo outros métodos relativos à organização do processo produtivo como, por exemplo, o *just in time* – cuja meta é diminuir tanto quanto possível os estoques, via aperfeiçoamento do relacionamento com fornecedores –; o *kanban* – que almeja racionalizar o trânsito de peças e ou matérias-primas no interior da fábrica; o *kaizen* – “norma de aperfeiçoamento ininterrupto” e, finalmente, o *andon* – “dispositivo visual que orienta o trabalhador de cada seção a respeito do ritmo de trabalho e permite à gerência acelerá-lo quando conveniente”. (SENE, 2003, p. 78)

18.

O toyotismo, como o fordismo, é um sistema total de vida, conforme o senhor nos indicou anteriormente?

Na tentativa de capturar a natureza e extensão desta mudança no interior do sistema produtivo, a literatura tem sido bastante profícua em termos conceituais, o que nos permite encontrar ao lado da categoria toyotismo, as de acumulação flexível, capitalismo desorganizado etc., que não sendo exatamente sinônimas, reportam-se aos mesmos fenômenos de base, tentando descrevê-los e caracterizá-los do ponto de vista teórico. Na abordagem de Harvey, por exemplo, o regime de acumulação flexível, que sucedeu e suplantou o fordismo, tem a propensão de atingir o *status* de “modelo total de vida”, implicando, além da

flexibilidade nos processos e mercado de trabalho (já capturada pela noção de toyotismo), uma reformulação radical no modo como são gerados e concebidos os produtos, como são “administrados” os padrões de consumo, além do surgimento de novos setores de produção, serviços financeiros, mercados.

É de extrema importância observar que se daria aqui uma mudança radical na lógica capitalista. Em lugar de inundar o mercado com produtos produzidos em série, constringendo o consumidor a uma adesão, igualmente massiva, na esfera do consumo, o sistema passa a responder de modo flexível e imediato às demandas e tendências do mercado consumidor. Essa adaptabilidade quase instantânea às flutuações do mercado obviamente exige uma outra configuração fabril, na qual a rigidez fordista de fato não cabe.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como ‘Terceira Itália’, Flandres, ou vários vales e gargantas do silício, para não falar de vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). (HARVEY, 2003, p. 140)

Do ponto de vista propriamente microeconômico, o regime de acumulação flexível subverte os princípios de produção em massa do fordismo, para criar e desenvolver um regime de produção e organização que possa satisfazer demandas e necessidades altamente voláteis e instáveis, além de programadas para serem efêmeras⁴.

⁴ As economias de escala numa produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. Por exemplo, em 1983, a *Fortune* revelou que “setenta e cinco por cento de todas as peças de máquinas podiam ser pro-

Esse aspecto particular da dinâmica capitalista, ou seja, a superação da rigidez imposta pelos mercados de massa, associados ao regime fordista, por um modelo mais segmentado, volátil, instável, mostrou-se de importância fundamental. Nunca as necessidades puderam ser tão elasticamente criadas, nunca foram tão suscetíveis ao modismo, à personalização e individualização; nunca antes, também, o regime capitalista havia encontrado fronteiras tão flexíveis de expansão.

19.

Esse fenômeno ao qual o senhor está se referindo tem a ver com a efemeridade que caracteriza em grande medida a contemporaneidade?

A taxa de inovação observada no regime de acumulação flexível fundamenta-se, em grande parte, em uma mentalidade estética nova, pós-moderna, que valoriza o efêmero⁵, a moda e o espetáculo, opondo-se a valores cristalizados, ou, propugnados como tal, associados ao modernismo. Ocorre aqui uma implicação recíproca e uma correspondência que dificilmente podem ser desfeitas, uma vez que a acelerada obsolescência moral dos produtos e serviços responde de modo perfeitamente adequado à necessidade capitalista de criar continuamente novos mercados, que permitam e fundamentem a acumulação.

Convém não perder de vista que o serviço, mercadoria sem um suporte material concreto, presta-se maravilhosamente bem aos novos tempos, fato que está relacionado, em grande medida, à expansão dos setores terciários nas economias desenvolvidas, sendo contrapartida necessária, de outro lado, do aprofundamento incessante da mercantilização de todas as esferas da vida cotidiana.

Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de

duzidas hoje em lotes de cinquenta ou menos". (...) A produção em pequenos lotes e a subcontratação tiveram por certo a virtude de superar a rigidez do sistema fordista e atender uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis. (HARVEY, 2003, p. 148)

5 (...) A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 2003, p. 148)

massa (em oposição a mercados de elite) forneceu um meio de acelerar o ritmo de consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação (hábitos de lazer e de esporte, estilos de música pop, videocassetes e jogos infantis etc.). Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços – não apenas os serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O “tempo de vida” desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de *rock* ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menor que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e giro de bens físicos (mesmo levando em conta os famosos seiscentos pares de sapatos de Imelda Marcos), faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. Essa busca pode estar na raiz da rápida penetração capitalista, notada por Mandel e Jameson (...), em muitos setores da produção cultural a partir da metade dos anos 60. (HARVEY, 2003, p. 258)

20.

Não existe uma contradição no modo como esse raciocínio está sendo conduzido? Parece que o capital, uma vez suplantado o fordismo, colocou-se na condição de refém do mercado, das tendências da moda etc. Isso não é um contrassenso?

O modo como se vem descrevendo o regime de acumulação flexível pode dar a entender que o sistema produtivo passaria a uma condição reativa, adaptando-se constantemente às flutuações e instabilidades do mercado consumidor. Acolher tal tese, no entanto, constitui-se em um grande equívoco. Não temos em curso um regime produtivo reativo, muito ao contrário, em nenhuma outra época do modo de produção capitalista houve tamanha atividade e determinação do capital sobre a vida em geral e sobre os sujeitos humanos.

O fato é que, no período de acumulação flexível, mais evidentemente que em qualquer outra época, o capital não produz bens, em sentido estrito; *pro-*

duz reiterada e recorrentemente necessidades, sempre ampliadas e particulares, ou seja, produz os próprios consumidores, que, enredados no afã de um consumismo ensandecido, não se apercebem do fato de estarem, cada vez mais, alienando sua subjetividade, na justa medida em que afirmam carecimentos criados, não para sua fruição, mas para servir aos propósitos de acumulação ilimitada do capital. A liberdade de consumir, de fruir, objetos progressivamente mais singulares, exóticos, tomados inclusive a esferas que não pertenciam à produção seriada, a rigor, não é a liberdade do consumidor, mas sim do capital, que encontra neste contorcionismo cultural, nesta estetização sem limites, a forma mais acabada, até o momento, da fetichização da mercadoria.

A unidade implacável da indústria cultural atesta a unidade em formação da política. As distinções enfáticas que se fazem entre os filmes das categorias A e B, ou entre as histórias publicadas em revistas de diferentes preços, têm menos a ver com seu conteúdo do que com sua utilidade para a classificação, organização e computação estatística dos consumidores. Para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como se espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria de produtos de massa fabricada para seu tipo. Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimento assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis. (ADORNO, 1985, p. 116)

Oitava Parte

Financeirização | Dominações hegemônicas | Especificidades da hegemonia americana
| Crise da hegemonia americana | Fordismo | Toyotismo

1.

Tratamos nas seções anteriores das questões da globalização e da emergência da hegemonia neoliberal, da financeirização. Não parece que para fechar essas questões se faz necessário discorrer um pouco sobre fenômenos como o da crise da década de 1970?

Concordo com esta colocação. A crise econômica havida nos primórdios da década de 1970 tem uma grande importância no que se refere à afirmação da hegemonia neoliberal, merecendo, portanto, um detalhamento mais cuidadoso e elaborado. Tal crise, no entanto, não pode ser compreendida sem uma remissão ao grande *boom* econômico que a precedeu, especialmente porque ao longo deste período foi engendrada grande parte do edifício sócio-político que viria a caracterizar o Estado do bem-estar, assim como todas as doutrinas que lhe deram sustentação.

Estes últimos, doutrina e prática política, à sua vez, virão a ser o grande objeto de crítica dos neoliberais, que irão se dedicar obstinadamente em fazer refluir grande parte daquilo que se havia construído no período imediatamente anterior à sua hegemonia ideológica, especialmente no que se refere às políticas redistributivas de renda e conquistas no setor de seguridade social.

2.

O senhor faz remissão a um *boom* econômico. É possível caracterizá-lo com mais precisão?

O vigoroso ciclo expansivo a que nos referimos, iniciou-se no imediato pós-guerra e estendeu-se de modo contínuo até aproximadamente 1973, quando já se acumulavam uma série de contradições, as quais se resolveriam justamente através da inversão cíclica. A pujança capitalista ao longo deste período foi de tal natureza e ordem que foi chamada por alguns autores de “a idade de ouro do capitalismo”,

Segundo McCormick (1989, p. 99), o período de 23 anos inaugurado pela Guerra da Coreia e concluído pelos Acordos de Paris no início de 1973, que praticamente puseram fim à Guerra do Vietnã, foi “o período mais contínuo e lucrativo de crescimento econômico da história do capitalismo mundial”. (ARRIGHI, 1996, p.307)

Relatado em números, o período apresentou, para os países em desenvolvimento, um crescimento médio anual da renda *per capita* da ordem de 3%, sendo que nos países desenvolvidos o PIB e o PIB *per capita* cresceram “duas vezes mais depressa do que em qualquer período anterior, desde 1820” (ARRIGHI, 1996, p. 307). Tal ciclo expansivo baseou-se, evidentemente, em todo esforço de reconstrução das economias destruídas pela guerra (Plano Marshall)¹, com o recurso ostensivo a uma política monetária frouxa e uma política fiscal de inspiração claramente keynesiana, qual seja, que privilegiava como meta o pleno emprego.

Os contornos da política econômica que se praticou ao longo deste período têm por pressupostos as dimensões catastróficas das experiências imediatamente anteriores, especialmente a Grande Depressão de 1929, o advento do nacional-socialismo, seguidos do esforço de guerra que envolveu diretamente os países

1 No dia 5 de junho de 1948, o secretário de Estado George Marshall, discursando na Universidade de Harvard, defendeu o aumento da ajuda econômica à Europa. Os objetivos do Plano Marshall eram: a) reconstruir a sociedade capitalista global; b) recompor a economia europeia; c) integrar o Ocidente europeu à economia americana; d) adequar a imensa defasagem entre os dólares e ouro existente nos EUA e a falta deles entre os aliados ocidentais. (PADRÓS, Enrique Serra in Reis Filho, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; Zenha, Celest (org.), *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismo e guerra*, 2003, p. 233)

centrais. Deste modo, não é de estranhar que grande parte daqueles que foram sujeitos privilegiados agindo neste período tivessem, de algum modo, vivenciado estes eventos verdadeiramente dramáticos para as economias capitalistas, os quais a colocaram diretamente em questão como regime de produção hegemônico.

Todos os homens (as mulheres ainda não haviam adentrado no primeiro escalão da vida pública) que esboçavam aquilo que, em sua opinião, devia constituir os princípios da economia mundial no pós-guerra e o futuro da ordem econômica global haviam vivido a Grande Depressão. Alguns, como J. M. Keynes, se achavam na vida pública desde 1914. E se a memória econômica da década de 1930 não fosse o bastante para aguçar seu apetite por reformar o capitalismo, os riscos políticos de não fazê-lo eram patentes para todos que acabavam de combater a Alemanha de Hitler, filha da Grande Depressão, e enfrentavam a perspectiva do comunismo e do poder soviético avançando para oeste sobre as ruínas de economias capitalistas que não funcionavam adequadamente. (HOBBSBAWN, 1993, p. 266)

3.

O senhor está afirmando que a instituição do Estado do Bem-estar guarda uma relação com a questão da hegemonia capitalista em escala planetária?

Havia uma consciência de que capitalismo enquanto tal se achava submetido a uma grande crise, a uma espécie de “estresse existencial”, que envolvia e implicava seus próprios fundamentos, ou, dito de outro modo, colocava em questão a sua sobrevivência como sistema dominante, mesmo que a médio prazo. Tal diagnóstico deve considerar, particularmente, o fato de que a vitória sobre a Alemanha nazista só foi possível com o concurso da União Soviética, a qual saíra – juntamente com os EUA – amplamente vitoriosa do esforço de guerra, tendo ampliando significativamente sua área de influência política.

Deste modo, o esforço de inteligência e as práticas políticas que se vincularam a este período se consubstanciaram em metas que eram e deveriam ser, em larga medida, reformista e que visavam, essencialmente, colocar o capitalismo em condições de afirmar-se como regime não somente viável, mas também propi-

ciador de evoluções, que beneficiariam inclusive e particularmente as classes trabalhadoras. Este reformismo, que significava de algum modo um compromisso com a promoção da elevação do nível médio de vida das populações dos países centrais excluía, de saída, qualquer pretensão de deixar o mercado a si mesmo, na expectativa de que ele pudesse fazer o trabalho. Ao contrário, fundamentados na experiência da economia planejada, que requeria o esforço de guerra, os governos tenderam a valorizar mecanismos extramercado para dar curso a seus programas.

Em suma, por diversos motivos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócios do Ocidente do após-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada como “socialista”. Afinal, fora assim que a Grã-Bretanha e mesmo os EUA haviam orientado suas economias de guerra. O futuro estava na “economia mista”. Embora houvesse momentos em que as velhas ortodoxias de retidão fiscal, moedas e preços estáveis ainda contassem, não eram mais absolutamente obrigatórias. Desde 1933 os espantelhos da inflação e financiamento de dívida não espantavam mais os passarinhos dos campos econômicos, mas as safras ainda pareciam crescer. (HOBSBAWN, 1993, pp. 268-269)

A importância da memória que envolveu o esforço de guerra é determinante para o período que o sucedeu. A rigor, tal esforço envolveu o recurso intensivo ao planejamento e o abandono quase que universal do preceito do mercado, atuando livremente e produzindo, por obra da fantasmagórica “mão invisível”, uma alocação eficiente de recursos, assim como uma remuneração adequada destes. O esforço de guerra e, para ser justo, a competição de vida e morte que se travava com o comunismo, que havia passado mais ou menos incólume pela Grande Depressão, prepararam as mentalidades para uma época em que a regulação econômica, o planejamento e certa antecedência do interesse comum sobre o privado haveriam de prevalecer. Deste modo, a “(...) Era

de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada ("empresa livre" era o nome preferido) precisava ser salva de si mesma para sobreviver." (HOBSBAWN, 1993, p. 268)

4.

Esse arranjo, que propiciou um crescimento sem precedentes, se deu sem as contradições próprias ao sistema capitalista? Tratou-se de um voo em "céu de brigadeiro"?

O ordenamento de políticas públicas a que nos referimos funcionou maravilhosamente bem, mas o fez dentro dos quadros da economia capitalista, o que significa dizer, que sujeito ao império do ciclo econômico, o qual, por mais atenuado que possa ser, é imanente a este regime de produção. Desta maneira, o sucesso só foi possível por meio da acumulação de contradições, que teriam necessariamente que se exteriorizar em uma crise de realização (de valor) do capital.

5.

Como se instalou esta crise?

O esforço para manter a economia capitalista crescendo e, consequentemente, permitindo políticas redistributivas foi levado até o limite de suas possibilidades, especialmente pelos Estados Unidos (com uma atuação coadjuvante da Inglaterra). Não é acidental, portanto, que já nos fins da década de 1970 se afigurasse uma crise consubstanciada pela inversão da curva de crescimento do produto e por fortes pressões inflacionárias².

2 A dinâmica inflacionária que se apresenta nos EUA pode ser entendida da seguinte forma:

A perda de competitividade econômica internacional e custo altíssimo do "guarda-chuva nuclear" e do conflito vietnamita fragilizaram profundamente a hegemonia americana. No fim dos anos 1960, os EUA exauriram os saldos positivos acumulados durante o *boom* dos anos gloriosos. Enquanto Europa e Japão passavam a ter saldos comerciais positivos e acumular dólares, os EUA careciam deles. A situação revertera-se. Os compromissos com seus objetivos estratégicos levaram a superpotência à emissão de papel-moeda sem lastro em ouro, produzindo uma política inflacionária que dificultou, ainda mais, o desempenho de suas exportações. Recessão e desemprego vincularam-se à agitação social. O centro do capitalismo enfrentava terrível crise. A paridade fixa do dólar mantinha esta moeda artificialmente

A tentativa dos governos norte-americano e britânico de manter o surto de crescimento econômico do pós-guerra, através de uma política monetária extremamente frouxa, teve algum sucesso no fim da década de 1960, mas surtiu efeitos adversos no começo da seguinte. Os sinais de rigidez aumentaram ainda mais, o crescimento real cessou, houve perda de controle sobre as tendências inflacionárias, e o sistema de taxas de câmbio fixas, que havia sustentado e regulado a expansão do pós-guerra, entrou em colapso. (...) (ARRIGHI, 1996, p. 2)

Uma análise mais abrangente do momento de inflexão crítica é feita por Harvey:

O ímpeto da expansão de pós-guerra se manteve no período 1969-1973 por uma política monetária extraordinariamente frouxa por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras. Somaram-se a isso os efeitos da decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. Isso (1) mudou o custo relativo dos insumos de energia de maneira dramática, levando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional, e (2) levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes, problema que exacerbou a já forte instabilidade dos mercados financeiros mundiais. A forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação. A falência da cidade de Nova Iorque em 1975 – com um

valorizada em relação às demais, dificultando suas exportações. Eletrodomésticos e automóveis europeus e japoneses penetravam no mercado americano. Marcas como a Renault, VW, Fiat, Opel, Honda, Seiko e Citizen recuperaram ou ganharam prestígio nos mercados internacionais. (PADRÓS, Enrique Serra in Reis Filho, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; Zenha, Celest (org.), *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismo e guerra*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, 2ª edição, p.260)

dos maiores orçamentos públicos do mundo – ilustrou a seriedade do problema. (HARVEY, 2003, p. 135-136)

6.

O senhor poderia nos detalhar os mecanismos que conduziram à crise dos anos 1970?

Os elementos que se apresentam nesse cenário de crise cíclica são, de modo um tanto esquemático, os seguintes:

- a) existe uma superoferta de fundos, para fins de investimento, a qual decorre necessária e inequivocamente da própria exuberância do ciclo expansivo (1945-1970); b) este excesso de fundos, à sua vez, engendra uma propensão inflacionária consistente; c) ocorre em 1974 o primeiro choque do petróleo que alterou de modo significativo toda a estrutura de preços relativos da economia, fato que contribui significativamente para ampliar o fenômeno inflacionário já em curso; d) existe, ainda, um componente inflacionário pelo lado dos custos, uma vez que ao longo do período expansivo os salários haviam crescido de maneira significativa (ARRIGHI, 1996, p. 315); e) a política monetária praticada pelos Estados Unidos conduziu a um crescimento alucinante de seu endividamento, contribuindo significativamente para a ruína do regime de taxas de câmbio fixas, que vigia desde o acordo de Bretton Woods (1944); f) no fim do período expansivo apresentou-se uma dificuldade imensa no giro dos eurodólares, cujo centro dinâmico encontrava-se na *City* de Londres³; g) a inflexão do ciclo expansivo levou a um movimento

3 A origem dos euromercados na *city* de Londres pode ser encontrada no fragmento abaixo:

(...) o verdadeiro ponto de partida dos euromercados parece ter sido dado, na época, pelo comportamento dos bancos britânicos. Cada vez mais incomodados com a queda da libra esterlina, eles começaram a trabalhar em dólares, chamados de “eurodólares” por serem originários de operações de débito/crédito de contas gerenciadas fora do país que os emitia, os EUA. Essas contas foram inicialmente as das multinacionais americanas, e logo dos bancos norte-americanos, que estavam então se encaminhando para a internacionalização de suas atividades, ambos muito satisfeitos de poderem pedir emprestado e emprestar, ao abrigo do controle das autoridades monetárias de seu país. Algumas tímidas medidas de controle dos movimentos de capitais, sob a presidência de Kennedy (a regulamentação Q) e de Johnson, acabaram por convencê-los a constituir os euromercados como mercado privado que escapava a elas (C.-A. Michalet, 1976). (CHESNAIS, 1996, p. 253)

A sua evolução, sob qualquer escala que se pretenda medir, foi realmente excepcional:

depressivo de preços de ativos em geral, fato que fragilizou o sistema financeiro (em escala mundial); h) a própria inversão cíclica desnudou e confirmou um cenário de crise fiscal, de que a falência da cidade de Nova Iorque pode ser considerada um exemplo privilegiado.

Ainda que se possa fazer as restrições de praxe, ao modo como se conduziram as políticas macroeconômicas durante o longo período de expansão, é fato, também, que estamos diante de uma crise clássica de superprodução de capital.

Depois de fazer um levantamento de dados, Makoto Itoh (1990, p. 116) concluiu que “[a] superacumulação de capital, em relação à oferta inelástica da população trabalhadora e produtos primários (...) foi mais fundamental para deslanchar a grande depressão atual do que as políticas macroeconômicas”. (ARRIGHI, 1996, pp.315-316)

7.

Neste conjunto de fatores enumerados, há algum em particular que mereça destaque?

O aspecto cambial e monetário da crise merece ser ressaltado, uma vez que ele abre um período radicalmente distinto na dinâmica econômica capitalista, especialmente no que se refere aos fluxos internacionais de recursos e comércio. De todo modo, a derrocada do regime de taxas de câmbio rígidas já estava prenunciada pela própria dinâmica econômica:

A mudança ocorreu nos anos cruciais de 1968-1973. Durante esses anos, os depósitos no chamado mercado de eurodólares ou de eurodivisas passaram por uma alta repentina, seguida por vinte anos de crescimento explosivo. E, durante esses mesmos seis anos, o siste-

Em 1952, o mercado dos eurodólares movimentava aproximadamente 2 bilhões de dólares; em 1960, em valores líquidos, ainda não ultrapassava 4,5 bilhões. Pouco mais de doze anos depois, às vésperas da alta no preço do petróleo em 1973, esse montante atingia 160 bilhões de dólares. A partir de 1973, a massa movimentada dobra a cada três anos, até 1981, depois segue-se um período de estagnação, até retomar o crescimento, sob o impulso da liberação monetária e financeira dos governos neoliberais. (CHESNAIS, 1996, pp. 253-254)

ma de paridades fixas entre as principais moedas nacionais e o dólar americano, bem como entre o dólar norte-americano e o ouro, que tinha vigorado durante toda a fase de expansão material, foi abandonado em favor do sistema de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes – um sistema que alguns (como Aglietta, 1979b, p. 831) não consideraram sequer ser um sistema, mas apenas a forma assumida pela crise do sistema preexistente. (ARRIGHI, 1996, p. 308)

Para se ter uma razoável dimensão do problema que envolvia o giro dos eurodólares, basta observar os montantes envolvidos. Assim, em 1964 tínhamos algo como 14 bilhões de dólares, que atingiu a cifra de 160 bilhões em 1973 e colossais 500 bilhões cinco anos depois, quando os países membros da OPEP já auferiam grande acúmulo de recursos, em decorrência do aumento dos preços do petróleo, havido em 1974. (HOBSEBORN, 2003, p. 273)

É interessante observar, complementarmente, que a tentativa obstinada dos vários governos, no sentido de preservar o regime de taxas de câmbio fixas, através especialmente da política monetária (juros) apenas fez aumentar as possibilidades de obtenção de ganhos especulativos com as várias moedas conversíveis, fato que contribui, então, para desestabilizar ainda mais o regime, uma vez que atraía volumes imensos de capitais para o mercado⁴, em busca de lucros fáceis e quase instantâneos.

(...) a acumulação de uma massa crescente de liquidez mundial, em depósitos que nenhum governo controlava, exerceu uma pressão cada vez maior sobre os governos, no sentido de que eles manipu-

4 Uma estimativa dos valores envolvidos com o comércio de divisas pode ser encontrada no fragmento abaixo, ainda que ele se refira a um momento imediatamente posterior àquele da crise cíclica que estamos discutindo.

(...) em meados da década de 1970 o volume das transações puramente monetárias realizadas nos mercados monetários *offshore* já ultrapassava muitas vezes o valor do comércio mundial. A partir daí tornou-se impossível deter a expansão financeira. Segundo uma estimativa, em 1979 o comércio de divisas atingiu a cifra de US\$ 17,5 trilhões, ou mais de onze vezes o valor total do comércio mundial (US\$ 1,5 trilhão); cinco anos depois, o comércio de divisas dera um saldo para US\$ 35 trilhões, ou quase vinte vezes o valor do comércio mundial, que também tivera um saldo, mas de apenas 20% (Gilpin, 1987, p. 144). Segundo outra estimativa, as simples transações anuais no mercado de eurodólares de Londres foram seis vezes maiores do que o valor do comércio mundial em 1979, porém umas 25 vezes maiores sete anos depois (Walter, 1991, pp.196-197). (ARRIGHI, 1996, p. 309)

lassem as taxas de câmbio de suas moedas e as taxas de juros, a fim de atrair ou repelir a liquidez mantida nos mercados *offshore*, para compensar a escassez ou os excessos em suas próprias economias internas. Por outro lado, as alterações contínuas de taxas de câmbio entre as principais moedas nacionais, bem como dos diferenciais de taxas de juros, multiplicaram as oportunidades de expansão do capital mantido em mercados monetários *offshore*, através do comércio e da especulação com divisas. (ARRIGHI, 1996, p. 308)

Quando nos referimos à crise cambial dos inícios da década de 1970, devemos ter em mente que o período de vigência da paridade dólar-ouro (*gold exchange standart*) consubstanciou-se, igualmente, em uma fase de estabilidade e previsibilidade, com os capitais fluindo livremente, em um horizonte econômico que não implicava grandes riscos quanto a esta fluência e nem mesmo constrangimentos para o planejamento, quer privado ou estatal (HOBSBAWN, 2003, p. 270) *A crise cambial foi, portanto, uma vez adequadamente compreendida, a exteriorização de um evento significativamente maior e que implicava, no final das contas, uma crise da própria hegemonia norte-americana, assim como de toda a estrutura de financiamento que a suportava, impondo por decorrência um limite à atuação dos EUA em termos mundiais*⁵

(...) O dólar, moeda-chave da economia mundial do pós-guerra planejada e garantida pelos EUA enfraqueceu. Em teoria apoiado pelos lingotes de Fort Knox, que abrigava quase três quartos das reservas de ouro do mundo, na prática consistia sobretudo de dilúvios de papel ou moeda contábil – mas como a estabilidade do dólar era garantida por sua ligação com determinada quantidade de ouro, os cautelosos europeus, encabeçados pelos ultracautelosos franceses de olho no me-

5 Nos termos de Chesnais, o fim do *gold exchange standart* apresenta-se da seguinte forma:

O fim do *gold exchange standart*, decretado unilateralmente pelos EUA em agosto de 1971, é produto dessas condições como um todo. O principal fator interno, de exclusiva responsabilidade dos EUA, foi a explosão da dívida federal, conjugada a um déficit crescente na balança de pagamentos. A criação desenfreada de meios monetários para financiar a emissão do bônus do Tesouro tornou insustentável a manutenção da paridade dólar-ouro. A partir de 1965, o duplo déficit do orçamento e dos pagamentos externos, agravados pelo financiamento da guerra do Vietnã, traduziu-se por emissões de dólares, cuja conversão ao ouro era pleiteada imediatamente pelos outros países. As reservas do Fort Knox estavam se esvaziando. A impossível conversão dos dólares em ouro, à paridade decidida em Bretton Woods ou próxima a esta, evidenciava todas as contradições do *gold exchange standart* (...). (CHESNAIS, 1996, p. 250)

tal, preferiram trocar papel potencialmente desvalorizado por sólidos lingotes. O ouro, portanto, rolou do Fort Knox, o preço aumentando com o crescimento da demanda. Durante a maior parte da década de 1960, a estabilidade do dólar, e com ela do sistema de pagamentos internacionais, não mais se baseava nas reservas dos EUA, mas na disposição dos bancos centrais europeus – sob pressão americana – de não trocar seus dólares por ouro, e entrar num “Pool do Ouro” para estabilizar o preço do metal no mercado. Isso não durou. Em 1968 o “Pool do Ouro”, esgotado, dissolveu-se. *De facto*, acabou a conversibilidade do dólar. Foi formalmente abandonada em agosto de 1971, e com ela a estabilidade do sistema de pagamentos internacional, e chegou ao fim o seu controle pelos EUA ou por qualquer outra economia nacional. (HOBBSAWN, 1993, pp. 238-239)

8.

O senhor parece indicar que, no contexto amplo da dominação planetária americana, a década de 1970 constitui-se em uma espécie de ponto de inflexão, onde se observou uma remodelagem global da hegemonia americana. É correta esta ilação?

Não nos parece inadequado afirmar que a crise cambial apresentou-se como um momento crítico para a hegemonia que os EUA haviam edificado a partir do fim da guerra, o que obrigou a uma reconfiguração da mesma. Tão importante para os propósitos deste tema, portanto, quanto o *start* da crise – que descrevemos esquematicamente acima –, é o modo como ela foi equacionada pelo agente hegemônico da economia capitalista. A rigor, houve um desfazimento de todo o arcabouço de política econômica do momento imediatamente anterior, o que se iniciou ainda no governo Carter, para ser devidamente aprofundado ao longo da era Reagan (e Thatcher, para sermos justos). Desta maneira (conforme ARRIGHI, 1996, pp. 327, 328, 329) observou-se: a) uma elevação significativa dos juros reais praticados pelo governo americano, ação que teve o condão de atrair para aquele país parcela absolutamente significativa da liquidez mundial. Recolhe-se, portanto, à origem, recursos que haviam sido excepcionalmente importantes para a reconstrução dos países beligerante da Segunda

Grande Guerra, assim como aqueles que estavam sujeitos de maneira direta à hegemonia econômica americana como, por exemplo, a América Latina; b) houve um movimento significativo de desregulamentação nos mercados financeiro, fato que deu aos capitais atraídos para os Estados Unidos uma liberdade semelhante à que encontrariam em qualquer lugar do mundo, com a vantagem de estarem na pátria mesmo da moeda forte (universal); c) processou-se ao longo da era Reagan um vertiginoso aumento do endividamento público, produto necessário da chamada de liquidez que procedera o governo americano, uma vez que era necessário neutralizar a expansão monetária via colocação de títulos públicos (ação clássica de política monetária); d) recrudescimento da Guerra Fria com a União Soviética, fato que levou a um aumento dos gastos militares, além da exposição do poderio militar americano, diante de países inamistosos do Terceiro Mundo (Granada, Líbia, Panamá e Iraque). Não é preciso detalhar o fato de que os gastos militares apresentam extrema funcionalidade em ciclos expansionistas capitalistas, uma vez que têm o condão de esterilizar capital que, recolocado em atividade de valorização poderia conduzir à superprodução de mercadorias e, finalmente, conduzir à inflexão da curva cíclica de expansão.

Este empreendimento conjunto, que conduziu ao desfazimento de grande parte do edifício construído ao longo da *Era de Ouro* (1945-1970) implicava, como não poderia deixar de ser, uma redefinição ideológica das forças hegemônicas presentes no sistema capitalista, as quais davam uma guinada não somente no sentido de combater o socialismo, uma vez que este já dava sinais de uma significativa perda de dinamismo. Tratou-se, também e talvez de modo ainda mais importante, de um ajuste de contas no interior mesmo das sociedades capitalistas, para fazer prevalecer o ideário ultraliberal.

Não foi tanto prática quanto ideológica – parte da reação do Ocidente aos problemas da era de dificuldades e incertezas em que o mundo parecera entrar após o fim da Era do Ouro (...). Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era do Ouro pareceram fracassar. Governos de direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Reagan e a confiante e temível Sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-1990) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista

patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo (“a estrada para a servidão”, como chamava o economista e ideólogo von Hayek) da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o “Império do Mal” no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo (a “palavra iniciada com L”, usada com bom efeito em campanhas eleitorais presidenciais) quanto o comunismo. (HOBSBAWN, 2003, p. 245)

Esta mesma percepção é compartilhada por Bobbio:

(...) Desde alguns anos, porém, é o liberalismo econômico, ou liberismo, que ergueu a cabeça. Seu alvo não é tanto o coletivismo dos países em que os partidos comunistas assumiram o poder, quanto o Estado assistencial, isto é, o experimento social-democrático. Num certo sentido, o ataque contra o sistema soviético é dado como favas contadas. O que agora excita o espírito agressivo dos novos liberais é o efeito, considerado desastroso, das políticas keynesianas adotadas pelo Estado econômica e politicamente mais avançados, especialmente sob o impulso dos partidos social-democráticos ou trabalhistas. Os vícios que habitualmente eram atribuídos aos Estados absolutos – burocratização, perda das liberdades pessoais, desperdício de recursos, má condução econômica – passam agora a ser pontualmente atribuídos aos governos que adotaram políticas de tipo social-democrático ou trabalhista. Quem ainda acredita poder contrapor um socialismo bom a um mau deveria, segundo os neoliberais, rever sua opinião. Tudo o que lembra, mesmo que de longe, o socialismo, inclusive sua forma mais atenuada (que os socialistas consideram não socialista), cheira mal e deve ser jogado fora. Se alguém chegou a pensar que dos direitos de liberdade deveria ser excluídos os direitos à liberdade econômica (como de fato foram excluídos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, obrigada a contemplar exigências diversas), deveria agora convencer-se, segundo aqueles neolibe-

rais, diante da prestação de contas de governos que confiadamente aplicaram políticas de assistência e de intervenção pública, que sem liberdade econômica não existe nenhuma liberdade e se abre o caminho “da servidão”, para retomar o célebre título de um livro de von Hayek (...). (BOBBIO, 2000, p.132)

9.

Esta *repaginação* da hegemonia americana teve seus custos, não é mesmo?

Não é necessário dizer que esse rearranjo do papel hegemônico dos EUA custou muito caro aos demais países, e mais especialmente aos em desenvolvimento, que deixaram uma condição de crescimento relativamente constante, caso, por exemplo, do Brasil, para adentrar uma situação de quase insolvência, que implicou restrições virtualmente insuperáveis para a retomada de uma melhor performance econômica.

Não é ocioso observar, igualmente, que, a partir da crise da década de 1970 e da consequente reformulação dos termos da hegemonia americana, observa-se uma primazia da ótica do capital financeiro no que se refere à dinâmica capitalista, assim como na definição das metas e dos limites das políticas públicas. Tal configuração não pode deixar de fazer pensar, por outro lado, que estamos diante de um equilíbrio instável, uma vez que as questões básicas que se apresentam às sociedades contemporâneas, de que são exemplos, o desemprego, a desigualdade na distribuição de renda em termos nacionais e entre nações, a instabilidade ampliada do sistema como um todo – sujeito que está a movimentos curtoprazistas de capitais, que erodem de modo violento as referências cambiais, impondo em consequência enorme volatilidade nas políticas monetárias nacionais (taxas de juros) –, estão longe de serem minimamente equacionadas. Tal cenário, a rigor, remete à noção de crise sinalizadora apresentada por Arrighi, ainda que dificilmente se possa entender como adequado seu prognóstico para a crise da hegemonia americana.

10.

Pensando ainda na caracterização da Era do Ouro, há fenômenos sociais e econômicos que merecessem ser citados e que não se abordou até aqui?

A Era do Ouro apresentou ainda duas características distintivas de grande importância (e problemáticas), as quais, de algum modo, viriam a condicionar grande parte dos desenvolvimentos ulteriores, bem como estariam presentes no próprio cerne da crise iniciada na década de 1970.

Em primeiro lugar, convém observar que talvez em nenhum outro momento do desenvolvimento capitalista a pesquisa científica estivesse tão organicamente integrada à dinâmica econômica, fato este que obviamente se vincula à lógica competitiva mesma, mas que se objetiva, complementarmente, na forma pela qual esta mesma pesquisa é financiada; sua subordinação quase irrestrita a objetivos estatais que, muitas vezes, eram bélicos (de modo mediato ou imediato) e certamente se destinavam a atingir metas que remetiam à própria construção e/ou manutenção de hegemonias econômicas e/ou militar.

Um último elemento a destacar para a compreensão do desenvolvimento global da sociedade de pós-guerra é a pesquisa científica e os avanços tecnológicos produzidos. A guerra atingira toda a estrutura produtiva. Matérias-primas, equipamentos, sistemas de montagem. A complexidade e o custo das novas pesquisas e tecnologias acentuaram a dependência em relação ao grande capital. Por outro lado, a velocidade na aquisição de novos conhecimentos sucateava rapidamente a produção há pouco desenvolvida (a indústria de armas foi o grande exemplo). A sofisticação de algumas plantas industriais reduzia a necessidade de mão de obra; a automatização caracterizou os últimos anos do período. A corrida espacial, a energia nuclear, a eletrônica e a robótica foram alguns dos novos setores privilegiados por essa revolução tecnológica. A aplicabilidade da ciência passou a ser quase direta. A física aprofundou o desenvolvimento da energia atômica (os reatores nucleares e a bomba H nos anos 1950); a astronomia contava, desde 1955, com o primeiro telescópio eletrônico; a biologia e a química desenvolviam a indústria farmacêutica, os produtos sintéticos, as transfusões de sangue e órgãos, a produção de plásticos etc. (PADRÓS, En-

rique Serra in Reis Filho, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; Zenha, Celest (org.), *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismo e guerra*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, 2ª edição, p. 238)

Obviamente esse esforço concentrado de pesquisa teria de se derramar sobre o universo propriamente produtivo, nutrindo ininterruptamente a tecnologia, que definitivamente suplantava aquela disponível no século XIX (HOBBSAWN, 2003, p. 260). Note-se, contudo, que o desenvolvimento tecnológico frenético, ainda que não desse mostra de seu caráter perverso ao longo do período ascendente do ciclo econômico, mostrar-se-ia especialmente cruel a partir do momento de inflexão. Deste modo e como consequência mesmo do frenesi tecnológico inerente à Era de Ouro – que em que pese esta particularidade, não é mais do que a realização plena e irrestrita da lógica capitalista de acumulação e concentração de capitais –, grande parte da história capitalista recente consiste em um virtual banimento do emprego, onde se pode assistir a um persistente ainda que medíocre crescimento do produto, sem que este se faça acompanhar de crescimento significativo das pessoas mobilizadas para a produção. Não por acaso, o termo *jobless recovery* (recuperação econômica, sem reversão do desemprego) passou a fazer parte do jargão econômico, senão para explicar o fenômeno, ao menos para fazer notar o caráter surpreendente do mesmo (HOBBSAWN, 2003, p. 262).

Um segundo elemento fundamental ao processo pode ser encontrado na tendência à “transnacionalização” das empresas e corporações, que acabaria a) por estabelecer uma nova divisão internacional do trabalho; b) engendrar (prospectivamente) problemas recorrentes, envolvendo fluxos estupendos de capitais por entre países, de todo despreparados para acompanhar tais movimentos, sem desorganizar por consequência seus regimes cambiais; e, finalmente, c) acabariam por matizar o poder dos entes estatais para definir e implementar políticas públicas, no sentido em que estas foram conhecidas no período 1945-1973.

(...) começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia cada vez mais *transnacional*, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. No caso extremo, passa a existir uma “economia mundial” que na verdade não tem base ou fronteira determináveis,

e que estabelece, ou antes impõe, limites ao que mesmo economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer. Em dado momento do início da década de 1970, uma economia transnacional assim tornou-se uma força global efetiva. E continuou a crescer, no mínimo mais rapidamente que antes, durante as Décadas de Crise após 1973. Na verdade, seu surgimento criou em grande parte os problemas dessas décadas.(...)

Três aspectos da transnacionalização foram particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como multinacionais), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento do financiamento *offshore* (externo). Este último foi não só uma das primeiras formas de transnacionalismo a desenvolver-se, mas também uma das que demonstravam mais vivamente a maneira como a economia capitalista escapava do controle nacional, ou de qualquer outro. (HOBSBAWN, 2003, p. 272)

A nova divisão internacional do trabalho implicou uma mudança no modo como as grandes corporações distribuíam a atividade manufatureira entre as várias localidades do mundo, tendo por critério fundamental a noção de vantagens comparativas, sendo que a mais privilegiada entre elas – ainda que de nenhum modo a única⁶ – era o custo relativo da mão de obra – além da liberdade para explorá-la. Vincula-se a esse contexto um ambiente altamente favorável à flexibilização de leis trabalhistas, além, obviamente, de facilidades (renúncias) fiscais, por parte dos governos que recebiam os investimentos. É bastante evidente que este portentoso processo de realocização de empreendimentos foi possibilitado, em larga medida, pelo colossal desenvolvimento dos transportes e das comunicações, reduzindo dramaticamente os custos de deslocamento de mercadorias e tráfego de informações. Sem tal desenvolvimento a nova divisão internacional do trabalho não teria sido possível.

6 Chesnais defende em seu *A mundialização do capital* que os critérios pelos quais as companhias multinacionais tomam suas decisões de investimento são significativamente mais abrangentes que o quesito de custo de mão de obra. Haveria, desta maneira, considerações quanto às possibilidades locais para pesquisa e desenvolvimento, facilidade de integração (até mesmo cultural) com os países centrais, além de certo nível de equipamentos de infraestrutura que deveriam estar previamente disponíveis.

Essa foi a inovação decisiva da Era do Ouro, embora só atingisse plenamente a maioria depois. Isso só poderia ter acontecido graças à revolução no transporte e comunicação, que tornou possível e economicamente factível dividir a produção de um único artigo entre, digamos, Houston, Cingapura e Tailândia, transportando por frete aéreo o produto parcialmente completo entre esses centros e controlando centralmente todo o processo com a moderna tecnologia da informação. Grandes fabricantes de produtos eletrônicos começaram a globalizar-se a partir dos meados da década de 1960. A linha de produção cruzava agora não hangares gigantescos num único local, mas o globo. Algumas delas paravam nas extraterritoriais “zonas francas” ou fábricas *offshore*, que agora começavam a espalhar-se, esmagadoramente pelos países pobres com mão de obra barata, e sobretudo feminina e jovem, outro novo artifício para escapar ao controle de um só Estado. Assim, uma das primeiras, Manaus, no interior da floresta amazônica, fabricava artigos têxteis, brinquedos, produtos de papel, eletrônicos e relógios digitais para empresas americanas, holandesas e japonesas. (HOBSEAWN, 2003, p. 275)

11.

É no bojo deste fenômeno que se fala de desindustrialização dos países centrais?

O processo de globalização foi, ao mesmo tempo, um movimento de desindustrialização dos velhos centros manufatureiros, que exportaram parte de suas plantas industriais – com certo destaque para as que eram altamente poluentes – para países do Terceiro Mundo, o que levou parte da vulgata (com firme liderança dos neoliberais) a acreditar que caminhávamos para uma relativa homogeneização econômica, à medida que sociedades anteriormente agrárias propendiam à industrialização. É bem verdade, contudo, que análises de tal ordem não deixaram de ser sempre um tanto hesitantes, uma vez que o velho mundo industrial, com o adensamento do setor terciário, que se associou inexoravelmente à desindustrialização, ter-se-ia tornado, então, pós-industrial, mantendo-se, portanto, uma distância relativa que, de certo modo, resta insuperável.

Ainda assim, por longe que se mantenham os países em desenvolvimento dos padrões do “primeiro mundo”, a vulgata acreditou firmemente que a civilização dera um enorme passo e que o progresso, de algum modo, começava finalmente a escorrer para os imensos espaços geográficos onde a barbárie pré-capitalista ou protocapitalista ainda reinava. Ora, não se discute em absoluto que a expansão capitalista abra enormes possibilidades de “desenvolvimento” para o conjunto de povos que, de algum modo, são vitimados por ela. *O que se deve submeter à crítica, na apologia neoliberal, é a pretensão de que se trata da expansão de um sistema que é naturalmente a forma superior de organização da sociedade humana, o qual, de per si, engendraria e edificaria os valores civilizatórios.*

Esta devoção francamente religiosa, ainda que tome muitas vezes a forma de um idealismo requeitado – caso de Francis Fukuyama e seu *O fim da história e o último homem* –, vê neste mesmo movimento expansivo o desdobramento e transbordamento da racionalidade absoluta sobre a totalidade do espaço existencial da humanidade. Não por acaso, e consequente com esta devoção, a vulgata manteve-se cega a todas as evidências verdadeiramente funestas que envolveram a era inaugurada a partir da crise hegemônica da década de 1970, preferindo repetir seus mantras e exorcizar as forças *obscurantistas*, que associavam à crítica do arranjo hegemônico que se estabeleceu.

Ora, as estatísticas demonstravam que as expectativas, pretensões e otimismo dos apoletas do livre mercado, da desregulamentação, do governo mínimo, se mostravam infundadas, até mesmo porque eram absurdas desde o princípio, uma vez que o capital se movimentou em grande medida em busca de mão de obra barata e renúncias fiscais, metas dificilmente conciliáveis com desenvolvimento no sentido abrangente do termo e, mais particularmente, com projetos de redistribuição de renda, que estão necessariamente na base de um desenvolvimento e ampliação substantivos dos valores civilizatórios. Além do mais, as atividades exportadas foram, em grande medida, aquelas que não se poderiam julgar como pertencentes aos domínios da alta tecnologia, fato que por si só acabaria por conferir um caráter subalterno à totalidade do processo de desenvolvimento, algo semelhante ao “voo de galinha”. Para que algo diferente disso pudesse se configurar, foi preciso aguardar até fins da década de 1990, quando a hegemonia americana viria a se ver uma vez mais submetida a dificuldades significativas.

12.

Antes de adentrarmos um assunto novo, seria possível fazer uma breve recapitulação do que discutimos até aqui? Creio que isso seria de grande auxílio até mesmo para introduzir o próximo ponto.

Ainda que nossos esforços, aqui, não tenham ido além de uma tentativa no sentido de sistematizar elementos significativos que parecem compor o contexto que envolveu a crise havida nos primórdios dos anos 1970, afigura-se-nos como razoável afirmar que ela abrangeu, em grande medida e a um só tempo, uma crise da hegemonia americana, assim como os esforços para recompô-la em novas bases.

Afinal de contas, os Estados Unidos foram os grandes vencedores da Segunda Grande Guerra, ainda que coadjuvado pela União Soviética, e aproveitaram-se até o limite, da oportunidade de se fortalecerem no imediato pós-guerra. O caminho que conduziu à expansão tentacular americana para a Europa e leste asiático, especialmente Japão, criou as condições para uma inflexão cíclica, uma vez que esteve baseado essencialmente em uma política monetária frouxa e uma política fiscal claramente expansionista que dependiam, para se sustentarem, de uma postura específica dos demais países centrais, ou seja, sancionadora do regime cambial oriundo dos acordos de Bretton Woods.

A enorme fragilidade no campo cambial se demonstrou, na prática, pelos movimentos especulativos crescentes contra o dólar norte-americano, enjaulado no regime de conversibilidade ao ouro. A ruptura do regime cambial, ou seja, a demonstração de ser o dólar mero papel (moeda), fez soar o sinal de alerta para a condução das políticas monetária e fiscal, que se complementaram maravihosamente, via choque de juros e recolhimento da liquidez, com consequente expansão do endividamento público. Esta reviravolta na política econômica foi a pá de cal na Era de Ouro, que de todo modo, já agonizava.

Isso não significou – e as estatísticas o demonstram – que os EUA perderam sua primazia sobre o conjunto do sistema. A exuberância econômica americana – especialmente se comparada às performances econômicas medíocres da Europa unificada e do Japão –, a condição de primeiríssima potência mundial, transformaram o dólar pós Bretton Woods, em papel-moeda, símbolo e signo de dinheiro universal, em reserva de valor irrestritamente aceita, fato que se desdobra na acolhida igualmente descomunal dos títulos da dívida do governo americano.

Em tal cenário, os Estados Unidos têm podido financiar de maneira relativamente tranquila seus déficits fiscais e em balanço de pagamentos, em que pese sua condição de maior devedor do mundo. A grande questão – reapresentada em 2008 com a magnitude que de fato tem – é se existe um limite para este processo. Até o presente momento, as economias do leste asiático, interessadas em manter a depreciação de suas moedas, por questões de competitividade no mercado internacional, têm mantido enormes estoques de reservas denominadas em dólares americanos – algo que a crise ainda não mudou de maneira dramática. A resposta, portanto, talvez esteja implícita no próprio contexto cambial atual: porque ele haveria de ser mais estável do que aquele preconizado pelos acordos de Bretton Woods? Que um seja obra de acordo ou “consenso” diplomático e que, o outro, se apresente como realização do mercado, não nos parece ser garantia suficiente para tranquilidade de quem quer que seja.

13.

Até o presente momento fizemos um percurso que passou pela crise dos anos 1970 e a reação a ela. Isso nos coloca, portanto, no cenário da década de 1990, em que se observou outro conjunto de crises sistêmicas, que são, aparentemente, diferentes das que as antecederam. Esta linha de raciocínio parece adequada?

Sim, e vou tentar qualificar por que, ainda que tenha que fazer uma digressão relativamente longa para alcançar esta finalidade.

A literatura que trata da globalização admite, com graus variados de ênfase e importância relativa, que houve uma mudança no padrão de organização capitalista, a qual teria envolvido desde aspectos microeconômicos até a questão institucional e política. Esta mudança está indissociavelmente vinculada à crise sistêmica havida nos princípios da década de 1970, que marcou uma inflexão no longo ciclo expansivo havido no pós-guerra.

Na tentativa de capturar e teorizar as razões de ser desta transição – comumente apresentada como uma superação do fordismo pelo toyotismo ou regime de acumulação flexível –, parece haver duas correntes mais claramente

delineadas, a saber, a escola regulacionista francesa⁷ e os partidários da teoria dos ciclos de Kondratieff⁸.

Iremos desenvolver uma tentativa de compreensão da crise do *regime de acumulação* e do *modo de regulação fordista*⁹ a partir de François Chesnais, que não sendo regulacionista ele mesmo, dialoga com esta escola. Nunca é demais lembrar que o fordismo, na acepção que se usa na literatura, não é uma referência pura e simples ao modelo fabril implantado por Ford, mas um amplo conjunto de determinações sociais, políticas e econômicas, que teriam dado coerência e caráter sistêmico ao desenvolvimento capitalista, naquilo que se convencionou chamar sua “Era de Ouro”.

A tentativa de teorizar a transição, portanto, não consiste apenas em se encontrar respostas para uma inversão cíclica e para o *novo padrão de crises* inaugurado nos anos 1990, mas, de maneira muito mais significativa e importante, procurar entender como, partindo de uma situação socioeconômica razoavel-

7 Sene apresenta a escola regulacionista como segue:

O regime de acumulação fordista, regulado pelo keynesianismo, é um paradigma explicativo para a expansão do capitalismo defendido pelos chamados regulacionistas franceses como Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz. Depois outros pesquisadores, como David Harvey e Jacob Gorender, também passaram a utilizá-lo. Essa teoria busca apreender o que sustentou a contínua expansão capitalista nas três décadas posteriores à Segunda Guerra. Defende que o capitalismo passou por diferentes regimes de acumulação ao longo de sua história e que, coerente com determinado regime, deveria coexistir um determinado modo de regulação. (SENE, 2003, p. 69)

8 O economista de origem russa Nicolai Kondratieff, “impopular” tanto na URSS de Stalin (foi deportado para a Sibéria) quanto no Ocidente, defendia a noção de que a economia capitalista era inerentemente cíclica, algo que se poderia demonstrar até mesmo estatisticamente.

(...) outro paradigma explicativo bastante considerado para apreender o atual período do capitalismo pode ser encontrado na noção de ciclos longos, como os denominou Kondratieff. Immanuel Wallerstein, entre outros autores, como Ignácio Rangel (1982), defende que o capitalismo, ao qual denomina de economia-mundo capitalista, desenvolve-se de forma cíclica – a uma fase A de expansão, segue-se outra B, de contração. Essas fases de expansão-contratação são conhecidas como ciclos de Kondratieff. (SENE, 2003, p. 86)

9 Os conceitos fundamentais de *regime de acumulação* e *modo de regulação* nos desenvolvimentos da escola regulacionista nos são apresentados como segue por Sene:

É o momento de definir dois conceitos-chave utilizados pela escola de regulação. De acordo com Lipietz (...): “Um regime de acumulação. São a lógica e as leis macroeconômicas que descrevem as evoluções conjuntas, por um longo período, das condições de produção (produtividade do trabalho, grau de mecanização, importância relativa dos diferentes ramos), bem com as condições de uso social da produção (consumo familiar, investimentos, despesas governamentais, comércio exterior). Um modo de regulação. É a combinação dos mecanismos que efetuam o ajuste dos comportamentos contraditórios, conflituosos, dos indivíduos aos princípios coletivos do regime de acumulação. Essas formas de ajuste são, antes de tudo, apenas (...) o costume, a disponibilidade dos empresários, dos assalariados, de se conformar a esses princípios, por reconhecê-los (mesmo a contragosto) como válidos ou lógicos. E há, sobretudo, formas institucionalizadas: as regras do mercado, a legislação social, a moeda, as redes financeiras. Essas formas institucionalizadas podem vir do Estado (leis, circulares, orçamento público), ser privadas (convenções coletivas) ou semipúblicas (a previdência social do tipo francês”. (SENE, 2003, p. 71)

mente benigna, para o conjunto das populações que se encontravam sob os desígnios da economia capitalista mundial, chegamos à situação atual, na qual as questões que envolvem disparidades de riqueza e renda – internamente aos países – e de desenvolvimento econômico relativo – entre países – são brutais, piorando progressivamente à medida que o tempo passa.

14.

Como se constrói o raciocínio a partir de Chesnais?

O ponto de partida de Chesnais, para compreender a derrocada do fordismo e o *novo padrão de crises*, que se inaugura a partir de então, consiste justamente em delinear as três formas institucionais *essenciais*, que estariam presentes naquele regime de acumulação, as quais teriam assegurado a pujança da Era de Ouro capitalista:

- a) crescimento contínuo da importância do trabalho assalariado, o que trouxe como consequência ser aquele “a forma absolutamente predominante de inserção social e acesso à renda” (CHESNAIS, 1996, p. 300). Além disso, até os princípios da década de 1970, o nível de emprego manteve-se alto, com a remuneração assalariada mostrando-se “adequada”, ou ainda, “suficientemente bem paga” (CHESNAIS, 1996, p. 300). Tal conjunção de fatores permitiu atingir, ao mesmo tempo, certo nível de estabilidade social e os “traços necessários à produção de massa” (CHESNAIS, 1996, p.300), na justa medida em que se mantinha um alto nível de demanda agregada, via expansão da massa salarial (ainda que não somente);
- b) existência de um ambiente financeiro e monetário estáveis, baseados fundamentalmente em um regime cambial que se caracterizava por taxas de câmbio fixas entre moedas (convertíveis), além de observar um razoável grau de subordinação das “finanças às necessidades das indústrias” (CHESNAIS, 1996, p. 300).
- c) a presença do Estado em um duplo aspecto, qual seja, de um lado aparelhado com instituições que podiam impor aos capitais disposições de todas as naturezas, além de lhes disciplinar o funcionamento; por outro, dotado de recursos que permitiam suprir tanto as “defici-

ências setoriais do investimento privado, como fortalecer a demanda.” (CHESNAIS, 1996, p. 300).

Nestas condições apresentam-se flutuações cíclicas relativamente moderadas, onde as prescrições keynesianas se demonstravam eficazes, especialmente porque, no limite, a presença estatal era extremamente importante, senão fundamental para a definição dos grandes movimentos das diversas economias nacionais e da economia internacional. Havia, em resumo, uma espécie de “pacto fordista”:

Durante essa fase, as relações políticas entre as classes sociais e o grau de efetiva soberania que os governos possuem asseguram o respeito das multinacionais a certas convenções e formas de relacionamento correspondentes à relação salarial “fordista”, bem como sua colaboração visando certos objetivos de política econômica nacional (o equilíbrio da balança comercial, por exemplo). (CHESNAIS, 1996, p. 298)

Segundo o entendimento de Chesnais, os três pilares do fordismo, conforme se descreveu mais acima, foram senão total, seriamente danificados. Deste modo, a situação de relativa estabilidade – para as condições inerentemente cíclicas da economia capitalista – observada no período compreendido entre o acordo de Bretton Woods e princípios da década de 1970, foi definitivamente abalada, especialmente, após 1979, quando ocorreu o segundo choque do petróleo.

15.

A que cenário conduziu esta fratura no regime de regulação fordista?

As mudanças não foram pequenas. Observa-se a partir de então uma outra realidade socioeconômica, onde se apresentam: a) rigidez das estruturas industriais oligopolistas, no plano nacional; b) crise aguda das relações salariais presentes no fordismo (que eram base para a dita sociedade de consumo); c) crise fiscal, acompanhada pelo “questionamento da amplitude assumida pelos gastos públicos”; d) deterioração do sistema de relações interestatais no campo propriamente econômico, que se havia baseado até então sobre as convenções do acordo de Bretton Woods.

Apesar das afinidades, o diagnóstico de Chesnais distingue-se daquele apresentado pelos regulacionistas, na importância que aquele confere ao processo de internacionalização do capital, para a compreensão dos fenômenos que nos levaram da “Era de Ouro” do capitalismo, a um cenário de desempenho econômico medíocre, para se falar o mínimo ([os] “regulacionistas não deram muita importância aos efeitos da internacionalização do capital sobre a crise do modo de regulação fordista.” (CHESNAIS, 1996, p. 298). Este elemento, no entanto, não pode ser desconsiderado, pois:

(...) a internacionalização do capital parece ter desempenhado um papel importante na “incapacidade em que os mecanismos associados à regulação em vigor” demonstraram “de reverter os encadeamentos conjunturais desfavoráveis”. Uma das características marcantes do período imediatamente posterior à recessão de 1974-1975 foi uma taxa de crescimento do IED muito superior à do investimento doméstico, pois as grandes companhias buscavam uma saída para a queda de rentabilidade do capital, para a saturação da demanda de bens de consumo duráveis e para a contestação dos trabalhadores, na deslocalização acelerada de suas operações. *Ao começarem a dissociar seu próprio destino daquele de sua economia de origem, os grupos contribuem para enfraquecer o quadro da economia do Estado nacional, e não para restaurar o círculo virtuoso da acumulação segundo as modalidades da regulação fordista.* (CHESNAIS, 1996, p. 299 – grifos nossos)

A mundialização do capital parece ter uma natureza antinômica, com relação aos termos da regulação fordista – o que nos obriga a considerar que, talvez, as características da “Era de Ouro” não sejam passíveis de reprodução, nas condições econômicas atuais. Esta oposição recíproca – lógica e histórica – deve ser considerada, se se pretende compreender a natureza da dinâmica econômica que temos presenciado a partir de 1990, assim como capturar suas especificidades.

16.

Parece que estamos nos acercando da especificidade das crises que se inauguram com os anos 1990. É isso?

Exatamente. Dentro de tal contexto de desfazimento da regulação fordista, as moedas e as finanças – por exemplo, e muito sintomaticamente – tiveram pela primeira vez seus destinos confiados irrestritamente aos mercados, havendo uma subordinação quase que absoluta aos preceitos e requerimento do “capital-dinheiro”. Os Estados, em consequência, perderam seu poder discricionário, pouco podendo impor aos capitais, algo que se tornou ainda mais dramático porque o cenário pós “Era de Ouro” tem sido de crise fiscal e, portanto, de baixa capacidade de interferência (indutiva, no sentido keynesiano) do setor público.

A liberdade concedida aos capitais devidamente mundializados, por outro lado, acabou por determinar o modo como se processava a geração e incorporação de tecnologias, assim como a própria geração de empregos, que apresentava um déficit recorrente, em função mesmo da dinâmica do próprio desenvolvimento tecnológico.

Essa situação está indissoluvelmente ligada à liberalização e à mundialização do capital, inclusive no que diz respeito à primeira dimensão, relativa à tecnologia e ao emprego. Os efeitos das mudanças tecnológicas recentes, em termos de destruição de postos de trabalho, muito acima dos novos empregos que cria, não podem ser dissociados da quase total mobilidade de ação que o capital recuperou, graças à liberalização do comércio internacional e à liberdade de estabelecimento e remessa de lucros. (CHESNAIS, 1996, p. 301)

O desfazimento do “modo de regulação fordista” e dos padrões socioeconômicos a ele associados servem, portanto, como uma referência, para a reflexão sobre a conjuntura dos anos 1990, que se afigurou como sendo de: a) crescimento medíocre, especialmente se comparado ao longo ciclo expansivo do pós-guerra; b) desinflação acelerada, com destaque para os produtos primários, de que dependem os países em desenvolvimento para sustentar sua renda; c) elevado desemprego estrutural; d) agravamento na desigualdade da distribuição de renda, com o ressurgimento dos “rendimentos rentistas obtidos com aplicações financeiras” (CHESNAIS, 1996, p. 303); e) marginalização de extensas porções do globo, no que se refere ao comércio internacional; f) aumento da concorrência interna aos países que compõe a tríade (EUA, Japão e Europa

Ocidental), conduzindo a “conflitos comerciais bastante graves, especialmente entre os EUA e o Japão”.

Estes elementos (conjunturais a princípio), à medida que apresentaram certa estabilidade no tempo, permitiram pensar em termos de uma fase depressiva e, mais particularmente em Chesnais, conduz à “hipótese de encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo” (CHESNAIS, 1996, p. 302). Entende o autor, inclusive, que os vários incidentes financeiros que se vêm observando no período mais recente da economia mundial não podem ser tratados como fatos isolados, como circunstâncias fortuitas ou aleatórias, mas, ao contrário, devem ser compreendidos dentro de um padrão sistêmico.

A nosso ver, esses elementos não podem ser considerados como simples somatório de fatos isolados. Exigem ser abordados *como um todo*, partindo da hipótese de que “formam um sistema”. De nossa parte, pensamos que todos eles remetem às modificações nas relações entre capital e trabalho – levando a formas de relação salarial sensivelmente diferentes das que prevaleceram entre 1950 e 1975 – bem como às mudanças nas relações entre o capital produtivo e o capital financeiro, que se deram no contexto da “mundialização do capital” analisada neste livro. (CHESNAIS, 1996, pp. 303-304)

Mais particularmente ainda, a fim de explicar a natureza depressiva encontrada na conjuntura econômica a partir da década de 1990, propõe Chesnais o quanto segue.

(...) pode-se sustentar a hipótese de que *as formas assumidas pela mundialização dos grupos industriais (...), dos grandes grupos de distribuição (comércio atacadista e varejista) e do capital monetário (...) exercem, de modo estrutural, um efeito depressivo sobre a acumulação*. Este efeito é global, embora seu impacto sobre os países e os conjuntos “regionais” (isto é, continentais) permaneça diferenciado, de modo que o caráter mundial da depressão não comportou uma sincronização das conjunturas dos três polos da Tríade (...). (CHESNAIS, 1996, p. 304 – grifos nossos)

No que se refere especialmente ao emprego, é preciso notar com ênfase que “a destruição de postos de trabalho, muito superior à criação de novos empregos” (CHESNAIS, 1996, p. 304) não decorre exclusivamente da tecnologia em si mesma, mas em igual ou maior medida da extrema mobilidade do capital, que pode investir ou desinvestir, localizar ou deslocalizar, *at home and abroad*, sem que se lhe imponham restrições sérias. Nestas condições, pode-se submeter cada uma das populações trabalhadoras às condições vigentes nos países ou localidades de menor proteção social ao trabalho e de menor remuneração.

A situação do mercado de trabalho, por sinal, articula-se perfeitamente com o ambiente de desregulamentação do comércio internacional, uma vez que não se pode mais (com facilidade) impor medidas de proteção alfandegária, de modo a proteger os empregos em um determinado país. O que se observa é algo em sentido contrário, uma vez que a enorme mobilidade dos capitais obriga os diferentes países a alinharem suas “legislações trabalhistas e de proteção social àquelas do Estado em que forem mais favoráveis a [eles] (isto é, onde a proteção for mais fraca)” (CHESNAIS, 1996, p. 306).

17.

Segundo a lógica aqui desenvolvida, há uma relação direta entre o padrão de crises que passamos a enfrentar na década de 1990 e a situação laboral em escala planetária. Há algo que implique igualmente o capital neste raciocínio?

Para se ter um retrato fiel da dinâmica do regime de acumulação que se seguiu ao fordismo, é importante observar que a propriedade do “capital produtivo” também sofreu alterações significativas, havendo uma presença importante de fundos de pensão e fundos mútuos, que se têm caracterizado por impor aumentos constantes de produtividade no processo produtivo, vetor de ação que impacta diretamente a questão do emprego. Não é preciso grandes formulações teóricas, para se inferir que a lógica de gestão dos fundos é, natural e essencialmente, distinta daquela que se poderia esperar de administradores “nativos” da indústria, especialmente porque o investimento produtivo é pensado por

aqueles como a tomada de uma posição ativa, que pode ser desfeita ao sabor da conjuntura e das circunstâncias.

As questões mais importantes dizem respeito à orientação das decisões de investimento, bem como à intensidade da exploração dos assalariados e às formas que esta assume: demissões massivas em seguida a operações da chamada "reengenharia", rebaixamento do nível salarial e instauração da mais completa precariedade do trabalho. O objetivo dos fundos é valorizar seus ativos industriais, pelos mesmos critérios que os seus ativos financeiros como um todo. Os gestores dos fundos buscam a maior rentabilidade, mas também o máximo de mobilidade e flexibilidade, e não reconhecem nenhuma obrigação além dessa de fazer render os seus fundos; as consequências de suas operações sobre a acumulação e o nível de emprego "não são problemas deles". A forma alemã de interconexão entre os bancos e a indústria, que Hilferding tomara como arquétipo do capital financeiro, poderia aparecer hoje como a melhor forma possível de organização da relação entre o capital-dinheiro concentrado e a indústria; e o tempo quando eram só bancos que se interessavam pelo andamento das empresas, seria visto como uma espécie de Idade de Ouro (Aglietta, 1995). (CHESNAIS, 1996, pp. 292-293)

É fundamental notar no contexto da fluidez internacional de capitais, que o investimento externo direto (IED) não significa mais um aumento necessário de capacidade produtiva, uma vez que grande parte dele se processa sob a ótica dos processos de aquisição e fusão de companhias, preocupadas que estão estas com a necessidade de produção e distribuição (global) de produtos e serviços.

A mundialização do capital – no contexto específico da década de 1990 – apresentou um impacto depressivo sobre três componentes da demanda agregada, o que se pode demonstrar de maneira analítica. Influenciou negativamente o consumo doméstico, por exemplo, de duas maneiras: a) pela queda do rendimento assalariado, decorrente tanto de uma inflexão persistente dos níveis de emprego, quanto da queda mesma dos valores pagos a título de salários, tanto um quanto outro tendo influência depressiva sobre a economia. Esta situação foi complementada por um aumento da propensão (marginal) a poupar dos segmentos médios ("e mesmo baixos"), premidos que estão por uma situação

prospectiva que apresenta um forte elemento de incerteza; b) via redistribuição da renda nacional em favor de segmentos rentistas, que resulta diretamente da ascensão dos mercados financeiros, com sua infindável oferta de oportunidades para os afluentes.

As despesas públicas sofreram, igualmente, um impacto negativo, em primeiro lugar porque a queda da massa salarial e a inflexão dos níveis de atividade, quase automaticamente deprimiram a arrecadação tributária, tanto em termos de impostos diretos quanto indiretos (consumo). Agrega-se a estes efeitos a redução praticamente universal, ainda que variável em magnitude, dos impostos sobre o capital e sobre os rendimentos de aplicações financeiras. Diante desta situação, os governos tenderam a compensar a queda de arrecadação com aumento da dívida pública, ação esta que, devido a uma política de juros reais positivos, acabava elevando o montante do serviço da dívida, trazendo à ordem do dia uma crise fiscal que se apresentou como renitente. *Fustigado por uma deficiência dinâmica de financiamento, invariavelmente os Estados acabam por se submeter a políticas de privatização, liberalização e redução da disponibilidade de serviços públicos (o que de algum modo afeta novamente os níveis de emprego).*

No que se refere ao investimento, ele se caracterizou por: a) forte prioridade às fusões e aquisições; b) “prioridade para os investimentos de reestruturação e racionalização” não havendo necessariamente, portanto, aumento da capacidade instalada; c) altíssima seletividade na escolha da localização, uma vez que existia uma forte predisposição dos “locais”, no sentido de conceder subsídios, isenções fiscais, revogação e/ou flexibilização de direitos trabalhistas, no afã de “atrair” investimentos para seus perímetros; d) atração de capitais produtivos para uma valorização de natureza estritamente financeira, que seria menos complexa e, na situação contemporânea, mais fácil do que a produtiva – salvaguardados acidentes eventuais de percurso.

É um fato que esta conjugação de estratégias elevou significativamente a rentabilidade dos investimentos, mas o mesmo não se dá com a sua capacidade de dinamizar a economia, sendo que o “resultado total é um investimento de *média ou fraca dinâmica*, altamente seletivo no plano espacial, do qual seria pouco realista esperar que venha a desempenhar papel de locomotiva numa retomada cíclica mundial sustentada.” (CHESNAIS, 1996, p. 309)

Se considerarmos, portanto, que os componentes da demanda agregada – arrolados logo acima – apresentavam comportamento de natureza semelhante, no sentido de contribuir para a depressão da atividade econômica, com-

preende-se porque os indicadores de atividade se mantiveram em patamares relativamente medíocres, em escala mundial, ainda que a eles se associe a um incremento da rentabilidade dos capitais existente e um aumento persistente dos rendimentos canalizados para os mercados financeiros.

18.

Parece que este cenário propunha um problema: o da estabilidade. Ou seja, esse arranjo consegue conter as tensões que o regime capitalista implica? E do ponto de vista econômico, não se apresentam igualmente problemas significativos?

A equação que combina níveis medíocres de expansão da atividade econômica e alta rentabilidade, ainda que seja paraíso dos afluentes, não é algo que se possa propriamente considerar estável. Muito ao contrário, este arranjo é intrinsecamente instável, o que decorre da base produtiva estreita a partir da qual o processo de valorização do capital tem de ocorrer. Esta contradição torna instável todo o sistema econômico e, neste sentido, as crises financeiras recorrentes, com implicações em escala mundial (México 1995, Ásia 1997, Rússia 1998, Brasil 1999, Argentina 2001, Nasdaq etc.) não podem ser consideradas acidentais, tendo, ao contrário, um vínculo orgânico com a forma pela qual a totalidade do sistema se ordena. É por isso, no essencial, que Chesnais se negava a pensá-las individualmente.

A valorização do capital, portanto, em que pese sua velocidade, quando submetida a uma lógica e órbita estritamente financeiras, é crítica e problemática, posto que se coloca recorrentemente em contradição e conflito com as possibilidades “reais” da produção capitalista. Neste sentido, muito da riqueza criada e cristalizada na inflação de preço de ativos, decorre da incorporação, no presente, de expectativa futura de rendimentos. Tão logo, contudo, o presente vire as costas ao futuro, passa-se da inflação à deflação, e a riqueza prospectiva, jamais efetivada e realizada – mas devidamente escriturada nas várias posições patrimoniais –, desfaz-se no ar, como bolhas de sabão. *Aqui, contudo, não são crianças que se divertem, com a vida efêmera das formas: o deleite é dos tubarões que, como as bancas nos cassinos, só perdem para manter a roda do jogo girando continuamente.*

É esta, a meu ver, a grande indagação que a dinâmica econômica dos anos 1990 nos apresenta na atualidade, e que a crise de 2008 recoloca de maneira extremamente intensa: superamos efetivamente as condições que geraram as crises recorrentes daquela década ou, ao contrário, continuamos repondo as condições que tendem a perenizá-las?

19.

O senhor parece construir a ideia, ao desenvolver seus argumentos, que o novo padrão de desenvolvimento não teria a faculdade de se universalizar, apesar das predicções que fizeram e fazem os neoliberais. Está correta esta compreensão de suas colocações?

Parece-me que no fundamental, sim. A certa altura da Era de Ouro chegou-se a pensar na possibilidade até mesmo de um fordismo periférico, acreditando-se que:

(...) o modelo ocidental de desenvolvimento (capitalista) poderia ser generalizado para todos os países e regiões do planeta. Havia “etapas de desenvolvimento” que todo país poderia galgar. Durante os anos 1955-1975, um fluxo bastante forte de investimentos diretos nos países do Terceiro Mundo, acompanhados de outras formas de ajuda, nunca desinteressada mas tangíveis, pareceu materializar essa predisposição. Depois, os países em desenvolvimento foram convidados a dar prosseguimento a esse esforço, aproveitando os créditos oferecidos nos euromercados. A hipótese de um “fordismo periférico”, com ampla extensão das relações de produção capitalistas, parecia defensável. (CHESNAIS, 1996, pp.312-313)

Mais recentemente, contudo, as transformações de ordem tecnológica, econômica e política conduziram a um “giro radical”, dando-se um claro afastamento da ideia de que os padrões das sociedades desenvolvidas possam ser reproduzidos em escala planetária. A rigor, uma série enorme de países e lugares não atendem aos requisitos mínimos do capital, para que se possa transplantar atividades econômicas, especialmente porque estas se desenvolvem na presença

de forças competitivas de poder colossal. Além disso, a transposição em questão esbarra – segundo Chesnaïs – em “limites ecológicos incontornáveis”.

O desenvolvimento de toda parte do globo é tanto menos desejado, na medida em que ele não é possível como extensão dos modos de produção atuais dos países avançados. Com efeito, sabe-se, há pelo menos uns dez anos, que, sob os ângulos decisivos de consumo de energia, das emissões na atmosfera, da poluição das águas, dos ritmos de exploração de muitos recursos naturais não renováveis – ou só renováveis muito lentamente – etc., o modo de desenvolvimento sobre o qual os países da OCDE construíram seu alto nível de vida não pode ser generalizado à escala planetária. (CHESNAÏS, 1996, pp. 313-314)

No ambiente altamente competitivo que envolve os países centrais, estes passaram a balizar suas ações por “*relações comerciais seletivas*”, havendo espaço para: a) alguns países produtores de matérias-primas – “na verdade cada vez menos”; b) “[o]utros são procurados, sobretudo pelo capital comercial concentrado, como bases de terceirização deslocalizada a custos salariais muito baixos” (CHESNAÏS, 1996, p. 313); c) havendo poucos países atrativos pelas dimensões de seus mercados domésticos (caso especialmente da China).

Mas, a rigor, aquilo de que os países centrais necessitam é de mercado e não de concorrentes, o que levou a uma redução significativa do investimento externo direto para muitos países, fato este que trouxe para o primeiro plano dos relatórios do Banco Mundial a questão da “administração” da pobreza, alternativamente aos debates sobre desenvolvimento.

É preciso salientar muito enfaticamente, neste tópico, que a inserção dos países em desenvolvimento, nos fluxos internacionais de comércio, finanças e, de modo geral, nos relacionamentos com os países desenvolvidos, está subordinada a uma lógica bastante distinta, daquela que teve vigência durante o período fordista, a qual foi fortemente pautada pelos objetivos geopolíticos existentes na Guerra Freia.

As definições estratégicas e geopolíticas, uma vez ausente o “perigo” socialista, processam-se sob uma ótica principalmente econômica, inteiramente vinculada ao propósito da acumulação capitalista, a qual tem seus requerimentos próprios, quando se trata de definir “países de interesse”. Não é um acidente, portanto, que se assista uma firme progressão na criação e de blocos econômi-

cos coesos (Nafta/Alca, União Europeia, Leste Asiático), que são efetivamente os atores significativos dos intercâmbios internacionais e, em função dos quais, vai-se definindo a divisão internacional do trabalho, no contexto da mundialização do capital.

Ocorre aqui, simultaneamente, situações de inclusão subordinada – a posição do México no Nafta – e exclusão quase absoluta – imensa maioria da África subsaariana. Em que pese uns poucos interregnos entre os fins da década de 1990 e os dias de hoje, em que se observou uma animação mais acentuada da dinâmica econômica, é diante deste cenário, no essencial, que nos encontramos.

Grande parte de nossos desafios e da agenda estratégica, para o conjunto das nações em desenvolvimento, passa, portanto, pela questão dos arranjos articulados no âmbito do comércio internacional. Ainda que não se possa imaginar um caminho autárquico, ou formas de desenvolvimento autônomo, encontrar uma posição adequada em meio a este jogo é fundamental. Neste contexto, a questão da formação dos blocos econômicos e a forma em que se dá o relacionamento com eles demonstra-se absolutamente essencial às possibilidades de desenvolvimento de cada país e região.

Nona Parte

Dinâmica econômica da segunda metade do século XX: | Caracterização da Era de Ouro (1945-1973) | A crise do padrão hegemônico na década de 1970 | A natureza das crises a partir dos anos 1990 | Desenvolvimento econômico e formação de blocos

1.

Há um tema que, estando sempre na pauta, perdeu parte de sua efervescência, ou seja, a questão das relações internacionais. Como você analisa esta questão nos nossos dias?

Em primeiro lugar é fundamental recordar que o Sistema ONU, que emergiu logo após a Segunda Guerra Mundial e que contava com algo como sessenta membros ativos na oportunidade, apresenta, hoje, aproximadamente cento e noventa e dois países filiados¹. Trata-se, portanto, de uma realidade bastante mais complexa.

Não é ocioso observar, dentro deste contexto, que a bipolaridade existente à época da Guerra Fria também é coisa do passado, de tal maneira que há sempre um grande conjunto de interesses envolvidos – algo novo, mesmo que se faça sob o domínio hegemônico dos Estados Unidos e/ou demais países centrais.

2.

A quantidade de países-membros é um problema em si mesmo?

Parece-me evidente que coordenar cento e noventa e dois membros é uma tarefa mais complexa do que fazê-lo com um número em torno de sessenta. Esta, contudo, não é a questão essencial. A maior dificuldade encontra-se no fato de que as estruturas e Fóruns do Sistema ONU ainda estão vinculados ao

¹ Para referências, consultar: http://www.onu-brasil.org.br/conheca_paises.php

mundo das décadas de 1940/1950, tornando extremamente complexas as tarefas de concertação, mediação e regulação.

Além do mais, no contracampo dos países centrais, há forças emergentes que não são – e não pretendem ser – massa de manobra. A China parece ser o caso emblemático, mas não se pode esquecer das pretensões e possibilidades do Brasil, Índia, Rússia etc.

3.

O senhor parece indicar que seria necessário reformular os termos em que a ONU opera. Está correta a compreensão de sua posição?

Parece-me que não será possível escapar dessa reformulação em um horizonte de médio prazo. O mundo contemporâneo não cabe na estrutura que o Sistema ONU contempla; os interesses e diversidade de posições, possibilidades de conflitos e requerimento de mediações. Nada disso pode ser efetivamente atendido pela estrutura atual.

Há que se considerar, ainda, que os alinhamentos não são mais aqueles da Guerra Fria, praticamente automáticos, mas envolvem uma miríade de possibilidades, interesses e arranjos.

4.

Esta situação tem consequências para o Brasil?

Sim, de várias e distintas ordens. Para não ir a um nível de detalhe muito grande, basta dizer que devemos aprimorar nossa visão estratégica sobre o relacionamento com o mundo, e o Sistema ONU em particular. As lutas que se deve conduzir devem ter por referência esta concepção estratégica, de tal forma que não fiquemos negociando e barganhando posições em um sistema que, a rigor, deve ser reformulado, exatamente por pressão de países como o Brasil.

5.

Quais são, a seu juízo, os elementos essenciais da visão estratégica a que se refere?

Parece-me que é absolutamente essencial romper como o modelo existente em torno do acesso à tecnologia, o qual, a rigor, permite disponibilizar o produto ou processo, sem que se tenha, no entanto, uma apropriação mínima daquilo que permite gerá-los. Esta lógica eterniza a dependência, subordina os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, perpetuando a segmentação entre países desenvolvidos e nações subalternas.

As implicações da resistência a este padrão de acesso à tecnologia, que tem caracterizado a relação norte-sul, são imensas, envolvendo desde aumento significativo nos investimentos em educação, até as relações bilaterais do Brasil, que devem considerar de modo mais atento e enfático as possibilidades de cooperação com países outros, que não os centrais (EUA e Europa Ocidental). Um exemplo deste exercício pode ser encontrado na área aeroespacial, na qual o Brasil desenvolve projeto com a Ucrânia, envolvendo transferência tecnológica, para o lançamento de satélites – *Cyclone Space*².

Note-se, ainda, que uma concepção soberana da questão tecnológica deve tratar de maneira muito intensa a questão das patentes (a de fármacos em particular), considerar o problema da exploração amazônica, que precisa ser pensada a partir dos interesses militares e geopolíticos brasileiros.

6.

Neste contexto, a cooperação Sul-Sul é algo significativo?

Sem margem a dúvidas, desde que se compreenda que este vetor de atuação não conduz a um subimperialismo brasileiro, mas a um esforço integrado e articulado para a superação do subdesenvolvimento, tanto econômico, quanto político. Se não compreendermos as expectativas de nossos parceiros, a cooperação não irá além da retórica.

2 Para referência, consultar: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/38082.html>

Nesse sentido, vale a pena indicar que a cooperação pode se dar, no âmbito econômico, por meio de financiamentos via BNDES, ou por meio da atuação de empresas brasileiras com vocação transnacional.

Modelo semelhante a este deve ser aplicado à África que, apesar de estar ganhando espaço na agenda internacional brasileira, ainda está sub-representada em nossa concepção estratégica. A afinidade cultural, posicionamento geográfico, complementaridade econômica obrigam imaginar que há um enorme espaço ainda não ocupado, e isso apesar dos esforços da diplomacia brasileira nesse sentido, ao menos nos últimos anos.

7.

Como o senhor vê, neste contexto, a questão dos blocos econômicos?

Os blocos são atores importantes no contexto internacional, algo que a tendência à globalização não solapou, mesmo que tenhamos observado mudanças significativas nas estratégias de inserção internacional dos diferentes países, o Brasil compreendido. Para que possamos discorrer adequadamente sobre essa questão precisamos, contudo, qualificar as características dos blocos mais significativos, conforme segue:

Mercosul

www.mercosur.int

Estados Membros	 Argentina (1991)	 Brasil (1991)	 Paraguai (1991)	 Uruguai (1991)	
	 Bolívia (1996)	 Chile (1996)	 Peru (2003)	 Colômbia (2004)	 Equador (2004)

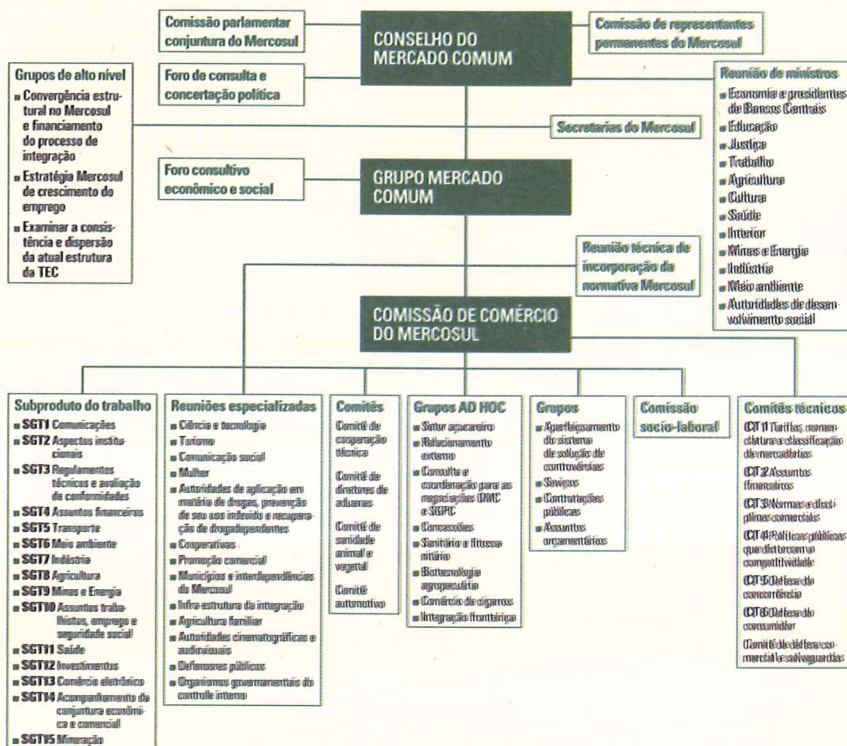
Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai subscreveram em 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção, cujo objeto consistia em criar o mercado comum do sul, Mercosul. Os quatro estados, mais do que simplesmente buscar um acordo no âmbito econômico e aduaneiro, afirmaram compartilhar valores envolvendo a defesa da democracia, do pluralismo, das liberdades fundamentais do sujeito humano; a proteção ao ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Constituem metas do bloco, igualmente, o desenvolvimento econômico e social com equidade. São estados associados do Mercosul Bolívia (1996), Chile (1996), Colômbia (2004), Equador (2004), Peru (2003) e Venezuela (2009).

O objetivo fundamental do Tratado de Assunção consiste na integração dos estados membros, com fundamento na circulação livre de bens, serviços e fatores produtivos, adotando-se uma política comercial comum, coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, além da harmonização das legislações nas áreas pertinentes.

Em dezembro de 1994 foi subscrito o Protocolo de Ouro Preto, que complementa o Tratado de Assunção, ao estabelecer a estrutura institucional do Mercosul, conferindo-lhe personalidade legal internacional. Ocorre, nesta mesma oportunidade, a criação dos marcos regulatórios que permitirão instituir a união aduaneira entre os países membros.

Organograma do Mercosul



Os marcos legais são claros, mas é necessário destacar que o Mercosul só avançará se houver uma integração de fato entre os países, não apenas na questão econômica, como vem ocorrendo até agora. Esses avanços comerciais são claros pelos números. O comércio entre os quatro países do Bloco teve incremento exponencial. Para ter ideia, as exportações\importações do Brasil com países do bloco passaram de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 36,6 bilhões entre 1989 e 2008³.

Mas essas trocas, embora benéficas para todos os lados pelo aumento da atividade econômica, causam momentos de tensão. Principalmente quando ocorre déficit para determinado país. Por questões cambiais ou mesmo de competitividade, quando as trocas ficam muito desiguais, o livre comércio passa a não ser tão livre assim. Por exemplo, quando aumentou muito a importação de eletrodomésticos e calçados brasileiros, os produtores argentinos pediram e foram atendidos por seu governo com medidas de proteção. Quando os argentinos passaram a vender muitas garrafas *pet* aqui, foi a vez de os brasileiros reclamarem. Resumindo, quando a balança comercial pende para um lado ou outro, são pedidas restrições e salvaguardas pelo lado afetado.

Outra assimetria importante é que a economia brasileira é três ou quatro vezes maior que a Argentina. Os PIBs de Uruguai e Paraguai são menores que de um grande estado brasileiro. A competição, para esses países, principalmente a industrial, às vezes é realmente danosa. Basta citar que praticamente não existe indústria automobilística nos países menores do Mercosul.

E a disputa pela industrialização é feroz. Mesmo quando conseguem atrair investimentos, como no caso da indústria de papel finlandesa Botnía, há grandes resistências e disputa com os parceiros. Nesse caso, quando houve a definição pelo Uruguai em detrimento da Argentina, ocorreu verdadeiro conflito diplomático, com os argentinos reclamando, grosso modo, que os uruguaios ficarão com os benefícios e os resíduos serão jogados em sua margem do Rio da Prata.

Nesse aspecto econômico, é importante, para que integração ocorra de fato, financiamento e apoio aos países menos desenvolvidos do bloco para que possam se industrializar e também prosperar. Uma lição importante é que não existe integração real se um lado for extremamente mais fraco ou mais pobre. Brasil, Argentina e Venezuela, principalmente por conta do tamanho de suas economias, podem financiar os países menores com recursos para um grande banco de fomento do Mercosul ou por meio de instituições que já existem, como o BNDES.

3 Fonte: Intercâmbio Comercial Brasileiro, Mercado Comum do Sul – Mercosul, 14/9/2009, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Esse é apenas um exemplo, mas o principal problema, é que a integração do Mercosul ocorreu até agora no aspecto comercial. Em entrevista recente ao jornal argentino *La Nación*, o candidato a presidente do Uruguai, José “Pepe” Mujica, questionava exatamente por que não fazer uma verdadeira integração cultural, educacional, uma verdadeira integração entre os países. Essa integração tem de ocorrer em todos os aspectos. Os países do Mercosul, aí incluindo os que ainda não são membros de pleno direito, como Venezuela e Chile, têm de caminhar para uma verdadeira integração econômica, cultural e política. Não apenas ficar nas exportações/importações de produtos ou serviços. Passos importantes para isso seria a criação e o pleno funcionamento do Parlamento do Mercosul, da moeda única, do livre trânsito das pessoas, do incremento das trocas culturais e esportivas, como ocorreu em parte na União Europeia.

Aliás, outro passo importante são as negociações desenvolvidas pelo Mercosul para acordos do bloco com outros atores importantes, como a União Europeia, os países africanos e com Israel. Muitas negociações já ocorreram, ainda sem sucesso, mas os esforços têm de ser retomados, até para evitar que países passem a fazer acordos individualmente com outros blocos, ferindo a unidade do Mercosul e a possibilidade de ampliação da derrubada de barreiras comerciais, de imigração etc.

União Europeia

www.europa.eu



Este talvez seja um dos exemplos mais complexos, pela abrangência geográfica, pela amplitude de objetivos e, porque não, pelas expectativas civilizatórias que encerra. Em um continente dilacerado por duas grandes guerras, onde imperou a barbárie e a devastação, a União Europeia almeja não apenas a integração econômica e uma posição competitiva em âmbito internacional, mas também o enfrentamento de problemas sociais de grande envergadura.

Esses desafios dizem respeito aos países líderes do bloco, ou seja, Alemanha, França, Inglaterra, às nações de menor porte, mas ainda de grande poderio econômico – como é o caso, por exemplo, de Holanda, Suécia e Bélgica –, referindo-se aos demais vinte e sete países membros de maneiras distintas, em função de seus graus variáveis de desenvolvimento socioeconômico.

A União Europeia passou recentemente por duras provas, como a incorporação dos países do Leste Europeu e contestações à sua “Constituição”, rejeitada por alguns países-membros. Em 2007, foi proposto um novo acordo, o chamado Tratado de Lisboa, que estabelece reformas substanciais para o Bloco dos 27, já aprovado pela maioria dos países, restando apenas a decisão dos plebiscitos da Polônia e da República Tcheca. O problema é que para sua implementação é necessária a concordância de todos os países. Senão o bloco continuará sem uma “Constituição” única.

Parte dos problemas de hoje decorrem da incorporação, em 2004, de uma única vez, de dez novos países (Estônia, Ilhas de Malta e Chipre, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria e Eslovênia). Depois houve a adesão de Bulgária e Romênia. Esses países apresentam níveis de desenvolvimento diferenciados, necessitando de mais investimentos, como subsídios agrícolas e ajuda econômica. Também só terão acesso a todos os benefícios do bloco de maneira gradual. A circulação de pessoas, por exemplo, não será totalmente livre e a adoção do euro dependerá do cumprimento de uma série de critérios econômicos. A primeira a conseguir cumprir os requisitos foi a Eslovênia, em 2007, passando a ser o 13º país do bloco a adotar o euro.

Nafta

www.nafta-sec-alena.org

Reúnem-se no Nafta (*North American Free Trade Agreement*) os Estados Unidos, Canadá, México e Chile, na condição de país associado, tendo entrado em funcionamento pleno a 1º de janeiro de 1994. A meta final consiste em eliminar as barreiras aduaneiras entre os países membros, de tal modo que se estabeleça um espaço econômico em que mercadorias circulem livremente.



Alca

www.ftaa-alca.org

A Área de Livre Comércio das Américas consiste, em grande medida, de uma tentativa americana, no sentido de criar um espaço econômico comum ao continente. O marco a partir do qual se intenta estabelecer o bloco pode ser encontrado na Cúpula das Américas, ocorrida em Miami no ano de 1994. Evidentemente coloca-se, desde a primeira hora, a questão do domínio hegemônico exercido pelos Estados Unidos e sua ampliação, em um contexto de potencial união aduaneira.



É importante destacar a oposição brasileira à Alca desde a eleição do pre-

sidente Lula. Houve uma inflexão da política externa para o Cone Sul, com o fortalecimento das relações com países do Mercosul, da África e, principalmente, com os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). Essa mudança fez com que o planejamento dos Estados Unidos de integração e livre comércio com países das Américas não avançasse. Como estratégia, os Estados Unidos passaram a fechar acordos de livre comércio com determinados países, como no caso do Chile.

Alba

www.alternativabolivariana.org

A Alternativa Bolivariana para a América Latina corresponde, em grande medida, a uma reação contra-hegemônica à Alca, ou seja, busca oferecer uma alternativa de integração social e econômica, que não passe pelo controle americano sobre o continente. Além disso, a Alba propõe a questão da cooperação continental em eixos mais amplos, uma vez que busca fundá-la em um projeto de desenvolvimento que possa reverter a pobreza e desigualdade social, as disparidades de renda, além do desequilíbrio historicamente observado nas relações Norte-Sul.

A construção do bloco teve início em Havana, em 14 de dezembro de 2004, reunindo inicialmente Venezuela e Cuba. Em 29 de abril de 2006, a Bolívia, presidida por Evo Morales, integrou-se ao grupo, a partir do Tratado de Comércio dos Povos, que foi agregado ao nome do bloco, originando a Alba-TCP.

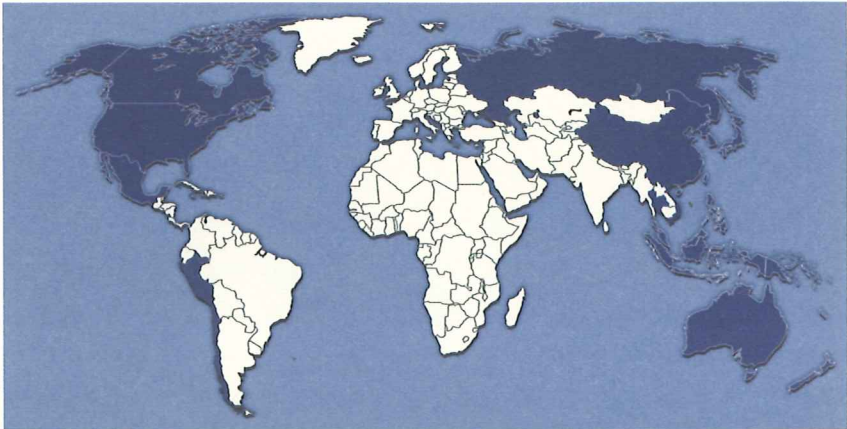
Atualmente constituem a Alba-TCP Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas.

Tanto no que se refere à Alca, quanto no que toca à Alba, existe uma disputa intensa sobre as questões inerentes à relação Norte-Sul, tais como os subsídios agrícolas praticados pelos países centrais, as questões envolvendo a transferência de tecnologia, como condição para garantir autonomia e emancipação efetivas aos países menos desenvolvidos, e assim por diante.



Apec

www.apec.org



Asia-Pacific Economic Cooperation é um bloco econômico fundado em 1994, na Conferência de Seattle, ainda que houvesse discussões e debates anteriores sobre os interesses regionais, no âmbito da Asean (*Association of the SouthEast Asian Nations*).

O principal objetivo do bloco é reduzir taxas e barreiras alfandegárias da região Pacífico-asiática, promovendo assim o desenvolvimento da economia da região. A estratégia a ser empregada para tal fim consiste em criar uma zona de livre comércio até 2010 – países desenvolvidos – e até 2020, com relação aos países subdesenvolvidos. Prevê-se que até 2020 as iniciativas mútuas de redução tarifária tenham produzido seus efeitos, criando-se uma zona de livre comércio.

Comunidade Andina de Nações

www.comunidadandina.org

Trata-se de um bloco formado por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A origem do bloco está associada ao Acordo de Cartagena, subscrito em 26 de maio de 1969. O Chile, que deixou o bloco em 30 de outubro de 1976, foi originalmente signatário deste documento. A Venezuela, de outra parte, tendo aderido ao bloco em 13 de fevereiro de 1973, deixou de ser membro em abril de 2006.



O bloco, já a partir de inícios da década de 2000

passa a fazer uma revisão de suas estratégias de atuação, abandonado a partir de 2003 os propósitos de um modelo de integração que não atentasse para problemas sociais como, por exemplo, a redução da pobreza, exclusão e disparidade de renda. O Plano de Trabalho estabelecido em 2007 indica claramente esta mudança de concepção estratégica, ao estabelecer, ao lado das Agendas de Cooperação Política, Relações Externas e Desenvolvimento Produtivo, as Agenda Social e Ambiental.

Unasul

A origem do bloco remonta a 2004, quando se apresentou em Cusco, Peru, a primeira proposta para sua constituição. O nome União das Nações Sul-Americanas (Unasul) surgiu no ano passado, na Venezuela, ao longo da Primeira Reunião Energética da América do Sul.

Aladi

www.aladi.org

A Associação Latino-Americana de Integração surge em 1980, com base no Tratado de Montevideu, dando continuidade ao processo inaugurado com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). São estados membros Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Mexico, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.



Em 6 de dezembro de 1988 Cuba passou a integrar o bloco.

São cinco os acordos comerciais entabulados no âmbito da Aladi: abertura de mercados; preferência tarifária regional; cooperação científica e tecnológica; cooperação e intercâmbio de bens nas áreas cultural, educacional e científica; acordo-quadro para a promoção do comércio mediante a superação de barreiras técnicas ao comércio.

8.

A literatura chama atenção, contudo, para um fenômeno que, se não é novo, é bastante preocupante. Refiro-me ao fato de que há uma tendência de que o comércio intrabloco se torne proeminente o suficiente, a ponto tornar menos significativo os intercâmbios com o conjunto de países que compõem o globo.

O fechamento da malha de relações e intercâmbios tem consequências nefastas, especialmente para os países mais pobres e para África, por exemplo, em particular. Alan Chesnais apontou há alguns anos o fato de que estava se cons-

tituindo um conjunto de regiões e países que não eram passíveis de integração aos fluxos de comércio internacionais, aos quais estaria, portanto, reservado não mais do que a ajuda humanitária. Esta é uma consequência da oclusão dos diferentes países em torno de seus interesses imediatos, subordinados a uma concepção estritamente econômica das relações internacionais.

É preciso observar, contudo, que o tema dos blocos não se resume a este aspecto. Parece-me, inclusive, que eles têm importância estratégica para fins de obtenção e consolidação da autonomia e soberania em várias partes do mundo. Em nosso caso em particular, digo, da América Latina, há promessas muito significativas, seja no que se refere à integração continental, seja no que tange à resistência que se pode opor aos interesses hegemônicos dos países centrais, especialmente Estados Unidos, que historicamente têm exercido influência incontestável em toda região. Noto, neste particular, que a Unasul, pela primeira vez na história do continente, vem-se apresentando como mediador de conflitos e interesses, por substituição ao até então onipresente Estados Unidos.

Creio que é fundamental observar, contudo, que o papel que o Brasil irá desempenhar nos blocos de que participa (ou participará) só pode ser adequadamente configurado, caso se inscreva em uma concepção efetivamente estratégica, que esteja totalmente comprometida com o desenvolvimento socioeconômico do país e com a construção de um concerto internacional mais justo e fraterno. Quero dizer com isso, explicitamente, que os blocos não devem ser instrumentalizados, seja por imperialismos de primeiro grau, seja por suas variantes de segunda ordem.

9.

O senhor não teme que o envolvimento do Brasil com as questões regionais possa trazer problemas para a agenda internacional?

Suponho que você esteja se referindo particularmente às questões que têm envolvido Venezuela, Bolívia e, em menor grau, Paraguai, além da questão recente envolvendo Honduras. Estando delimitado o campo da questão, acredito que o Brasil tem maturidade política e diplomática suficientemente bem desenvolvida para tratar de seus interesses, sem se deixar contaminar pelas questões internas de seus parceiros, que apresentam elevado grau de complexidade.

Por outro lado, como demonstra à exaustão o episódio de Honduras, as relações com os países latino-americanos passam pela afirmação de uma posição completamente diferente do Brasil no contexto internacional. É fato que já éramos uma liderança regional, mas é novo o alcance de nossas posições, em especial quando se as coteja com a geopolítica propugnada pelos Estados Unidos.

As relações e agendas com países como Venezuela, Bolívia, Paraguai, Honduras etc., tanto são essenciais que despertam vivo ânimo conservador, no sentido de afirmar que ao se posicionar no contexto das relações internacionais, o Brasil se envolve com assuntos internos daquelas nações. Obviamente não é disso que se trata; o Brasil não é um ator na política interna venezuelana, tanto quanto Chavez não é uma agente nos assuntos domésticos brasileiros. O que incomoda é o não alinhamento automático com os Estados Unidos.

Além do mais, há sempre aquele horror de nossas elites a tudo que cheire participação popular, de que são exemplos o plebiscito, o ato revogatório de mandato, o referendo, etc. A resistência a Chavez e Evo Morales é, em enorme medida, uma renovação do pânico diante dos “comunistas”, que animou marchas de funesta memória para os brasileiros.

No caso de Chávez, por exemplo, do ponto de vista da democracia formal os ritos estão sendo cumpridos. Creio que nunca a população foi tão consultada. Claro que há um viés personalista, as reformas são no sentido da continuidade dele no poder com base no discurso de garantir as conquistas da República Bolivariana.

É preciso compreender, contudo, que tanto Venezuela como Bolívia são donas de grandes reservas de recursos naturais e por décadas suas elites exploraram esses recursos, mas perpetuando um verdadeiro *apartheid* social. A estratégia liberal anterior não trouxe avanços sociais. Esses países têm recursos naturais importantes e precisam usar para se desenvolver socialmente.

Voltando à Venezuela. Se você analisar, Chávez tenta chegar ao poder com um golpe, depois é indultado e ganha as eleições de maneira clara. Não se pode, contudo, chamá-lo de ditador, na medida em que ele vem seguindo o caminho das urnas e ganhando as demandas eleitorais. Note-se, ainda, que algumas das ideias que propaga são importantes, como uma TV sul-americana, uma petroleira para o subcontinente, um Banco do Sul para investimentos. O que, claro, contraria interesses pesados de quem se beneficiava com a situação anterior. Sobre essa questão de o chamarem de “ditador”, creio que esse é mais um motivo para defender o ingresso da Venezuela no Mercosul,

pois no bloco existe uma cláusula democrática, que todos os países signatários são obrigados a seguir.

Olhando para esses países que se voltaram para o espectro da esquerda na América do Sul, incluindo aí também o Equador, uma coisa em comum é que em todos eles os partidos tradicionais se esvoaçaram. As formas tradicionais de fazer política foram superadas. E, pela primeira vez, governos e população passam a defender suas riquezas, sem as alienar a preço vil, de acordo com interesses das multinacionais.

O outro lado da moeda é a Colômbia de Uribe. Interessante notar, neste caso, que as críticas a Chávez não se repitam com relação a ele, mesmo que tenha adotado a mesma estratégia de modificar a Constituição para ampliar seu mandato. Todas estas questões se passam em contexto que deve ser analisado com o devido cuidado, ou seja, a renovação do interesse dos Estados Unidos na América do Sul. O governo Bush nos esqueceu, mas agora os norte-americanos voltam seu olhar novamente para cá, com a Colômbia passando a ser ponta de lança de seus interesses. A criação de bases militares na Colômbia é uma sinalização muito clara. É uma falácia dizer que estão aqui para combater narcotráfico e o chamado terrorismo das Farc; o alcance é muito maior.

10.

Ao abrirmos esta parte do livro, falamos que a questão externa perdeu parte de sua efervescência. Esta provocação está vinculada à dívida externa, que, mais recentemente, desapareceu do cenário de nossas preocupações correntes. Em sua opinião, a dívida deixou de ser um problema relevante?

Apenas os incautos se despreocuparam com relação à questão da dívida externa. Sob o ponto de vista estritamente capitalista há um acompanhamento zeloso e diuturno deste tema, de maneira a evitar qualquer ação ou iniciativa que possa por em questão a prioridade que o serviço da dívida tem, sobre todas as demais despesas do setor público.

Aproveito para notar que a dinâmica e a lógica com que se conduz a questão da dívida externa é exatamente aquela que se aplica à interna. Nesse sentido, muito embora tenha havido um aumento significativo do endividamento privado em moeda estrangeira, tudo que preocupa os interesses hegemônicos

– e em grande medida, rentistas – refere-se ao adequado provimento de recursos (públicos) para a satisfação do serviço *das dívidas*.

Ocorre, portanto, e muitos já o disseram, uma subordinação das diferentes políticas de Estado, às limitações impostas por seus credores. Há, objetivamente falando, a sobreimposição de uma visão estritamente financeira para a gestão dos recursos públicos, a qual parte, necessariamente, da suposição de que os interesses rentistas não podem ser contrariados, sob pena de desorganizar todo o padrão de financiamento do setor público. Esta lógica perpetua, por sua vez, não apenas o montante de recursos transferidos a estes mesmos setores rentistas, mas um padrão de distribuição de renda que é incompatível com a civilização – contemporaneamente concebida – e com os requisitos da cidadania.

11.

O senhor parece tangenciar teses que a responsabilidade (financeira, fiscal e orçamentária), assumida pelos governos Fernando Henrique e Lula, cuidaram de erradicar. É correta a compreensão de seu ponto de vista?

Essa questão precisa ser pensada com base em seus próprios termos. A partir da hegemonia neoliberal – que vem sofrendo duros e decisivos golpes – tudo que envolva impor limitações à atuação do capital passou a ser considerado irresponsável, ineficaz e desorganizador. Deste modo, quaisquer que sejam as flagrantes iniquidades que se apresentem, é preciso evitar o descontentamento do grande capital, uma vez que ele poderia efluir, posicionando-se em outros locais do globo – agora facultado, sem barreiras, a sua atuação.

Apresentado deste modo, o enunciado é uma falácia, pois equivale a supor que as relações entre países e seus credores jamais poderiam conduzir a negociações, renegociações. Há, contudo, uma segunda ordem de despropósito: aquele que naturaliza o direito do capital a se ver regidamente remunerado, independentemente das condições que se impõe aos países financiados e suas populações. Ora, esta ordem de irresponsabilidade foi silenciosamente apagada, de tal maneira que com o serviço da dívida foi naturalizada a ideia de que os marginalizados pelo progresso, os não afluentes, devem aguardar pela eternidade a superação de sua condição de pobreza recorrente.

Nós, socialistas, devemos partir de premissas diferentes; precisamos acreditar

que é necessário construir uma agenda em que a remuneração de fundos destinados ao setor público seja cotejada com as demandas estratégicas de desenvolvimento do país. Não se trata, evidentemente, de ações unilaterais, mas de intervir em um mercado em que, atualmente, apenas uma das partes dita seus termos.

Ações nesta direção pressupõem, ainda, interações intensas no *front* externo, de tal modo a colocar em debate a própria regulação dos fluxos internacionais de capital como, em passado não tão recente, propôs, por exemplo, James Tobin.

12.

Vou insistir um pouco sobre este ponto: não lhe parece arriscada a estratégia de abrir discussão em torno de temas que, no passado, colocaram o Brasil no rol de países de baixa credibilidade e alto risco?

A mim parece que na política, como na vida, a mensuração de risco e retorno não se faz de um ponto de vista abstrato, mas a partir das referências situacionais de cada sujeito. Veja, para os afluentes, para aqueles que estão no mundo que lhes é próprio, evidentemente não interessa abrir discussão sobre dívida interna e externa, distribuição de renda, reforma tributária para privilegiar progressividade etc. Nós, contudo, que estamos no campo dos que são vitimados pelo *status quo* precisamos assumir estes riscos, mudar a ordem e seus paradigmas, para construir uma sociedade em que possamos nos sentir em casa. A burguesia fez isso, foi revolucionária a seu modo, porque nós não deveríamos fazer o mesmo?

Além do mais, medido por outras referências, que não as estritamente socialistas, esta situação é abjeta. A igreja católica, por exemplo, conservadora em muitos aspectos, não deixa de observar – ver, a este propósito, a carta encíclica *Caritas in Veritate* (Caridade na Verdade), de Bento XVI – que vivemos em um mundo de subcidadania, em que homens, mulheres e crianças são mantidas do lado de fora da civilização, condenados a uma vida sem expectativas, encerradas em uma miséria da qual não podem, por si mesmos, escapar. Ora, esta indignação e a responsabilidade política que lhe corresponde não é somente nossa e precisamos estar à altura de suas demandas. Deste modo, respondendo objetivamente a sua questão, não tenho receios, mas o desejo sincero de me inscrever em um campo político que busque hegemonia, para poder fazer de modo consequente o que é necessário fazer.

Haverá resistências e dificuldades? Com toda certeza. Não somos mercados de ilusões, mas disseminadores de sonhos. Como em toda disputa, contudo, nada está assegurado ou perdido *ex ante*, vitórias e derrotas nunca são totais. Só perderemos de modo absoluto se não nos apresentarmos ao embate.

13.

Ao apresentar seus pontos de vista acima, o senhor fez referência a demandas estratégicas para assegurar e aprofundar o desenvolvimento. Quais são essas demandas?

Antes de adentrar o tema desta pergunta, gostaria de enfatizar que não basta discutir o serviço da dívida em si mesmo. Precisamos compreender quais são os constrangimentos que o *status quo* impõe ao país e quais prioridades discutiremos, conjuntamente com a necessidade de se manter padrões adequados de disciplina financeira e fiscal. Trata-se, portanto, de apresentar uma agenda estratégica, que aponte no sentido do desenvolvimento econômico e social e, ao fazê-lo, aumente a atratividade do país, não apenas para as aves de rapina, mas também para o capital industrial, especialmente o de elevado agregado tecnológico, que sempre se movimenta tendo em mente a complexidade e diferenciação socioeconômica dos locais e países a que se destina.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. *Mínima Moralía: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo, SP: 2ª edição, Editora Ática S.A, 1993. Tradução: Luiz Eduardo Bicca.
- _____. *Educação e emancipação*. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1995, Tradução: Wolfgang Leo Maar.
- _____. *Freudian Theory and Pattern of Fascist Propaganda in: The Essential Frankfurt School Reader. Edited by Arato, Andrew & Gebhardt, Eike. Introduction by: Piccone, Paul*. Xerox de artigo
- _____. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Tradução: Maria Helena Ruschel.
- _____. *Sociologia*. São Paulo, SP: Editora Ática S. A., 1994. Tradução: Flávio R. Kothe, Aldo Onesti, Amélia Cohn.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda. 1985. Tradução: Guido Antonio de Almeida.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, 10ª edição. Tradução: Roberto Raposo.
- _____. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, Antonio Abranches (org.), Tradução: Helena Martins e outros.
- _____. *Entre o passado e o futuro* São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, 2ª edição.
- _____. *Ichmann em Jerusalém*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. Tradução: José Rubens Siqueira.
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz, 1990. Tradução: Roberto Raposo.
- _____. *Sobre a Revolução* Lisboa. [Lisboa]: Relógio D'Água Editores, dezembro de 2001. Tradução: I. Morais.
- ARON, Raymond. *Democracia e totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1966. Tradução: Frederico Montenegro.

- DUBY, George (org.) *História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Tradução: Maria Lúcia Machado.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro, RJ: Horge Zahar Ed., 1998. Tradução: Elisabeth Barbosa.
- FEATHERSTONE, Mike (coord). *Cultura global – nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: 1994, Editora Vozes. Tradução: Artílio Brunetta.
- _____. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. Tradução: Júlio Assis Simões.
- _____. *O desmanche da cultura – globalização, pós-modernismo e identidade*. SESC Livros Estúdio Nobel Ltda., 1997. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura
- FIORI, Jorge Luís. Globalização, hegemonia e império. In: *Tavares, Maria da Conceição; Fiori, José Luís (org.) Poder e dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, 2ª edição.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 7ª reimpressão, 1997. Tradução: Álvaro Lorencini.
- _____. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2001. Tradução: Vladimir Safatle.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo & liberdade*. Editora Artenova S. A, 1977.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Paz e Terra, 5ª edição, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Horge Zahar Editor, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- GIDDENS, Anthony; Turner, Nonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza.
- GOLDHAGEN, Daneil Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o holocausto*. São Paulo: Editora Schwarcz – Cia. Das Letras, 1997. Tradução: Luiz Sérgio Roizman.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. RJ: Forense-Universitária, 1987. Tradução: Angela Ramalho Vianna e Sérgio Goes de Paula.
- _____. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003. Tradução: Ana Montoia.
- _____. *O socialismo difícil*. RJ: Zahar Editores, 1968. Tradução: Maria Helena Kühner.
- GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Editora Unesp, 4ª reimpressão, 1996. Tradução: Vera Ribeiro.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da globalização in: *Estudos Avançados*, vol. 12, nº 32, janeiro-abril São Paulo, 1998, Instituto de Estudos Avançados da USP.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: *Távares, Maria da Conceição. Fiori, José Luís (org.). Poder e dinheiro – uma economia política da globalização* Petrópolis: Editora Vozes, 1997, 2ª edição, pp. 151-194.
- BERMAN, Marshall. *Aventuras do marxismo*. São Paulo: Cia. das Letras, Editora Schwarcz Ltda. 2001. Tradução: Sônia Moreira.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, SP: Editora UNESP, 2001 (2ª edição revista e ampliada). Tradução: Marco Aurélio Nogueira.
- _____. *Liberalismo e democracia*. SP: Editora Brasiliense, 1988, 2ª edição. Tradução: Marco Aurélio Nogueira.
- _____. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000 Tradução: Marco Aurélio Nogueira.
- _____. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Qual socialismo?: debate sobre uma alternativa*. RJ: Paz e Terra, 1983. Tradução: Iza de Salles Freaza.
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelantelo. *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1991. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.
- BRAVERMAN, Harry. *trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1987. Tradução: Nathanael C. Caixeiro.
- BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologia: ensaios sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, Tradução: Maurício Santana Dias.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Tradução: Roneide Venâncio Majer.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda., junho/1996.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza – impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: 1999, Editora Moderna, 1ª edição, 2ª impressão. Tradução: Marylene Pinto Michael.
- COUTINHO, Luciano. Coreia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres in: *Fiori, J.L.. Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.
- _____. *O megarrisco-dólar*. Folha de São Paulo, 18/4/2004, p. B2

- _____. *Obras escolhidas. Volume 1*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1976, 2ª edição. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo.
- GUIMARÃES, Samuel P. A Alca e o fim do Mercosul, in: Guimarães, Samuel P. (org.). *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: IPRI/Funag.
- GUTTMAN, Robert. As mutações do capital financeiro in: Chesnais, François (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- HANNERZ, U. *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chaves da antropologia transacional*. Rio de Janeiro: Mana, Estudos de Antropologia Social, vol. 3, nº 1, Museu Nacional, abril 1977, pp. 7-39.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, São Paulo: 12ª edição, março 2003. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Biblioteca do Exército e Instituto Liberal, 1994.
- HELD, David; MACGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Tradução: Vera Ribeiro.
- HIRST, Paul; TRHOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. Tradução: Wanda Caldeira Brant.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. RJ: Paz e Terra, 1977. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Perchel.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino.
- _____. *A Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Companhia das Letras, 1995. Tradução: Marcos Santarrita.
- _____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, 2ª edição. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo.
- _____. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz Ltda., 2000. Tradução (italiano-inglês): Allan Cameron; (inglês-português): Claudio Marcondes.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*, RJ: Paz e Terra, 1984. Tradução: Celina Cardim Cavalcante.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro Editora, 2002.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodore W. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Editora Cultrix, Tradução: Álvaro Cabral.
- IANNI, Octavio *Teorias da globalização (confirmar)*
- _____. *A era do globalismo*. Civilização Brasileira, 1996.

- _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2ª edição, 1993.
- JACOBY, Russell. *O fim da utopia: política e cultura na época da apatia*. São Paulo: Editora Record, 2001. Tradução: Clóvis Marques.
- JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes, 3ª edição, 2002. Tradução: Maria Elisa Cevalco e Marcos Cesar de Paula Soares.
- _____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2ª edição, 4ª reimpressão, 2004. Tradução: Maria Elisa Cevalco.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 3ª edição, Tradução: Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota.
- JOHNSON, Paul. *O novo império da liberdade*. Folha de São Paulo, 11/4/2004, p. A23.
- KAPLAN, E. Ann (Org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Tradução: Vera Ribeiro.
- KEYNES, John Maynard. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Tradução: Sergio Bath.
- KONDER, Leandro *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Símbolo, 1978
- _____. *Materialismo e empiricriticismo* Lisboa: Estampa, 1971.
- _____. *Duas táticas da social democracia na revolução democrática*. São Paulo: Livramento, 1945.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, Os economistas.
- _____. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.
- _____. *Que fazer?* Lisboa: Estampa Série/Coleção Praxis.
- _____. *O estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec.
- LESSA, Carlos. *Desenvolvimento como imperativo econômico*. Artigo publicado no caderno Mais! da Folha de São Paulo, 21/3/2004, p.6.
- LIPIETZ, Alain. *Audácia – uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel, 1991. Tradução: Estela dos Santos Abreu.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Editor Victor Civita, Abril S.A. Cultural, 1983, Os Pensadores.
- LUTTUARK, Edward. *O capitalismo turbinado e suas consequências*. Novos Estudos CEBRAP nº 45, julho, 1996.
- _____. *Por que o fascismo é a onda do futuro*. Novos Estudos Cebrap, novembro de 1994.

- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro, RJ: Laemmert.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda., 2002, 7ª edição. Tradução: Ricardo Correa Barbosa.
- _____. *A fenomenologia*. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1999. Tradução: Armindo Rodrigues.
- _____. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993, 2ª edição. Tradução: Tereza Coelho.
- _____. *Peregrinações: lei, forma, acontecimento*. São Paulo: Editora Estação Liberdade de Ltda., 2000. Tradução: Marina Appenzeller.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Série Os Economistas.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: 1983, Zahar Editores. Tradução: Giasone Rebuá.
- MARTON, Scarlett. *Nietzsche: a transvaloração dos valores*. São Paulo, SP: Editora Moderna, 1993, (Coleção Logos).
- MARX, Karl Heinrich, Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Escrita, 1968.
- _____. *Feuerbach: a oposição entre as concepções materialista e idealista*. São Paulo: Estampa, 1975.
- MARX, Karl Heinrich. *18 brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. *A questão judaica*. São Paulo, SP.
- _____. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo, SP.
- _____. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1971.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *O capital: crítica da economia política (volume I, II, I II)*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.
- MASI, Domenico de. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Editora Esfera, 1999. Tradução: Eugênia Deheinzelin.
- MINC, Alan. *A nova Idade Média*. São Paulo: Editora Ática, 1994. Tradução: Celso Mauro Paciornik.
- MOREIRA, Mariana (Coord.). *Microdrenagem urbana*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 2006.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

- NOVAIS, Fernando A. (coordenador-geral); SEVCENKO, Nicolau (organizador do volume) *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- OHMAE, Kenichi. *O fim do estado nação*. Editora Campos.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia política da social democracia in: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de *et alli*. *Pós-modernidade*. Editora da Unicamp, 1ª edição, 1987.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: 4ª reimpressão da 1ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 2000.
- PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e estado de bem-estar social in: Reis Filho, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; Zenha, Celeste (org.). *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismo e guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 2ª Edição, pp. 227-266.
- PERROT, Mechelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra – V. 4*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1992. Tradução: Denise Borman e Bernardo Joffiry.
- POE, Edgar Allan. *Assassinatos da rua Morgue e outras histórias*. São Paulo: Saraiva, 2006. Tradução: Aldo della Nina
- POPPER, Karl R. *A sociedade democrática e seus inimigos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaias Ltda., 1959. Tradução: Milton Amado.
- PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (orgs.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias – V. 5*. São Paulo. Cia. das Letras, 1992. Tradução: Denise Bottmann.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia das Letras, 2ª reimpressão. 1999. Tradução: Paulo Roberto Pires.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.) *O século XX: O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 2ª edição.
- _____. *O século XX: O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 2ª edição.
- _____. *O século XX: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2ª edição.
- RICHARD, Lionel. *A República de Weimar, 1919-1933*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1988. Tradução: Jônatas Batista Neto.
- ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 3ª Reimpressão: 1992, Editora Schwarcz Ltda.
- SABOUL, Albert. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1974. Tradução: Hélio Pólvora.

- SADER, Emir (org.). *O mundo depois da queda*. Paz e Terra, 1995. Tradução Jamary França.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra, 4ª Edição, 1998
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a Esquerda?* Coimbra: *Le Monde Diplomatique*, Encarte CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, Cadernos da América Latina X, 20 de janeiro de 2009. Coordenador Editorial: Emir Sader.
- SANTOS, José Ferreira dos. *O que é pós-moderno?* São Paulo: 10ª Edição, Editora Brasileira, 1991.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, 10ª Edição.
- SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel/Difusão Editorial Ltda., 1978, 6ª Edição. Tradução: J. Guinsburg.
- SCHARWCZ, Lília M. (org.) *História da vida privada no Brasil 4*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SENE, Eustáquio de. *Globalização e espaço geográfico*. São Paulo: Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.), 2003.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro. Editora Record, 2003; 7ª edição. Tradução Marcos Santarrita.
- TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia americana in: Tavares, Maria da Conceição; Fiori, José Luís (org.). Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, 2ª Edição, pp. 27-54.
- TAVARES, Maria da Conceição; Melin, Luiz Eduardo *Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia americana in: Tavares, Maria da Conceição; Fiori, José Luís (org.). Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização – Petrópolis*, Editora Vozes, 1997, 2ª Edição, pp. 55-86.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Livraria e Editora Pioneira, 6ª edição, 1989. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa.
- WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”)*. Série Fundamentos, Editora Ática, 13ª Edição, 7ª Impressão.

Esta obra foi composta em Adobe
Garamond Pro e Univers Condensed.
Impresso na TC Gráfica e Editora para
Quanta Consultoria e Projetos Ltda.,
na primavera de 2009.

Qual a diferença da concepção socialista e da liberal sobre Liberdade? O que é democracia participativa? Que reforma política precisamos realizar? Quando começou o neoliberalismo? Quais as consequências da aplicação da sua política para a sociedade em que vivemos? Como se pode caracterizar o neoliberalismo? O que é ser socialista no mundo atual? Qual é o papel de um Partido Socialista no mundo contemporâneo? Qual o custo da hegemonia americana? Quais os blocos econômicos existentes e a sua importância na economia mundial? Por que mudar a estrutura dos organismos multilaterais que compõem as estruturas da ONU? É correta a posição do Brasil na sua relação com os países latino-americanos? Existe mesmo uma esquerda democrática?

Estas e muitas outras indagações são enfrentadas com objetividade e clareza por Carlos Siqueira nesta entrevista a Sinoel Batista e Marcelo Peron Pereira.

Fundação João Mangabeira



ISBN 978-85-63234-00-1

